

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VALESCA DE SOUZA ALMEIDA

O “BOM BURGUEÊS”

A trajetória de Jorge Medeiros Valle sob a ditadura brasileira.

NITERÓI

2015

VALESCA DE SOUZA ALMEIDA

O “Bom Burguês”: a trajetória de Jorge Medeiros Valle sob a ditadura brasileira.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador:

Daniel Aarão Reis Filho

NITERÓI

2015

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**A447 Almeida, Valesca de Souza.**

O “Bom Burguês”: a trajetória de Jorge Medeiros Valle sob a ditadura brasileira / Valesca de Souza Almeida. – 2015.

141 f.

Orientador: Daniel Aarão Reis Filho.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015.

Bibliografia: f. 136-141.

1. Memória coletiva. 2. Guerrilha. 3. Valle, Jorge Medeiros, 1932-. I. Reis Filho, Daniel Aarão. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 322.420981

VALESCA DE SOUZA ALMEIDA

O “Bom Burguês”: a trajetória de Jorge Medeiros Valle sob a ditadura brasileira.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovada em 20 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho – UFF  
Orientador

---

Professora Doutora Renata Torres Schittino – UFF

---

Professor Doutor Carlos Fico – UFRJ

NITERÓI

2015

## Agradecimentos

---

Nunca foi tão difícil escrever um trabalho acadêmico! Tudo o que eu mais queria, desde o início da faculdade, era passar no mestrado. E qual não foi minha surpresa quando constatei que ser aprovada no exame de seleção era infinitamente mais fácil do que escrever uma dissertação. Com um tema atraente, que interessa muita gente até de fora da academia, somavam-se os problemas na tentativa de desenvolvê-lo: ausência de fontes, envolvimento com o objeto, problemas éticos em dizer o que não queria, pura procrastinação, encantamento com a sala de aula, que fazia com que eu me distanciasse ainda mais do trabalho solitário e muito doloroso da escrita.

Apesar de toda a dificuldade, um trabalho foi finalizado. A sensação é de que agora eu estaria pronta para começar! Mas, tê-lo feito, ainda que muito diferente das minhas expectativas, já é motivo para me contentar e agradecer aos que me ajudaram, nestes breves dois anos, a me manter no caminho.

Em primeiro lugar, agradeço à Janaína Cordeiro. Quando ela era doutoranda na UFF, ofereceu um curso sobre história e cinema da ditadura militar, que eu, ainda na graduação, frequentei. Foi durante as discussões desta disciplina que ela me entusiasmou e me incentivou a desenvolver um projeto de pesquisa com a trajetória do “bom burguês”.

À orientação do professor Daniel Aarão Reis Filho, figura inspiradora e divertidíssima, que me deixou à vontade, respeitou meus muitos limites e sempre teve uma palavra de acalanto e de encorajamento, o meu agradecimento e a minha admiração.

Aos professores Renata Schittino e Carlos Fico, porque sempre foram intelectuais de referência para mim e porque tiveram a gentileza de aceitar o convite para participar das bancas de qualificação e defesa, cumprindo brilhantemente seu papel de me interrogar e provocar a reflexão sobre meus erros mais elementares, mostrando que a estrada a percorrer numa atividade de pesquisa e escrita da história ainda é muito longa.

Às professoras Maria Verônica Secreto e Gisele Venâncio, por oferecerem o curso mais sedutor de todo o mestrado, fazendo-me lembrar dos motivos que me trouxeram até aqui e porque amava e escolhi esta profissão.

Ao Vitor Garcia, por toda a torcida e a companhia no começo deste trabalho; por ter descoberto fontes valiosas para mim no Arquivo Nacional de Brasília; e porque é uma enciclopédia sobre ditadura, que tira minhas dúvidas a qualquer hora do dia ou da noite. No fundo, foi a sua paixão por esse período (obviamente, enquanto objeto de estudo) que fez com que eu enveredasse também por este recorte temporal.

À Mayara Nunes de Castro, da Comissão de Anistia, que prontamente facilitou o acesso aos documentos guardados no Arquivo de lá.

Ao Jorge Medeiros Valle, sua esposa Nedda, e sua filha Claudia, que me receberam tão amistosamente em sua casa e abriram também as suas vidas para mim.

Ao Henrique João Cordeiro Filho, Silvio Darin, Álvaro Caldas, Aluizio Palmar e Umberto Trigueiros, pela disponibilidade, documentos e entrevistas concedidas.

Aos amigos de graduação e mestrado da UFF (não citarei os nomes para não tornar a lista aborrecida ao leitor – ainda bem, vocês são muitos!): estar entre vocês fez com que tudo se tornasse mais prazeroso.

Aos novos colegas de profissão do Colégio Pedro II (e aos bares de Realengo!), que mais desencaminharam e atrapalharam do que contribuíram com esta dissertação. Brincadeira, todos foram compreensivos e muito me ajudaram no meu primeiro ano de sala de aula desta querida instituição, garantindo a serenidade e a calma. Aliás, a este colégio e a todas as pessoas em quem por lá esbarrei enquanto aluna e como professora, o meu agradecimento especial, por terem feito de mim alguém melhor (principalmente, aos meus alunos do ano de 2014, que fizeram com que eu me sentisse tão querida).

Aos amigos de infância e aos que foram surgindo e ficando ao longo da vida, que cobravam e torciam para que eu terminasse “logo esse negócio”, por terem proporcionado tantas importantíssimas terapias de grupo. No final, alguns mandavam, diariamente, mensagens de motivação e de cobrança de páginas, que eu escrevia, talvez, só para não desapontá-los. Muito obrigada por estarem comigo, a amizade é muito na vida de alguém.

À minha família – mãe, avó, irmãos, tios, primo-afilhado e agregados, pelo apoio e pelos aplausos, ainda que muitos não entendam muito bem por que abandonar uma carreira que o retorno financeiro era tão mais fácil e escolher a história e o interminável mundo do estudo. Neste universo, uma interlocução da vida inteira me inspirou a procurar o caminho da inquietude, do não contentamento com o próprio lugar e, para sempre serei grata por isso e por muito mais à minha tia Flavia Bruno, que,

inclusive, fez com que eu tivesse um lar e a tranquilidade necessária na reta finalíssima desta dissertação.

Por fim, agradeço ao CNPq a bolsa de estudos concedida.

## Resumo

---

Esta dissertação de mestrado tem como objeto a trajetória de Jorge Medeiros Valle, um ex-funcionário do Banco do Brasil preso em julho de 1969, que desviou milhões de cruzeiros novos da agência em que trabalhava e financiou organizações clandestinas dedicadas à luta armada contra a ditadura militar. O “Bom Burguês”, apelido pelo qual Valle ficaria conhecido, cumpriu pena de seis anos na Ilha das Flores. Novamente condenado em 1975, exilou-se no México com a sua família, a fim de escapar de uma nova temporada no cárcere. Embora a sua trajetória tenha pontos em comum com a de outros indivíduos que se envolveram na luta armada, ela também se distancia da memória coletiva consagrada sobre a guerrilha durante o período militar, marcada pela ideia de que a luta contra o regime foi travada por jovens ingênuos, utópicos e despreparados. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as distintas apropriações da história de Valle encontradas nos documentos oficiais do governo militar, na imprensa, no filme (“Bom Burguês”, 1983, direção de Oswaldo Caldeira) inspirado em sua atuação nos anos de chumbo, bem como na memória que ele próprio e outros militantes construíram sobre as suas atividades no período considerado, decorridos quase cinquenta anos dos eventos. A hipótese construída é a de que esta trajetória, dependendo da abordagem que se faça, possui elementos que, ao mesmo tempo em que contribuem para a conformação de uma memória coletiva bem sedimentada sobre a luta armada, também contestam tal memória. Tais elementos foram suprimidos ou reforçados de acordo com o momento, a intenção e o agente que procurou retratá-la.

**Palavras-Chave:** Memória Coletiva, Luta armada, Jorge Medeiros Valle.

## Abstract

---

This dissertation focuses on the trajectory of Jorge Medeiros Valle, a former employee of Banco do Brasil arrested in July 1969, which has taken millions of “cruzeiros novos” from the bank agency where he worked and funded clandestine organizations dedicated to armed struggle against the military dictatorship. The “Good Bourgeois”, nickname by which Valle became known, served six years in prison in the “Ilha das Flores”. Once again convicted in 1975, he went into exile in Mexico with his family, in order to avoid a new season in jail. Although his career has points in common with that of other individuals who were involved in armed struggle, it also moves away from consecrated collective memory of the guerrillas during the military period, marked by the idea that the fight against the regime was fought by naive, utopian and unprepared young people. In this sense, the objective of this study is to analyze the different appropriations of the Valle history found in the official documents of the military government, in the press, in the movie (“Good Bourgeois,” 1983, directed by Oswaldo Caldeira) inspired by his activities in the “years of lead” as well as in memory that he himself and other militants built on its activities during the period considered, after almost fifty years of events. The hypothesis constructed is that this trajectory, depending on the approach to be done, has elements that, while contributing to the formation of a well settled collective memory of the armed struggle, also contest such memory. Such elements have been removed or reinforced according to the time, the intention and the agent who sought to portray her.

**Key-words:** Collective memory, armed struggle, Jorge Medeiros Valle.

## Sumário

---

Introdução. . . . .	7
1. A luta armada na memória coletiva em tempos de redemocratização . . . . .	11
2. A construção do “Bom Burguês” através de documentos oficiais e jornais. . . . .	38
3. O “Bom Burguês” pelas lentes do cinema. . . . .	88
4. De “Bom Burguês” a torturado: a memória traumática de Jorge Medeiros Valle . .	109
Considerações Finais . . . . .	132
Fontes . . . . .	135
Bibliografia. . . . .	136

## Introdução

---

O objetivo deste trabalho é trazer à luz a vida de Jorge Medeiros Valle sob a ditadura militar brasileira e as apropriações feitas a partir desta trajetória. Funcionário da agência Leblon do Banco do Brasil, Valle foi preso em julho de 1969. Na época, tinha ligações com pessoas envolvidas na formação de grupos de esquerda armada, como o MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) e a FLN (Frente de Libertação Nacional). Na ocasião em que foi preso, estava desviando dinheiro do banco em que trabalhava e auxiliou financeiramente tais grupos, além de fornecer a eles também armamento e munição. Após responder a processo dentro do cárcere, cumpriu pena a que foi condenado no presídio da Ilha das Flores e, diante da ameaça de ser novamente preso, partiu para o exílio no México com sua família, só retornando de lá após a aprovação da Lei da Anistia.

Conheci a trajetória de Jorge Medeiros através de um filme de Oswaldo Caldeira, lançado em 1983<sup>1</sup>. Apesar de garantir ser uma ficção, o cineasta admite que utilizou o caso de Valle como inspiração para compor a personagem central de seu filme<sup>2</sup>. Na película, o papel principal é atribuído a um bancário que desvia dinheiro do banco e investe no mercado de ações. Ao mesmo tempo em que ele financia uma organização da esquerda armada e um partido que não é a favor de pegar em armas para fazer oposição à ditadura (o Partido Comunista), o bancário compra uma casa luxuosa, um carro do ano e se aproxima dos círculos frequentados por grandes empresários, os mesmos que financiavam a repressão dos grupos que ele auxiliava. Da mesma maneira, ao descobrir que sua irmã compunha o quadro de uma organização armada, ele a censura, dizendo que este tipo de oposição é responsável pela radicalização da repressão empreendida pelo governo.

Mesmo se tratando de uma ficção, em que não havia compromisso com a reprodução fiel da história que o inspirou, ao assistir ao filme, fiquei motivada a descobrir: afinal, qual havia sido a trajetória deste bancário? Qual seu interesse em financiar esses grupos? Havia ele tido alguma iniciação no Partido Comunista?

Na busca por informações, descobri documentos oficiais dos órgãos de repressão que afirmam, sem dúvidas, se tratar de um homem que sempre foi filiado ao Partido

---

<sup>1</sup> “O Bom Burguês”, direção de Oswaldo Caldeira, 1983.

<sup>2</sup> Conforme roteiro do filme disponível no Arquivo da Funarte-RJ.

Comunista; outros vão mais longe, dizendo que ele era um dirigente do MR-8<sup>3</sup>. Ao entrevistar quem conviveu com ele na Ilha das Flores, ouvi o relato de que o que fazia deste homem uma companhia agradável era justamente o fato de nunca ter sido iniciado ou doutrinado no comunismo, por não usar jargões comunistas, por ser possível com ele conversar amenidades, assuntos leves, divagações<sup>4</sup>.

De longe, parecia um caso complexo, que não se encaixava em estruturas simplificadas, fórmulas prontas e rótulos aos quais eu estava acostumada a ouvir e ver em relação aos militantes das esquerdas armadas. Nestas tipificações, a imagem dos que pegaram em armas nos anos ditatoriais era, geralmente, a de jovens ingênuos, despreparados e desorganizados, mas, de alguma forma, também bravos e heroicos. Esta visão, que se difundiu através de inúmeros veículos, ajudou a consolidar uma memória coletiva em relação aos que se envolveram na luta armada.

Há os que defendem a ideia de que tal imagem, de alguma forma, significou uma vitória da luta armada no terreno das batalhas de memória<sup>5</sup>, ainda mais se levarmos em consideração que as forças da situação repressora esforçaram-se por construir outra imagem, na tentativa de desqualificar e criminalizar os guerrilheiros.

No entanto, positiva ou negativa, esta é apenas uma imagem, uma face de um objeto multifacetado, que não dá conta do diverso e do complexo em relação aos comportamentos humanos. A motivação para se estudar esta trajetória se deu, portanto, através da crença na possibilidade de que este caso seria útil para compreender que a atuação das pessoas envolvidas nas esquerdas armadas foi plural e variada. Acreditando ser possível, através da trajetória de uma pessoa, aumentar a lente de análise, a abordagem desta trajetória procurou trazer elementos que mostrem que os “tipos ideais” sagrados na memória são reduções e simplificações. As motivações, as formas de luta, as relações travadas por aqueles que, de alguma forma, se opunham ao governo instituído, por o considerarem ilegítimo, foram múltiplas e variadas. É esta multiplicidade própria dos processos históricos que esta pesquisa procura recuperar.

Buscar entender os distintos sujeitos que atuaram neste contexto, com suas ideias particulares, seus desejos pessoais, seus limites e possibilidades de entrega,

---

<sup>3</sup> Por exemplo, no jornal “Correio da Manhã”, de 31/07/69, a manchete da notícia de sua demissão atribui a liderança da organização a ele: “Chefe do MR-8 demitido pelo presidente”.

<sup>4</sup> Depoimento de Silvío Da-rin, que esteve preso, durante o ano de 1970, com Jorge Medeiros Valle na Ilha das Flores. Entrevista concedida à autora em 24/08/2011.

<sup>5</sup> Por exemplo, conforme coloca Daniel Aarão Reis Filho: “as esquerdas, derrotadas no campo dos enfrentamentos sociais, históricos, puderam ressurgir vitoriosas, nas batalhas de memória”. Reis Filho, 2004: 40. Em Rollemberg, 2006, também há o argumento de militares, para quem os vencidos no campo da batalha seriam vencedores no campo das disputas de memória.

revela-se de enorme relevância e contribuição para o estudo das esquerdas no período da ditadura. Jorge Medeiros Valle, nascido em 1932, já estava perto dos quarenta anos quando foi preso; era casado, tinha duas filhas pequenas. Não participou diretamente de expropriações à mão armada nem de capturas de embaixadores, não morou em aparelhos, mas apoiou financeiramente os grupos que o fizeram. Seu lugar de atuação foi seu ambiente de trabalho, um banco público, com um emprego que, na época, representava grande prestígio<sup>6</sup>, utilizando-se do “know-how” que tinha a oferecer.

Se esta trajetória se distancia do “tipo ideal” que vigora com mais força na memória coletiva, tampouco ela é abordada e contada de uma única maneira. Distintos foram os vieses e focos atribuídos ao caso. Sendo assim, para tentar compreendê-la, mas, sobretudo, também analisar as formas como ela foi recuperada e apropriada, no primeiro capítulo, assentaremos as bases que serão nosso ponto de partida. Partimos da premissa de que uma memória reduzida foi consolidada na coletividade em relação à luta armada, mas, que memória é essa? Como se consolidou e quando foi construída? Iremos verificar como, no contexto de redemocratização e de aprovação da Lei da Anistia, foram sendo lançados livros, filmes e depoimentos que ajudaram a sedimentar uma memória unilateral e seletiva em relação às esquerdas armadas.

No segundo capítulo, abordaremos a construção de uma imagem de Jorge Medeiros Valle através de jornais e documentos oficiais consoante com aquilo que se divulgava dos envolvidos na luta armada no período. Analisando as formas de referência ao seu caso, tentaremos delimitar como esta imagem de “terrorista” típico, perigoso à Segurança Nacional, comum ao retratar os envolvidos com a guerrilha, foi sendo construída por estes meios, mas de que maneiras foram divulgadas informações que também a excediam ou a contrariavam. Para isso, serão utilizados, principalmente, o processo que julgou as pessoas envolvidas com o MR-8, os jornais e revistas de maior circulação na época, bem como os documentos trocados pelos órgãos de informação,

---

<sup>6</sup> Em um artigo sobre a memória da guerrilha, Alzira Alves de Abreu entrevista um ex-guerrilheiro que fala que o seu pai o havia preparado para ser “um cara que ia trabalhar no Banco do Brasil. Porque o Banco do Brasil, naquela época, era a perspectiva mais interessante que existia. Neste sentido, eu sou tudo aquilo que meu pai não quis que eu fosse”. Abreu, 1998, p. 15. Este depoimento faz parecer ser impossível articular um emprego no Banco do Brasil com qualquer relação com a luta armada, colocando um em oposição ao outro, sendo um bancário a antítese de um revolucionário. Jorge Medeiros Valle, no entanto, não foi o único bancário a se envolver com grupos armados. Por exemplo, Aluísio Palhano Pedreira Ferreira era também funcionário do Banco do Brasil, foi cassado pelo primeiro ato institucional e militou na VPR (conforme <https://niteroiapelaverdade.wordpress.com/aluisio-palhano>). Trata-se de verificarmos, contudo, como a participação na guerrilha estava distante do imaginário de emprego ideal que os pais das classes médias desejavam para seus filhos.

polícias políticas e delegacias, custodiados em fundos dos DOPS de distintos Estados e nos fundos SNI, DSI/MJ, CISA e CGIPM do Arquivo Nacional.

No terceiro capítulo, será analisada como a trajetória de Valle foi apropriada pelo filme “O Bom Burguês”, dirigido por Oswaldo Caldeira e lançado no Brasil em 1983. Dentro do contexto de redemocratização, o filme faria uma abordagem, dentre muitas outras possíveis, da vida de Jorge nos anos da ditadura que, de alguma forma, está relacionada às disputas de memória e discussões em relação à ditadura e à luta armada presentes naquele momento.

Por último, no quarto capítulo, buscaremos compreender como o próprio Jorge Medeiros Valle e os que viveram com ele aqueles anos ditatoriais recuperam suas experiências com o distanciamento do tempo, através de entrevistas realizadas e processos que solicitavam anistia e reparações do Estado.

Em todo o trabalho, a preocupação será verificar quais ênfases e, por outro lado, quais silenciamentos e esquecimentos se fizeram notar e, ao mesmo tempo, quais potencialidades esta trajetória de vida traz para matizar, problematizar e questionar a memória da luta armada.

## Capítulo 1 – A luta armada na memória coletiva em tempos de redemocratização.

---

As reflexões sobre memória coletiva têm como grande referência o estudo da década de 1950, de Maurice Halbwachs<sup>7</sup>. Neste livro, o autor nos convida a observar que até mesmo as nossas lembranças mais profundas e singulares são constituídas e validadas socialmente, em grupos. É assim também que os próprios grupos constroem memórias sobre os acontecimentos históricos – a *Memória Coletiva* – e Michel Pollack bem destacou que esta lembrança é enquadrada de acordo com o presente de sua produção e é constitutiva também da identidade e do sentimento de pertencimento dos indivíduos aos grupos que as referendam<sup>8</sup>. A articulação destes conceitos fez com que o entendimento da memória como fenômeno social passasse a ser instrumento de análise importante para se compreender as trajetórias das sociedades e suas noções de passado, presente e futuro.

Uma forma significativa de memória coletiva é a memória nacional, que a todo momento se constrói, mas principalmente, nos contextos de mudança política. Estabelecer o que os indivíduos de um país conseguem se lembrar em relação ao passado é importante componente das estratégias políticas de um presente.

A construção de tais memórias, contudo, não é feita de maneira pacífica. Elas são fruto de disputas e tensões e estão inscritas em redes de poder. Quase sempre, as memórias coletivas omitem alguns pontos, enfatizam outros, produzem esquecimentos e silêncios. O que resta sobre um período, sobretudo os traumáticos, são memórias seletivas, unilaterais, produtos de conflitos, mas que, para se estabelecerem, precisam produzir consensos. Muitas vezes, existem memórias que não encontram uma escuta na sociedade que as engloba e, por isso, essas lembranças proibidas, indizíveis, vergonhosas, são guardadas, silenciadas e se tornam memórias subterrâneas. Tais silenciamentos, às vezes, caminham para o esquecimento definitivo, mas, em outras, encontram, de repente, um contexto em que podem, de alguma maneira, se expressar.

Seria de se esperar, portanto, que na passagem da ditadura para o período democrático, uma séria batalha fosse travada em torno da memória do passado recente ditatorial. É preciso perceber, contudo, que uma memória, ainda que seja apenas uma versão da história, não surge do vazio, mas precisa de elementos que a confirmem e a

---

<sup>7</sup> Halbwachs, 2006.

<sup>8</sup> Pollack, 1989 e 1992.

consolidem, de testemunhas coerentes e autorizadas, pois o trabalho de enquadramento da memória reinterpreta o passado, em função dos combates do presente e do futuro, mas, existe uma exigência de justificativa e de credibilidade que limita a mera falsificação, ainda que existam situações em que esta consiga triunfar.

Nas disputas de memória em relação à ditadura, as testemunhas autorizadas se consolidariam nas entrevistas, falas e publicações das memórias de militares envolvidos com as forças repressivas e militantes das esquerdas. Estes foram elementos fundamentais, que serviram para compor e ajudar a definir as lembranças coletivas do que teria sido a luta armada durante o período ditatorial<sup>9</sup>. Contudo, ao mesmo tempo em que estes elementos são produtores de uma memória social, eles são produzidos à luz do seu presente, sendo por ele informado e influenciado. É, portanto, principalmente, a partir da proposta de abertura da ditadura na década de 1970 e do processo de redemocratização da década de 1980, que o enquadramento da memória coletiva acerca da luta armada melhor se delineia, através de um processo em que as memórias individuais dos antes envolvidos com a guerrilha são (re)formadas. Mas, ao mesmo tempo, essas memórias singulares são elementos que ajudam a formar, elaborar e consolidar a memória coletiva da nação em relação à atuação dos que protagonizaram ações armadas durante a ditadura, numa relação recíproca.

Um primeiro motivo que faz com que este momento seja chave para a produção desta memória coletiva é a simples possibilidade da fala. A partir de 1974, acreditando-se no projeto de abertura política anunciado pelo governo ditatorial, era possível falar mais abertamente sobre a experiência da tortura e dos traumas vividos diante do brutal e mortal aparelho repressor do Estado. É aí que começam a se multiplicar livros de memória<sup>10</sup>, alguns declaradamente autobiográficos, outros o fazendo sob a lente de histórias ficcionais, mas que têm como principal função a denúncia e o testemunho,

---

<sup>9</sup> Se, por um lado, é evidente o caráter coletivo das memórias, por outro, Henry Rousso já expressou a dificuldade de se verificar a existência desta memória coletiva, ou seja, uma presença e uma representação do passado que sejam compartilhadas por uma coletividade: “Para superar esse obstáculo teórico, que concerne antes à filosofia ou à psicologia social (e que merece ser debatido), os historiadores em geral admitem, de maneira mais ou menos declarada, que as representações do passado observadas em determinada época e em determinado lugar – contanto que apresentem um caráter recorrente e repetitivo, que digam respeito a um grupo significativo e que tenham aceitação nesse grupo ou fora dele – constituem a manifestação mais clara de uma memória coletiva”. Rousso, 2006: 95.

<sup>10</sup> São exemplos: TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977; SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo: Global, 1980; CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981; VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981; BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982; POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982; GUARANY, Reynaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

entendendo-se testemunho tal como Seligmann-Silva conceituou para o caso do Holocausto<sup>11</sup>. Para este autor, aqueles que produzem testemunhos, ao narrarem o inenarrável, sua experiência com a dor, a tortura, a culpa comum entre aqueles que viram ou presenciaram a delação de alguma informação que levaria outros à tortura, estão tentando lidar com um passado traumático, prestar contas a si mesmo para seguir adiante, ao mesmo tempo em que constroem uma memória específica de um grupo.

“Na dialética da memória e do esquecimento, é preciso reter também que a prisão e a tortura obrigam o militante a fazer um intenso esforço de guardar segredos e não ‘abrir’ informações”<sup>12</sup>. Quando enfim se pode falar, ao denunciar as práticas criminosas do Estado, esses testemunhos são responsáveis também por um movimento que construirá uma memória subterrânea. Memória esta que, se dependesse de uma história oficial, poderia ser apagada ou mantida em quase silêncio, já que seus objetos eram vistos pelos militares como instrumentos inerentes à “guerra” e os documentos oficiais, geralmente, não davam conta de sua existência. Estes testemunhos têm seu papel, portanto, de denúncia e ao mesmo tempo de vingança e homenagem para aqueles que não ficaram para testemunhar.

Está claro, portanto, que esta literatura de testemunho começa a ser pensada como um espaço de manifestação das minorias, servindo para reunir os fragmentos do passado. “Daí também a atualidade do conceito de testemunho para articular a história e a memória do ponto de vista dos ‘vencidos’.”<sup>13</sup>.

O testemunho atua, então, como dívida de memória com os que morreram e como um legado para as gerações futuras, servindo como uma memória do mal: “somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente”<sup>14</sup>.

Duas questões, no entanto, são importantes de destacar. A primeira delas é que apesar da crença no processo da abertura, este não aconteceu de modo linear, havendo muitas dificuldades e resistências em realizá-lo, o que significou que não se vivia ainda propriamente num Estado de Direito e a censura e as perseguições não tinham findado:

Forças de extrema-direita, particularmente as concentradas na chamada comunidade de informações (serviços de inteligência das forças armadas/polícia política), resistiram como puderam, pressionando, ameaçando, urdindo golpes, assassinando de forma escandalosa presos indefesos, praticando atos de terrorismo. Por outro lado, muitos líderes do

---

<sup>11</sup> Seligmann-Silva, 2009.

<sup>12</sup> Martins Filho, 2002: 178.

<sup>13</sup> Seligmann-Silva, 2009: 3.

<sup>14</sup> Gagnebin, 2006: 57.

capitalismo nacional e políticos de expressão temiam que os militares pudessem perder o controle da abertura, ensejando a volta dos fantasmas de subversão, agora controlados. O próprio ditador, líder do processo e autor da proposta de distensão lenta, segura e gradual, hesitava quanto aos meios e aos objetivos<sup>15</sup>.

Outro aspecto é que estas vozes de denúncia não surgiram somente a partir do processo de abertura; algumas delas já tentavam se fazer ouvir anteriormente, tanto internamente como articulando denúncias em países estrangeiros e em comissões internacionais de direitos humanos<sup>16</sup>.

Mesmo assim, é a partir da luta pela anistia e aprovação de uma lei que a estabelecia em 1979 que parece haver um terreno mais favorável à produção e publicação de memórias daqueles que se envolveram na luta armada. E, para além do objetivo inicial de testemunhar, denunciar e desabafar, os autores destes livros, muitas vezes, procuraram também compreender as causas da derrota das estratégias e táticas da guerrilha durante o período da ditadura, tentando refletir sobre os caminhos e os erros das esquerdas.

É neste esforço compreensivo que irão surgir explicações que atribuem a determinação da derrota à falta de preparo dos componentes envolvidos na luta armada, à sua juventude, à falta de apoio e de diálogo com o restante da sociedade. Alguns ex-militantes, inclusive, ao relatarem sua experiência, expressam que, de alguma forma, a derrota fatalmente aconteceria, diante das condições em que se lutava. Um dos pontos mostrados como responsáveis por esta derrota é a constante ruptura, as múltiplas cisões das organizações e partidos. Os militantes não teriam sabido lidar com pontos de vista diferentes, como se pode ver no livro *“Tirando o Capuz”*, publicado pelo ex-integrante do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), Álvaro Caldas, em 1981: “toda divergência importava em exclusão, jamais na aceitação e convivência com ideias contrárias”<sup>17</sup>.

Outro aspecto levantado como justificativa para terem sido derrotados foi o profundo militarismo e dogmatismo, que levaram a uma visão muito rígida e à burocratização dos grupos envolvidos na luta armada, o que, de acordo com Alex Polari, ex-integrante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), no livro publicado em

---

<sup>15</sup> Reis Filho, 2004: 44. Para uma análise do processo de abertura da ditadura, ver Silva, 2003.

<sup>16</sup> Como exemplos, temos que: ainda nos anos iniciais do regime, Marcio Moreira Alves faria campanha na imprensa e acusação de torturas. E, entre junho de 1972 e abril de 1973, o SNI recebeu cerca de 2.800 cartas da Anistia Internacional vindas de diversos cidadãos europeus sensibilizados por denúncias de tortura. Conforme Fico, 2012: 23; 85.

<sup>17</sup> Caldas, 1981: 162.

1982, “*Em busca do tesouro*”, acabava trazendo infelicidade para os sujeitos que se envolviam com eles:

A nossa época fez da cara dura, do semblante sério, do corpo contraído, valores ideológicos, emblemas de combatividade; com isso apenas escondíamos a nossa infelicidade, fruto de uma prática social que não trazia prazer nem para aqueles que seriam os presumíveis destinatários dessa prática, nem para nós mesmos, seus executores onipotentes<sup>18</sup>.

Segundo estas análises, faltaria a tais organizações também um investimento no aspecto cultural, já que elas perdiam muito tempo debruçadas sobre as ações militares: “morre a poesia e aumenta a disciplina, a preocupação com a segurança, começa a se esticar a teia da burocracia”<sup>19</sup>. Neste sentido, proliferavam as críticas aos companheiros e as autocríticas. Alex Polari conta, por exemplo, que em uma viagem que fizeram para um treinamento paramilitar, foi necessária até a autocrítica de um companheiro que teria lavado mal a louça<sup>20</sup>. Na impossibilidade de dizimar os seus adversários, na leitura destes militantes, a esquerda armada passou a liquidar a si própria. Qualquer um que abandonasse a abnegação e a coragem pessoal necessária tornava-se passível de ser tratado de forma pior que o inimigo:

Ao transformar-se numa missão predestinada, que exigia sacrifícios e privações, a atividade política tendia a castrar os indivíduos. Teimosamente, esforçava-se para separar o político da vida, a vida da política. O sujeito político não podia aspirar à felicidade, ter filhos, possuir uma relação afetiva normal porque tudo isso poderia interferir em sua prática, significavam demonstrações de fraqueza, de vacilação ideológica<sup>21</sup>.

As queixas de que os grupos, portanto, teriam exagerado o tom e esquecido de valorizar o indivíduo, são múltiplas. Não bastasse isso, os militantes identificam como um erro grave uma leitura míope que estavam fazendo da realidade. Eles se queixam de que todas as análises da conjuntura internacional anunciavam que o capitalismo estaria perto de seu fim, que nenhuma dizia que em algum lugar do mundo ele poderia estar sendo vitorioso. Deste modo, as suas chances de sucesso, no mesmo momento em que os grupos eram cada vez mais perseguidos e destruídos, se mostravam maiores, em uma ilusão de poder.

“*Barão de Mesquita 425: a fábrica do medo*” foi um livro de ficção publicado em 1981 por Alcir Henrique da Costa, que militou em uma dissidência estudantil do Partido Comunista Brasileiro. Apesar disso, nas palavras do apresentador do livro, Ferreira Gullar, trata-se de uma exposição romanceada de acontecimentos reais.

---

<sup>18</sup> Polari, 1982: 159.

<sup>19</sup> Caldas, 1981: 106.

<sup>20</sup> Polari, 1982: 190.

<sup>21</sup> Polari, 1982: 190.

Podemos ter certeza deste argumento ao compararmos as passagens desta ficção com elementos de outros livros que são considerados livros de memória, que se referem ao real. Existem muitos nomes de soldados, oficiais e presos que se repetem nesta obra e em outras, bem como coincidências na narração de episódios e na percepção dos personagens nos espaços das distintas prisões (por exemplo, a diferença de ambiente entre o DOPS da Rua da Relação e o DOI-CODI da Rua Barão de Mesquita). Trata-se, portanto, de um romance inspirado na própria vivência do autor, que relatou no mesmo os dramas vividos pela esquerda armada e suas experiências na clandestinidade e na prisão.

Nesta trama, um dos personagens fala: “- Sei lá, rapaz. Acho que vocês todos são muito teóricos demais: botam um esquema na cabeça, fecham os olhos ao que está acontecendo no país e começam a fabricar documentos sempre com o mesmo jeito”<sup>22</sup>.

No mesmo sentido, no polêmico livro “*O que é isso, companheiro?*”, publicado em 1979, seu autor Fernando Gabeira se queixa de que recebia informes que diziam apenas que a realidade mais uma vez comprovava que as suas análises estavam certas: “Nunca recebi um informe que me dissesse: o capitalismo está avançando em muitos pontos; a realidade mais uma vez comprovou que estávamos errados; e que não terminasse com as massas triunfantes assaltando aos céus – a tomada do poder”<sup>23</sup>.

A esta análise, que segundo Gabeira era equivocada, somava-se um despreparo intelectual. O autor exagera neste ponto, afirmando que a formação teórica do seu grupo era muito pequena, que sequer teriam lido “*O Capital*”, de Karl Marx, e que nenhum dentre eles conhecia profundamente a experiência revolucionária de outros lugares<sup>24</sup>. Para além de uma análise da conjuntura equivocada e da fragilidade da formação teórica, contribuía para a derrota um despreparo também tático: seus treinamentos redundavam em praticar tiros regularmente com um revólver calibre 22 em alvos imóveis de uma distância próxima. Nesta leitura, se a preparação teórica era inexistente, a preparação prática era um “feijão-com arroz”<sup>25</sup>.

Em algumas passagens, os autores analisam a entrada para a luta armada como uma coisa chata, um arrependimento em suas vidas. Alex Polari, por exemplo, afirma ter pensado se Lenin, Marx ou Trotski inventavam outras tarefas e compromissos

---

<sup>22</sup> Costa, 1981: 15.

<sup>23</sup> Gabeira, 1979: 102.

<sup>24</sup> Ao contrário desta perspectiva, Reis Filho destaca justamente a obrigação de todo militante realizar estudos teóricos que envolviam a leitura de *Marx, Lenin, Stalin, Mao, Lin Biao, Ho Chi Minh, Nguyen Giap, Che, Debray, Fidel*. Reis Filho, 1990: 124.

<sup>25</sup> Gabeira, 1979: 87; 137.

políticos “para fugir de alguma reunião chata a fim de ir para cama com alguém”. E, diante das bárbaras torturas sofridas, ele diz ter ódio de si próprio, ódio por ter sonhado com a Revolução, de ter sido militante de uma organização, guerrilheiro: “Se oferecessem a mim naquele momento desistir de tudo pelo preço da minha vida, eu aceitaria”<sup>26</sup>.

Gabeira, ao falar de Dominginho, um menino que entrou para a organização antes de ter sua primeira namorada, passa a ideia de que ele está lá porque não conheceu outros prazeres que o distraíssem:

Se ele, de repente, entrasse num jeans mais apertado, fosse ao Bob’s com sua garota, curtisse uma praia, talvez desaparecesse o revolucionário de tempo integral. Mas sua extraordinária inteligência e sensibilidade floresceriam muito mais harmonicamente. Quem sabe?<sup>27</sup>

Nesta racionalização e tentativa de explicações que fizessem compreender por que houve o envolvimento com a luta armada e por que esta foi dizimada pelas forças repressoras, Gabeira marca ainda a ideia de que as esquerdas queriam dar passos maiores que as próprias pernas e mostra seu enfado quando já no avião que o levaria para a liberdade, o seu companheiro de poltrona continua a falar de suas experiências com as ações armadas:

Sucediam-se choques com a polícia, bombas explodindo, coberturas detendo os camburões com tiros certos, guardas sendo desarmados espetacularmente. Meu Deus, pensava. Quando é que vai acabar essa revolução pra descansar um pouco<sup>28</sup>.

Além de mostrar a entrada para a luta como aleatória, como falta de opção ou de conhecimento dos prazeres da vida, o autor mostra também que, diante da derrota, não quer nem mais ouvir sobre ela e chega, inclusive, a negar a própria luta. Isso nos mostra, no entanto, como esta tomada de consciência só pode ser feita *a posteriori*, depois que já se vivenciou a derrota, numa interpretação retrospectiva. No momento em que lutavam, as pessoas envolvidas não imaginavam a revolução sem razão de ser. Esta análise é enquadrada na memória em um contexto no qual já se foi derrotado e se avalia, portanto, esta forma de luta como inútil. Além disso, adiante, ele coloca que, mesmo se resistissem, de nada adiantaria, pois a sociedade no seu conjunto não estava convencida da importância de resistir.

Está claro que o livro de Fernando Gabeira é apenas uma voz que se expressa, que longe está de representar o pensamento e a memória de todas as pessoas envolvidas

---

<sup>26</sup> Polari, 1982: 98-99.

<sup>27</sup> Gabeira, 1979: 86.

<sup>28</sup> Gabeira, 1979: 190.

na luta armada e que foi, inclusive, muito criticado quando publicado, justamente porque muitos foram os ex-guerrilheiros que interpretaram a abordagem como reducionista e não se sentiram representados pela obra<sup>29</sup>. Para além disso, citamos ainda passagens de apenas outros três livros publicados no início da década de 1980. Numericamente, eles não são representativos do que era a imagem que se construía acerca da luta armada. No entanto, eles trazem elementos que tocam em pontos importantes para aquele momento, no que se refere ao estabelecimento das representações da ditadura e daqueles que lutaram contra ela.

Dissemos que a publicação destes testemunhos, em um primeiro momento, significou a produção de uma memória antes subterrânea, contraposta a uma versão oficial. Contudo, estas memórias subterrâneas, também elas, têm suas divisões, possuem os pontos estruturantes de seus próprios enquadramentos<sup>30</sup>. Após cumprirem seu papel de memórias subterrâneas, o que se verificou é que elas puderam aflorar e foram incorporadas à memória coletiva dominante.

No que se refere a esta aceitação da memória coletiva em relação aos testemunhos, Denise Rollemberg defende em um artigo que as memórias oriundas de biografias e autobiografias da esquerda armada, na verdade, ocuparam espaço na memória coletiva, mas somente porque o esquecimento foi essencial na construção dessas memórias. Neste sentido, haveria uma diversidade e uma pluralidade de memórias relativas à experiência da luta armada que não foram recuperadas, mas apenas uma fração das mesmas. Dito de outro modo, ainda que houvesse muitos ex-guerrilheiros que não tenham negado a luta e nem a tenham tratado de modo tão pejorativo, o fato de haver algumas declarações que pareciam desqualificá-la era útil naquele contexto e esse aspecto se sobressaiu. Assim, os testemunhos produzidos foram

---

<sup>29</sup> Por exemplo, ver o texto “Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60”, de Daniel Aarão Reis Filho, que está no livro *Versões e Ficções, o sequestro da história*, uma reunião de artigos críticos à imagem passada da luta armada por Gabeira, publicado em 1997, pela Editora Perseu Abramo, diante da adaptação de “O que é isso, companheiro?” para o cinema, no filme de Bruno Barreto.

<sup>30</sup> Em um texto belíssimo, Alessandro Portelli, ao analisar as memórias de um massacre em Civitella Val di Chiana durante a Segunda Guerra Mundial e utilizando as noções de memória subterrânea e memória coletiva, mostra como as memórias da Resistência e a da comunidade que se opõe a esta são igualmente enquadradas, cada uma, contudo, com pontos fundadores diferentes e igualmente mediadas ideológica e culturalmente, contrariando a perspectiva de que haveria uma memória oficial, que uma vez desmontada daria lugar a uma memória comunitária pura e espontânea. Mostra como há narradores gabaritados e um controle social sobre a forma de relatar os acontecimentos e que ambas se modificam com o tempo, destacando que não há apenas uma divisão entre as duas memórias (a oficial e a subterrânea), a memória da Resistência e a da comunidade também são divididas internamente. Além disso, ele analisa os mitos políticos como partes significativas partilhadas por uma cultura e que dão base a uma narrativa e a uma identidade de valores, constituindo também a coesão de uma memória. Portelli, 2006.

responsáveis por um “lembrar que esquece”, ao destacar apenas as partes que seriam úteis a grupos sociais que incorporariam o papel dos leitores que não sabiam o que se passou nos anos ditatoriais, “esta espécie de personagem constante da história que atravessa os tempos em diferentes partes do mundo assistindo a toda espécie de crime sem nada ver”<sup>31</sup>.

É assim que se constrói, como afirmou Daniel Aarão Reis Filho, uma versão consolidada da memória coletiva a favor do consenso, que não mexeu em feridas profundas e fez com que a nação pudesse seguir adiante. Atendendo a demandas de grupos específicos, a sociedade, de uma maneira geral, foi entendida como vítima do período ditatorial e a luta das esquerdas armadas ou foi silenciada ou romantizada, designando os guerrilheiros como heróis ou resistentes democratas<sup>32</sup>.

O que se pode depreender das passagens dos livros de testemunho citadas é que a busca em desvendar os erros das esquerdas e fazer uma autocrítica foi útil a este enquadramento da memória coletiva feito em um contexto de redemocratização, em que imperava o otimismo e a crença na construção de um futuro melhor. Tais memórias acabaram, ao saírem da área de memórias subterrâneas, contribuindo com uma versão conciliadora, que unia os opostos e se inclinava para o perdão. Neste sentido, foram reduzidas e sua pluralidade foi esquecida, imperando na memória apenas as imagens que celebravam estes heróis da utopia despreparados e isentavam a sociedade, já que das vítimas nada devia ser cobrado.

A despeito da sua importância para aqueles sobreviventes entenderem seu passado recente, mostrar as esquerdas armadas cometendo erros crassos, desorganizadas, cindidas e despreparadas, contribuía para inocentar os que não se engajaram em “derrubar a ditadura”. Se, na memória, construía-se a visão de que a guerrilha era a única forma de oposição que ainda poderia se estabelecer diante da truculência e da perseguição ditatorial, identificá-la com uma fragilidade, uma falta de teoria, com um despreparo tático, com um militarismo e uma burocratização extremos e com uma violência e um julgamento que as aproximava em seus métodos dos da repressão, isto servia para confortar, para dizer e justificar, de uma maneira geral, ao restante da sociedade por que não se envolveu, não se opôs, não ousou vestir o papel de herói. Estas passagens serviram para enquadrar uma ideia de herói da utopia, de herói sem bases, de herói ingênuo, míope.

---

<sup>31</sup> Rollemberg, 2006: 83;91.

<sup>32</sup> Reis Filho, 2005.

Às outras pessoas, que seguiram vivendo suas vidas cotidianas, como se não estivessem vivendo em uma ditadura<sup>33</sup>, portanto, não poderiam ser atribuídas críticas. No final das contas, o que estes testemunhos ajudavam a formular era a força e a violência do aparato repressor por um lado, e, de outro, a ingenuidade dos que ousaram lutar, mas que participaram de movimentos tão frágeis que nunca se revelariam verdadeiramente capazes de causar a queda dos militares. Desta forma, não se poderia culpar os que não se entregaram a esta “infelicidade” descrita por aqueles que a viveram. Esta análise contribui para colocar o restante da sociedade como apartado das esquerdas, mostrar que a maioria não se envolveu, mas que isto, quem sabe, na verdade, era a melhor atitude a ser tomada, uma vez que os que se perderam por este caminho mostraram tantos arrependimentos e erros de conduta.

Dito desta forma, parece que esta construção da memória coletiva é racional, meramente intencional e articulada de forma bem acabada, pacífica e imutável. Contudo, este fazer-se das lembranças da nação em relação à luta armada, às oposições à ditadura e as relações entre esta e a sociedade de uma maneira geral é longo, conflituoso, polifônico e vai se modelando e remodelando a todo momento.

Ao se produzirem e se estabelecerem primeiro como parte de memórias subterrâneas e depois ao serem vitoriosas no terreno da memória coletiva da sociedade, estes testemunhos passaram a disputar, portanto, em um longo campo de batalhas, em que atores sociais diversos buscaram na sociedade o reconhecimento de suas memórias parciais sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar. Surgiram no contexto de redemocratização não apenas as vozes dos ex-guerrilheiros, mas diversos discursos de memória conflitantes sobre o período. Formas de lembrar e esquecer foram defendidas de maneiras diferentes pelas esquerdas e direitas, principalmente em relação ao tema das prisões, da tortura e dos desaparecimentos políticos.

Em artigo que analisa as memórias de militantes e militares, João Roberto Martins Filho<sup>34</sup> mostra o intercâmbio de versões e a oposição literária dos militares

---

<sup>33</sup> Não podemos perder de vista que esta “sociedade civil” que não combateu a ditadura é muito diversa, dividida em distintos grupos e segmentos. Há quem não se envolveu porque as exigências de sobrevivência de sua vida cotidiana, de alguma forma, provocava o afastamento de preocupações políticas e de engajamento em movimentos sociais. Há os que são indiferentes porque não conseguem vislumbrar em sua vida diária profundas diferenças entre a democracia representativa, em que se vota periodicamente em candidatos que depois se esquece, e uma ditadura. Há os que não combatem, não se envolvem, são apáticos, mas no fundo não são profundamente contrários às propostas dos governos militares. Há os que apoiam e depois não estão mais de acordo... A sociedade não é composta de indivíduos atomizados, completamente conscientes de escolhas políticas racionais, não sendo encontradas fórmulas fáceis que expliquem o consenso, o consentimento, a apatia ou a indiferença.

<sup>34</sup> Martins Filho, 2002.

diante das publicações dos militantes das esquerdas. Em um balanço das obras, ele marca a publicação de Renato Tapajós, “*Em Câmara Lenta*”, como um marco, o primeiro livro de memórias escrito por militantes, em 1977. O livro seria proibido e seu autor preso, mas solto rapidamente por ordem da terceira Auditoria Militar de São Paulo. O episódio revelaria características do contexto em que estava inserido: um momento de abertura política, porém, lenta, gradual e segura.

Este livro seria o primeiro de uma série de publicações em que a denúncia da tortura aparece como o tema central, culminando em 1985 com o livro *Brasil Nunca Mais*, organizado pela Igreja Católica e publicado pela editora Vozes, denunciando a tortura enquanto um sistema e uma política estatal.

Diante destas obras, os militares também irão organizar suas publicações. Em 1986, o coronel Marco Pollo Giordani publicou o *Brasil Sempre*, numa clara tentativa, desde o título, de se contrapor aos argumentos denunciados pelo *Brasil Nunca Mais*. A iniciativa do coronel não seria única dentro das forças armadas. É também diante destas denúncias que o Ministro do Exército do governo Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, encarregou o CIE (Centro de Informações do Exército) de elaborar uma resposta, dando origem ao Projeto Orvil (livro, ao contrário), que foi concluído em 1988, com cerca de 900 páginas sobre as tentativas de tomada de poder pelos comunistas no Brasil, estabelecendo uma versão oficial para o período que buscava justificar o golpe. O resultado da pesquisa seria uma publicação oficial do exército, mas acabou sendo arquivado e não foi publicado<sup>35</sup>.

Tais escritos negavam a existência da tortura e justificavam os “excessos” como um resultado “da lei física de que a cada ação corresponde uma reação, da lei biológica de que para cada veneno há um antídoto, ou da sabedoria popular de que quem semeia ventos colhe tempestades”<sup>36</sup>. As versões militares estariam, portanto, baseadas na ideia de que a subversão explica a tortura e de que esta se constituiu em um fenômeno excepcional e não sistemático e organizado e, muito menos, oficializado. Ou ainda, propõe-se que ambos os lados no conflito ultrapassaram certos limites.

Além disso, os militares defenderiam a necessidade do silêncio. Em suas concepções, a anistia significava esquecimento do passado para que a nação pudesse se reconciliar e seguir adiante. Desta forma, condenavam a mídia e os militantes das

---

<sup>35</sup> Santos, 2014.

<sup>36</sup> Martins Filho, 2002: 187.

esquerdas por quererem perpetuar as denúncias e insistirem em publicações que relatavam suas experiências nas prisões, interrogatórios e julgamentos.

Vemos no posicionamento dos militares, em suas críticas, depoimentos e discursos, que se trata de uma tentativa de deslegitimação dos militantes, que só foi possível e necessária diante da denúncia dos testemunhos daqueles que viveram a tortura. Ao publicarem suas memórias subterrâneas e encontrarem uma escuta na sociedade, os militantes impeliram os militares a falar e se defender. E a memória coletiva referendou, num primeiro momento, não estes discursos de defesa, mas as, até então, memórias subterrâneas das esquerdas.

Contudo, esta visão disseminada pelos militares deu lugar a uma vertente que iria se contrapor e alcançar também algum eco e apoio entre grupos sociais, formulando a “teoria dos dois demônios”<sup>37</sup>. De acordo com esta interpretação, durante os anos ditatoriais, teria havido uma verdadeira guerra entre dois polos opostos, mas equiparados: militares e guerrilheiros da esquerda armada, à revelia do restante da sociedade. Ignorando que as forças repressivas eram infinitamente mais bem equipadas e que representavam o próprio Estado, forjou-se uma ideia de que era uma guerra entre dois lados igualmente violentos e armados. Assim, quaisquer “excessos” seriam inerentes à própria guerra que estava se travando. Esta ideia, aliás, já vinha sendo construída desde o início da ditadura, quando os envolvidos no aparato do Estado esforçavam-se em divulgar que morria gente também do seu lado e que os guerrilheiros cometiam crimes comuns, tentando disseminar a imagem de que eles eram meros “marginais”<sup>38</sup>. Como um dentre muitos exemplos que poderiam ser citados, uma reportagem da Revista Veja, de seis de agosto de 1969, parece simbolizar bem os elementos desta perspectiva:

“Na semana passada, houve mais três assaltos a bancos – dois no Rio e um em São Paulo. Provam que os terroristas continuam agindo. Mas houve também provas de que a repressão não parou. Em São Paulo, um membro da VPR foi morto e outro ficou ferido depois de um tiroteio com a polícia. Cinco membros do MR-8, foragidos, são procurados por todo o país”<sup>39</sup>.

Talvez esta representação dos integrantes da luta armada como terroristas ou delinquentes fizesse algum sentido também para setores da classe média ou pessoas que

---

<sup>37</sup> A referência é à expressão elaborada pelo presidente Raul Alfonsín, em relação à ditadura da Argentina.

<sup>38</sup> Um documento elaborado sob encomenda do Ministro da Justiça Alfredo Buzaid, em 1970, tem como objetivo demonstrar “a inexistência dos chamados presos políticos no Brasil; ser maior o interesse criminoso dos terroristas na prática de seus atos, do que possíveis objetivos políticos”. Documento *BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0065\_d001* disponível do Fundo DSI MJ do Arquivo Nacional.

<sup>39</sup> Revista Veja, 06/08/1969, p. 18.

desconheciam a teoria e as estratégias de tais organizações. Homens armados, que assaltavam bancos, atentavam contra policiais e militares, poderiam ser interpretados por aqueles que não eram íntimos às suas proposições nem tinham uma formação política ou teórica formalmente construída, como criminosos comuns. Houve quem dissesse que um padre que foi torturado, não foi preso “nem confessando nem comungando”<sup>40</sup>. Ou seja, se alguém estava sendo perseguido pela polícia é porque, provavelmente, deveria ser culpado ou, pelo menos, não era propriamente um exemplo de lisura<sup>41</sup>. Principalmente, se levarmos em conta uma estrutura brasileira autoritária e patriarcal que costuma reverenciar esses agentes da “ordem”. Até hoje, há bastante lugar no senso comum que justifica prisões arbitrárias, mortes e torturas feitas por policiais com o pensamento de que *alguma coisa errada a pessoa devia estar fazendo para ser tratada desta forma*. Talvez esta seja uma face da cultura política<sup>42</sup> conservadora de setores da classe média que faz com que não haja espanto e revolta contundentes diante da brutalidade com que são tratados jovens torturados e mortos nas periferias e favelas diariamente. Ao contrário, não é raro ouvir declarações extremamente preconceituosas de que *tinha cara de bandido* (numa inacreditável atualização das teorias de Lombroso<sup>43</sup> em pleno século XXI) ou de que inocente totalmente não devia mesmo ser, já que estava *em lugar suspeito e em hora suspeita*.

É possível, então, compreender que a “teoria dos dois demônios” tenha encontrado algum terreno favorável à sua escuta em meio a grupos específicos, que incorporariam o papel de pacifistas que nada tiveram a ver com esta guerra (a despeito

---

<sup>40</sup> “De Brasília, os bispos mandaram-nos uma carta de solidariedade pelos sofrimentos. Em compensação, ontem dom Agnelo Rossi deu entrevista ao Estadão, na qual afirma que a nossa atitude nada teve a ver com o cristianismo. Disse que não fomos presos nem confessando, nem comungando... Como se o cristianismo fosse apenas confessar e comungar – coisa, aliás, que Jesus não fez”. Frei Betto, 2008: 49-50.

<sup>41</sup> Apenas para dar um exemplo da incompreensão quanto aos métodos e táticas dos envolvidos na luta armada por pessoas de outros grupos sociais, certa vez fui contar sobre meu projeto de pesquisa para dois administradores. E, na medida em que ia contando, eles iam se indignando: “E o *cara* ainda recebe pensão do Estado? Ele roubou o Banco do Brasil!” E eu expliquei que era um crime com motivações políticas e que ele cumpriu até pena na prisão. A conclusão dos dois foi: “Então vamos roubar e dizer que é política, você que é entendida, diz aí um bom motivo pra se roubar e justificar politicamente”. Isso aconteceu no ano de 2014.

<sup>42</sup> Conforme conceito desenvolvido, por exemplo, por Serge Bernstein, 1998. Adicionalmente, um elemento que nos ajuda a pensar essa cultura política conservadora que privilegia a ordem é o resultado da pesquisa realizada no ano de 2010, pelo Núcleo de Estudos da Violência da USP. Nela, mais de 40% dos entrevistados admitiram o uso de práticas de tortura, em algumas condições, para obter informações sobre crimes. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-jun-06/metade-brasileiros-concorda-tortura-criminosos-pesquisa>.

<sup>43</sup> A referência é a Cesare Lombroso, médico do século XIX, considerado pai da criminologia moderna, que ficou famoso por estudar as características físicas de loucos, criminosos, prostitutas e “pessoas normais”, tentando achar um padrão nas fisionomias das pessoas de cada grupo.

de muitos terem, inclusive, apoiado o golpe), como nos esclarece Marcelo Ridenti: “a violência das esquerdas e das Forças Armadas nos anos 60/70 teriam sido as duas faces da mesma moeda imprestável que jogamos na lata do lixo da História com a redemocratização, que a pacífica sociedade civil sempre almejava”<sup>44</sup>.

Há, inclusive, abordagens historiográficas que, de alguma maneira, oferecem elementos que podem acabar fortalecendo este tipo de interpretação, como, por exemplo, a que sustenta que um golpe de direita ocorreu diante da radicalização de setores da esquerda e da iminência de um golpe articulado por estes, como se, no fundo, o que estivesse em jogo fosse a disputa entre duas ditaduras<sup>45</sup>.

Como colocou Vitor Amorim de Angelo, esta tese pressupunha outros dois mitos: “o de que a esquerda era mais poderosa do que realmente era e o de que os militares não poderiam oferecer democracia enquanto o *inimigo* não tivesse sido eliminado”<sup>46</sup>. Aliás, todo o aparato repressivo seria estruturado, consolidado e aperfeiçoado com a utilização retórica da necessidade de combater e dizimar as esquerdas armadas, como colocou Thomas Skidmore: “as guerrilhas eram incômodas, mas também úteis porque ajudavam a justificar a repressão”<sup>47</sup>. Também podemos verificar, nas justificativas de organização deste novo aparato repressor feitas pelos militares, a defesa da necessidade de fazer frente a um tipo de *ameaça* que era novo e, estava ligado ao *perigo* comunista e guerrilheiro:

ela [a nova ameaça] provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideais comunistas, e empregava métodos como persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil. Portanto, era preciso agir unificando os comandos políticos e militares, atuar também por meio da ação psicológica e ter controle das informações

---

<sup>44</sup> Ridenti, 2004, p. 63.

<sup>45</sup> Como exemplo: “Mas haveria, de fato, um golpe das esquerdas em curso e liderado por Goulart? Alguns estudiosos respondem positivamente. É o caso do historiador Jacob Gorender, na época membro do Comitê Central do PCB. Para ele, desde novembro de 1963, Jango ‘passou a se entender com as forças de esquerda, com o PCB em particular, germinando também uma ideia golpista’. Segundo sua análise, havia golpismos ‘não só da direita, mas também da esquerda’. Para Leandro Konder, outro historiador que viveu aqueles acontecimentos e também era ligado ao PCB, a conclusão é similar. Luís Carlos Prestes estava apoiando a reforma da Constituição de 1946 e a reeleição de Goulart. Logo, afirma Konder, ‘dadas as circunstâncias (exiguidade dos prazos, inexistência de consenso), a proposta era, certamente, golpista’ e, ainda seguindo sua reflexão, ‘a reação contra o golpismo do campo da esquerda resultou no golpe da direita’(...) Mais cedo ou mais tarde, o presidente daria um golpe de Estado com as esquerdas, afirmavam muitos congressistas. Era isso que importava e, convenhamos, era absolutamente possível, diante dos termos da Mensagem [enviada pelo presidente ao Congresso Nacional, em 17/03/64]”. Ferreira e Gomes, 2014: 289-290.

<sup>46</sup> Angelo, 2011: 70-71.

<sup>47</sup> Skidmore, 1988: 203.

que levassem a um conhecimento profundo do inimigo, para prever e neutralizar suas ações<sup>48</sup>.

É nesta chave de leitura que, durante o processo de formação das memórias e das representações da esquerda armada, se fortalece um elemento que, de alguma forma, tenta se contrapor e combater a ideia de que golpistas e guerrilheiros eram duas faces da mesma moeda. Para, talvez, diferenciar e indicar que os ex-guerrilheiros não estavam em pé de igualdade com as forças repressoras, veiculou-se uma versão de que, na verdade, a luta armada foi o único canal possível de atuação, pois todas as outras formas e possibilidades de resistência ou combate à ditadura estavam fechadas, diante da extrema violência dos mecanismos da situação. De acordo com estes argumentos, é aí que se exagera a visão de que os envolvidos na luta armada tinham como objetivo derrubar a ditadura e reestabelecer a democracia, outro ponto já levantado por Daniel Aarão Reis Filho<sup>49</sup>. Assim, segundo este autor, esvaziava-se o caráter revolucionário das esquerdas e reforçava-se um entendimento de que estes homens e mulheres só trilharam o caminho da guerrilha porque seria impossível lutar contra a ditadura de outra forma, principalmente, após a aprovação do Ato Institucional nº 5, de 1968 ou do “golpe dentro do golpe”.

Na construção desta ideia, ficava claro que os militantes lutaram bravamente para reestabelecer a democracia no Brasil, eram guerreiros a quem a sociedade muito devia por terem dedicado suas vidas para que a ditadura pudesse conhecer seu fim, já que enveredaram por um caminho espinhoso, mas o único que se revelava ainda possível de ser trilhado. Esta defesa é de fundamental importância, principalmente, diante das discussões quanto à aprovação de anistia aos que foram perseguidos pela ditadura. Pois, se a disputa de memória tem seus interesses próprios, em 1979, ela teria consequências muito visíveis e práticas, que se referiam a oferecer justificativas e convencimentos em relação a de que forma e para quem seria concedida a anistia política.

Esta versão, no entanto, ignora dois aspectos fundamentais. O primeiro é que o projeto da luta armada não tem o seu início em 1968<sup>50</sup>. Ao contrário, como exemplos anteriores, temos as Ligas Camponesas, que recorrem às armas e têm suas primeiras experiências até mesmo antes do golpe, durante o governo de João Goulart, e as

---

<sup>48</sup> Joffily, 2014: 161.

<sup>49</sup> Reis Filho, 2005.

<sup>50</sup> Conforme Ridenti: “De fato, o projeto das esquerdas armadas era baseado na ação de vanguarda, e alguns grupos até planejaram a revolução armada ainda antes do golpe de 1964”. Ridenti, 2004: 54.

propostas, por exemplo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que defendeu a luta armada em sua formação<sup>51</sup>. E o outro é que, pautados em ideais marxistas, os grupos que se dedicaram à guerrilha, geralmente, desprezavam a democracia, entendida como um artifício que fazia do Estado o balcão de negócios da burguesia. Como colocado por Reis Filho:

No debate que se instalou, quando a sociedade brasileira teve uma primeira oportunidade de exercitar a memória – e de elaborar seus silêncios – sobre o passado recente, afirmaram-se algumas interessantes *(re)construções históricas*, verdadeiros *deslocamentos de sentido* que se fixaram como verdades irrefutáveis, correspondentes a processos históricos *objetivos* e não a versões consideradas apropriadas por seus autores.

Um primeiro *deslocamento de sentido*, promovido pelos partidários de uma ampla anistia, apresentou as esquerdas revolucionárias como parte integrante da *resistência democrática*, uma espécie de braço armado da resistência. Apagou-se, assim, o caráter revolucionário da proposta que havia moldado aquelas esquerdas. Ou seja, apagou-se o fato de que eram partidárias de uma ditadura revolucionária para efetuar as transformações radicais, essenciais à construção de uma sociedade livre da exploração e da opressão<sup>52</sup>.

Apesar disso, esta versão tem um importante ponto estruturante que é o fato dos grupos das esquerdas armadas terem sido mais proeminentes e numerosos a partir do estabelecimento da ditadura e, principalmente, entre os anos de 1969 e 1970, conforme nos evidencia Marcelo Ridenti:

Provavelmente haveria alguma luta guerrilheira no Brasil mesmo se o golpe tivesse sido derrotado. Mas a experiência seria outra, e há poucos indícios de que viesse a ser significativa, pois a adesão de setores expressivos da esquerda ao modelo cubano não pode ser dissociada, de um lado, da repressão da ditadura e, de outro, da crise nas esquerdas gerada pela derrota de 1964. (...)

Ou seja, pode-se supor que haveria um processo armado no Brasil, independentemente do regime político, como ocorreu em quase todos os países da América Latina. Mas o fato é que se constituiu em 1964 um regime militar e civil que inviabilizou o projeto até então hegemônico de tomada institucional do poder pelas esquerdas, que foram duramente reprimidas após o golpe. A ditadura duraria mais de vinte anos, e as ações das esquerdas armadas transcorreram todas na vigência do regime militar em sua primeira década, de modo que elas são impensáveis fora do quadro concreto de combate à ditadura, ainda que o projeto das organizações guerrilheiras não se restringisse a derrubá-la<sup>53</sup>.

---

<sup>51</sup> Como consta no Manifesto-Programa do partido, de fevereiro de 1962: “as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. Por este motivo, as massas populares terão de reconhecer a todas as formas de luta que se fizerem necessárias para conseguir seus propósitos. (...) Todos os movimentos democráticos e patrióticos devem ajudar a alcançar a grande meta – a conquista de um novo poder político, principal objetivo do povo. Mas só a luta decidida e enérgica, as ações revolucionárias de envergadura, darão o Poder ao povo”. Reis Filho e Sá, 1985: 33. E também em Rollemberg, 2003: 65: “Até 1969, o PCdoB atuou, simultaneamente, no campo das lutas legais e clandestinas. Somente a partir de 1969, centrou-se na defesa da luta armada, embora a defendesse desde 1962”.

<sup>52</sup> Reis Filho, 2014: 133-134.

<sup>53</sup> Ridenti, 2007: 26-27.

Outro fator que fortalece esta visão de que as esquerdas revolucionárias lutavam pela democracia é ter possibilitado a aproximação dos ex-integrantes destes grupos do restante da sociedade, e até mesmo de pessoas e instituições que em 1964 apoiaram o golpe, sem saber que ele inauguraria uma ditadura de 21 anos (que ficava cada vez mais *escancarada*), e que, diante da sua perpetuação e recrudescimento, passavam, no contexto de redemocratização, para a oposição à ditadura. Assim, o fim da ditadura era um ponto que unia as oposições de então aos ex-guerrilheiros<sup>54</sup>, ainda que no passado estes múltiplos grupos tenham tido propostas bem distintas.

Contudo, para Vitor Amorim de Angelo, as pessoas que antes estiveram envolvidas na guerrilha não tiveram um protagonismo no contexto de redemocratização para que a ditadura acabasse:

No máximo, poderíamos considerar que, ao longo da abertura, os ex-guerrilheiros ajudaram, do exílio, a engrossar as fileiras de oposição à ditadura com suas denúncias. Todavia, precisaríamos lembrar que, pelas limitações políticas impostas aos exilados, eles não assumiram a frente desses movimentos, que quase sempre ficaram a cargo de religiosos, juristas, professores e intelectuais<sup>55</sup>.

Segundo esta concepção, a ideia de que a luta armada teve forte papel para a derrubada do regime constituiria um mito político, uma vez que os indícios apontariam “para o fato de que o fim da ditadura foi consequência de vários fatores, como a perda da base política e social, a crise econômica e o interesse das Forças Armadas em se dedicar às atividades profissionais, menos da atuação direta da esquerda armada”<sup>56</sup>. Este mito, consolidado na memória coletiva, seria útil, contudo, para formar uma nova identidade, ligada à democracia, em cujo regime os antigos militantes da esquerda armada conseguiriam se inserir política e institucionalmente, sem que isso lhes trouxesse maiores dificuldades.

É por isso que é grande a discussão em torno da possibilidade do uso do conceito de *resistência* para se falar de luta armada no Brasil. Enquanto Daniel Aarão Reis Filho defende que falar em guerrilheiros como resistentes é um deslocamento de sentido, que, saturado de memórias, serve pouco à explicação e à compreensão dos projetos e da experiência da luta armada, Marcelo Ridenti diz parecer ser apropriada a utilização do conceito, uma vez que muitos foram os grupos revolucionários que reivindicavam a expressão em seus textos e a caracterização da luta armada como parte da resistência à

---

<sup>54</sup> Angelo, 2011: 194.

<sup>55</sup> Angelo, 2011: 199.

<sup>56</sup> Angelo, 2011: 200.

ditadura, embora a tônica geral não fosse, como ele reconhece, uma postura defensiva, mas ofensiva e revolucionária<sup>57</sup>. Neste raciocínio, poderíamos utilizar resistência, mas descolada do adjetivo “democrática”, já que as esquerdas armadas nunca propuseram um mero retorno à democracia anterior a 1964. Insistir neste sentido, para o autor, é também uma versão mistificadora da História “conveniente para os que lutaram contra a ditadura e mais tarde chegaram a diferentes governos ou conseguiram uma inserção institucional, sem que houvesse mudanças de fundo na ordem social e econômica estabelecida”<sup>58</sup>, ou seja, esta interpretação seria mesmo favorável a posições políticas assumidas por alguns membros das esquerdas no processo de redemocratização. Estes, que no passado foram prontamente contrários à democracia liberal, depois de suas vivências de perseguição, tortura, julgamentos arbitrários e exílio, vão se integrando à oposição democrática à ditadura e tendo como principal bandeira a sua derrubada.

Outro aspecto destacado por Marcelo Ridenti é que *democracia* se tornou uma ideia tão importante e valorizada nos dias de hoje que a luta das esquerdas armadas só parece ter valor se a classificarmos como parte da resistência democrática à ditadura, esquecendo que é anacrônico analisar o passado “com base numa ideia de democracia estabelecida posteriormente e consolidada no presente”<sup>59</sup>. Assim, ele problematiza a utilização da versão de que as esquerdas armadas lutaram pela democracia, mas consegue reconhecer o seu papel ofensivo de resistência à ditadura. Ignorar este aspecto, segundo ele, seria dar voz à tese de que ambos os lados eram violentos e de que todo o restante apenas observou, torcendo ansiosamente pelo reestabelecimento da democracia.

Aliás, se a tese de que dois lados igualmente violentos travando uma guerra é uma versão que serve a alguns grupos específicos, utilizar a própria expressão “luta armada” para designar as esquerdas revolucionárias talvez sequer seja apropriado. Como já mencionamos, quase nada tiveram de luta realmente, uma vez que os lados eram muito díspares e as forças desproporcionais, tendo sido os integrantes destas organizações desmobilizados e massacrados e não tendo estado, de fato, próximos à conquista do Estado no Brasil, a despeito de muitas análises compartilhadas pelos militantes indicarem o contrário<sup>60</sup>. Um general, Adyr Fiúza de Castro, chefe do Codi (Centro de Operações de Defesa Interna), afirmou em 1972, inclusive, que a destruição das esquerdas armadas pelos órgãos repressivos foi feita como quem usa um martelo

---

<sup>57</sup> Ridenti, 2004: 57. O artigo do autor neste livro dialoga com o artigo anterior, escrito por Reis Filho.

<sup>58</sup> Ridenti, 2004: 58.

<sup>59</sup> Ridenti, 2004, p. 62.

<sup>60</sup> Angelo, 2011.

para matar uma mosca: “Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo pilão”<sup>61</sup>.

É óbvio que a utilização destes termos por um general, chefe do Codi, tinha como objetivo maior desqualificar e menosprezar a experiência dos envolvidos na luta armada. Mas, seja como for, ainda que sustentemos o conceito de “luta armada”, que, apesar de não ter acontecido tal como uma luta de caráter social, se refere ao projeto político e à estratégia colocada em ação, é preciso não perder de vista que esta foi uma experiência diversa e variada, que envolveu objetivos distintos e deu origem a vários grupos nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil.

Para exemplificar esta diversidade, é preciso compreender o cenário político do início da década de 1960. Diante dos desafios colocados para a transformação do Brasil, pode-se dizer que os segmentos mais à esquerda estavam divididos. Dentre os filiados ao comunismo e certos de que a revolução aconteceria, os mais expressivos eram: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Organização Operária Marxista – Política Operária (Polop). O PCB atuava na ilegalidade, mas adotava uma perspectiva etapista de união com uma fatia da classe dominante - a burguesia nacional (que, segundo suas análises, se encontrava dividida) - para anular a realidade semifeudal brasileira e, a seguir, concluir a revolução rumo ao socialismo (daí a valorização das lutas eleitorais e das instituições políticas existentes e do caminho pacífico para a transformação da sociedade). O PCdoB se desvinculou do primeiro em 1962, a partir do descontentamento com a via de formação da ampla frente política e pacífica adotada pelo PCB e com os efeitos do XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética)<sup>62</sup>, em que os crimes de Stalin foram divulgados. A Polop, fundada em 1961, defendia a organização de uma classe operária independente, em torno de seus próprios interesses, “livre de tutelas do Estado e de alianças consideradas espúrias com a burguesia”<sup>63</sup>, num partido revolucionário de vanguarda, negando também a perspectiva pecebista.

Outras três organizações rejeitavam as referências comunistas: a Ação Popular (AP), de origem e inspiração católicas, fundada em 1963, que se define, inicialmente, como um movimento político, e não como um partido, empenhando-se em pressionar o

---

<sup>61</sup> Joffily, 2014: 158.

<sup>62</sup> Ver, por exemplo, Sales, 2007: 65.

<sup>63</sup> Reis Filho, 2007: 56.

governo João Goulart pelas Reformas de Base<sup>64</sup>; o movimento nacionalista, cuja ala mais radical era dirigida por Leonel Brizola; e o movimento das Ligas Camponesas, sob liderança do deputado Francisco Julião<sup>65</sup>.

Com a ocorrência do golpe de 1964, no entanto, surgiam críticas recíprocas às concepções empreendidas por estes grupos, diante da impossibilidade de terem evitado o desfecho golpista, o que os abalou e dificultou ainda mais a coesão entre eles. É assim que alguns vão promover mudanças em suas concepções estratégicas e também irão se multiplicar dissidências que sairão destas organizações, principalmente do PCB, e que enveredarão pela via armada:

Prevaleceu a ideia de que as classes e elites dominantes constituíam um todo monolítico. Daí, em consequência, viria a negação de uma política de alianças e o desprezo pela luta institucional. Estavam dadas as premissas para as propostas de enfrentamento aberto, de luta armada<sup>66</sup>.

Se a experiência foquista, armada e guerrilheira da Revolução Cubana inspirou simbolicamente muitos brasileiros e, também na prática, alguns grupos antes do golpe, como já enunciamos, parece ser somente após o mesmo que a proposição armada deixaria de ser uma influência marcadamente simbólica, para estimular a ação, privilegiando-se a prática, de cada vez mais homens e mulheres que concluíam então que a conduta adotada pelas esquerdas havia sido insuficiente, já que não evitou a ocorrência de sua derrota<sup>67</sup>.

No entanto, apesar desta perspectiva compartilhada de que, diante da derrota sofrida com o golpe, a luta armada seria uma opção mais frutífera, estes grupos que chamamos genericamente de “luta armada” ou “esquerdas revolucionárias” eram múltiplos; surgiam, cindiam-se e multiplicavam-se. Apesar de, em comum, acreditarem que o capitalismo estava fadado ao fracasso e que a revolução, cujas condições objetivas já estavam dadas, chegaria pela força das armas, divergiam quanto aos métodos e aos meios para se chegar a este fim.

No livro que resultou do projeto de pesquisa do *Brasil Nunca Mais*, estão listados mais de quarenta partidos e organizações que foram citados nos processos

---

<sup>64</sup> Brasil Nunca Mais, 2011: 114.

<sup>65</sup> Reis Filho, 1990: 23.

<sup>66</sup> Reis Filho: 1990, 61.

<sup>67</sup> “Mas é importante diferenciar o sentido simbólico da Revolução Cubana – de enorme impacto no Brasil desde sua eclosão – do sentido mais preciso que envolvia a adesão à luta armada e ao modelo de organização inspirado no exemplo dos guerrilheiros de Fidel Castro, que teve pouco impacto antes do golpe de 1964. Só depois ficaria configurado um quadro que favoreceu a opção de várias organizações pelas armas e particularmente pelo modelo revolucionário cubano, que, entretanto, já mostrava sua influência antes do golpe”. Ridenti, 2007: 25.

analisados<sup>68</sup>. O que dividia tais grupos eram as concepções distintas quanto ao caráter da revolução brasileira, às formas de luta para se chegar ao poder, ao papel do proletariado e ao tipo de organização necessária ao processo revolucionário. Assim, uns filiavam-se mais à experiência maoísta e acreditavam no cerco das cidades pelo campo, outros, afeitos ao leninismo, acreditavam na necessidade de um partido mais bem organizado, outros mais criticavam a burocracia de organização dos partidos nos moldes mais clássicos para liderar a revolução. Para uns, esta seria imediatamente socialista, para outros, primeiro seria nacional e democrática<sup>69</sup>. Alguns acreditavam na experiência do foco guerrilheiro, outros propunham não focos, mas colunas móveis de guerrilha... Enfim, divergia-se se haveria maior ou menor peso das massas no processo, se o modelo chinês, soviético, vietnamita ou cubano era o melhor a ser seguido, mas, de maneira geral, acreditava-se no momento favorável à revolução, com a prioridade do recurso à ação armada:

Mudava a denominação, alteravam-se as formas de luta, deslocava-se a ênfase das alianças de classe, mas não se modificava uma concepção básica, ou uma intuição comum, a de que a sociedade brasileira vivia, objetivamente, um processo revolucionário<sup>70</sup>.

De maneira geral, contudo, acreditavam que a revolução triunfaria através de uma guerrilha que se estabeleceria no campo, por ser este o “local mais adequado para as atividades revolucionárias, por sofrer a fundo a espoliação e a miséria e por apresentar maiores dificuldades para os órgãos repressivos”<sup>71</sup>. Mas, para lançar a guerrilha rural, seria necessário dinheiro e armamentos. E as ações iniciadas nas cidades - expropriações de bancos e de armas - ocorreram para financiar o grande levante que viria do campo.

As ações nas cidades também tinham o intento de treinar guerrilheiros, e, com o tempo, seriam propostas também como forma de propaganda armada da revolução e, implicitamente, como meio de sustentar o funcionamento clandestino das diversas organizações<sup>72</sup>.

É assim que apenas duas experiências podem ser destacadas como mais significativas no campo: a Guerrilha do Caparaó (experiência que se refere a uma série de treinamentos militares ocorridos entre 1966 e 1967, na Serra do Caparaó, área rural entre o Espírito Santo e Minas Gerais, em que foram presos todos os integrantes) e a Guerrilha do Araguaia (que ganhou realidade entre os anos de 1972 e 1974,

<sup>68</sup> Brasil Nunca Mais, 2011: 133-134.

<sup>69</sup> Ridenti, 1997.

<sup>70</sup> Reis Filho, 1990: 109.

<sup>71</sup> Ridenti, 1997: 18.

<sup>72</sup> Ridenti, 2007: 30.

protagonizada por integrantes do PCdoB, na região do sul do Pará)<sup>73</sup>. Alguns outros campos de treinamento guerrilheiros na área rural foram estabelecidos por distintos grupos, como é exemplo o instalado em uma região rural pobre do Estado de São Paulo, o Vale do Ribeira, sob o comando de Carlos Lamarca (da Vanguarda Popular Revolucionária), mas todos eles foram cercados e eliminados, e a maior expressividade da luta armada se deu mesmo nos grandes centros urbanos.

Nas cidades, após o ato institucional nº 5, com o endurecimento da ditadura, as ações armadas, que já vinham sendo realizadas pelas organizações, foram intensificadas e ganharam mais visibilidade. É este elemento que fortalece a versão defendida, por exemplo, por Jacob Gorender de que, após o “golpe dentro do golpe” teria havido uma “imersão geral na luta armada”<sup>74</sup>. Como já evidenciamos acima, é pautando-se neste tipo de indício que se constrói a justificativa que toma o endurecimento do regime como explicação para a opção armada da luta; no entanto, é importante destacar que afirmar que houve uma imersão geral na luta armada é diferente de afirmar que as pessoas que pegaram em armas só o fizeram porque todas as outras formas de luta estavam impossibilitadas, sugerindo que se assim não fosse, não ocorreria experiência guerrilheira.

Seja como for, a multiplicidade de grupos e de interpretações sobre seus projetos e suas ações faz com que se torne difícil fazer generalizações e explicar esta experiência da luta armada, apesar de existirem tentativas neste sentido a todo momento. Como bem destacou Marcelo Ridenti, além da complexidade do tema, os agentes viveram experiências sociais, políticas e pessoais que, apesar de próximas, tiveram distinções de geração, de classe e de gênero<sup>75</sup>.

Este mesmo historiador fez um tabelamento dos dados estatísticos apresentados pela equipe do projeto do *Brasil Nunca Mais*, que nos permite vislumbrar um perfil geral das pessoas que se envolveram ou integraram tais grupos. Verificamos, assim, que mais de 50% dos processos traziam réus que tinham ocupações profissionais que faziam com que fossem considerados pertencentes às “camadas médias intelectualizadas”, destacando-se dentre estes os estudantes (tendo a maior parte pelo menos começado a

---

<sup>73</sup> Ver, por exemplo, Rollemberg, 2003.

<sup>74</sup> Gorender, 1990.

<sup>75</sup> Ridenti, 2007: 48.

cursar uma universidade); aproximadamente 44% possuíam menos de 25 anos quando processados; e a esmagadora maioria era do sexo masculino (81%)<sup>76</sup>.

Analisando os mesmo dados, Reis Filho destaca que havia uma concentração de pessoas nascidas no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Bahia e que, ainda que tivessem nascido no interior, viviam em centros urbanos quando se dedicaram à luta. No que se refere à escolarização, o autor afirma que, comparando com o censo de 1970, o que se verificava dentre os envolvidos com a luta armada é que eles não eram representativos do padrão nacional. Ao contrário, no Brasil das décadas de 1960 e 1970, uma minoria conseguia chegar às universidades, razão pela qual, inclusive, a proposta de uma reforma universitária havia sido bandeira de luta. Numa tentativa de mostrar que estes grupos não estavam ancorados na realidade brasileira, há ainda a afirmação de que existiriam muitos outros contrastes, mas que estes bastariam “para configurar o mundo à parte formado pelos militantes em relação ao conjunto da população”<sup>77</sup>.

Talvez olhando estes dados tabelados desta maneira, a versão proeminente na memória coletiva de que tudo não passou de um projeto de jovens heroicos e ingênuos encontre um importante ponto estruturante de seu enquadramento, e, desta forma, podemos compreender que não apenas memórias de militantes e militares ajudam a formá-la, embora estas a enunciem de forma mais bem acabada, pouco crítica e profundamente influenciadas pelo seu presente, como a leitura feita *a posteriori* por Antônio Callado, quando se refere a um grupo envolvido na luta armada:

é aquilo: você pega o embaixador, meia dúzia de malucos. Agora, que raízes tinha aquele movimento do Gabeira? Não tinha. Quer dizer, valeu a coragem, valeu a disposição que eles demonstraram (...). Aquela coisa toda inspirada nessa história bonita. Mas é a tal história, não vai muito longe (...). No nosso grupo e na nossa classe, tinha muito essa coisa do bar de noite, de bebida<sup>78</sup>.

Mas, não apenas estes discursos fundamentam as memórias. Estudos historiográficos e empíricos também podem exercer um papel de contribuir para a consolidação de memórias. Pois, se é evidente que história e memória não são sinônimos, uma vez que a história, enquanto problematização, crítica e reflexão, é distinta da memória e tem o objetivo de evidenciar e investigar os elementos que foram sublimados ou mesmo ignorados pela memória, não deixa de ser também claro que as construções feitas pela historiografia podem golpear, mas também contribuir para

---

<sup>76</sup> Ridenti, 2010: 275-283.

<sup>77</sup> Reis Filho, 1990: 170.

<sup>78</sup> Entrevista concedida a Marcelo Ridenti, publicada em Kushnir, 2002: 29.

edificar memórias coletivas. Embora não fosse sua intenção inicial, como já inclusive abordamos em relação à “teoria dos dois demônios”, hipóteses historiográficas, reinterpretadas, podem fomentar elementos que fortalecem memórias unilaterais.

Assim, é clara a diferença exposta por Marcia Motta, na qual

A história seria, então, uma operação intelectual que, ao criticar as fontes, reconstruí-las à luz de uma teoria, realiza uma interpretação na qual o que importa não é só a noção de um consenso, mas também a do conflito. Nesse sentido, ela não serve para glorificar o passado, pois o que ela realiza, na maioria das vezes, é a deslegitimação de algo construído pela memória, e que muitas vezes permanece escrito, registrado, mantido no presente<sup>79</sup>.

Por outro lado, também podemos levar em consideração a questão colocada por Henry Rousso:

se admitirmos que a história dos historiadores é apenas uma das formas de expressão da memória coletiva, apenas um dos vetores pelos quais se transmite e se reconstrói o passado, então não admira que a história da memória seja antes de tudo uma manifestação da memória coletiva<sup>80</sup>.

E como anuncia claramente Pollack, “O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas”<sup>81</sup>. Isto se afirma, sobretudo porque é impossível para o historiador controlar as apropriações daquilo que ele elabora, com crítica, erudição e cuidado, mas que pode ser assimilado e difundido no meio social de outra forma.

É possível então pensar que livros de memória escritos por ex-militantes, discursos de militares e construções historiográficas sobre a luta armada são todos elementos que colaboram, direta ou indiretamente, intencionalmente ou não, para a formação de uma memória coletiva acerca da mesma, mas, não sozinhos e nem exclusivamente. Um primeiro ponto que nos ajuda a compreender o papel destes elementos na consolidação de memórias, mas também as suas limitações, é o pequeno alcance que a maioria destes livros e destas discussões consegue conquistar. Os best-sellers<sup>82</sup> no Brasil não têm um público leitor significativo que nos permita afirmar que os livros de memória, mesmo os que se tornaram sucesso de vendas, possam ser considerados determinantes na elaboração de uma memória coletiva nacional. Os debates historiográficos são, talvez,

---

<sup>79</sup> Motta, 2012: 26.

<sup>80</sup> Rousso, 2006: 95.

<sup>81</sup> Pollack, 1989: 9.

<sup>82</sup> O livro “O que é isso, companheiro?”, de Fernando Gabeira, considerado best-seller, vendeu 80 mil exemplares no ano de 1979. Conforme Hallewell, 2005: 596.

de alcance maior do que imaginamos<sup>83</sup> e, certamente, são apropriados por sujeitos com interesses políticos no presente, mas, mesmo assim, ainda é uma apropriação muito pequena e não significativa para fora da academia.

É assim que se torna necessário pensar também em quais outros instrumentos de maior alcance foram necessários na construção e difusão de versões e construções de memórias. E a mídia televisiva e o cinema (uma vez que, certamente, os meios de comunicação imagéticos são muito mais abrangentes do que os livros no Brasil) se revelam como elementos significativos neste sentido.

No contexto de redemocratização, não apenas livros de memória surgiram, também muitos foram os filmes lançados que divulgaram determinadas visões da ditadura e da luta armada, com o intuito de lembrar e, de alguma forma, positivar a experiência guerrilheira, mas que também operaram muitos esquecimentos. Como nos lembra Michel Pollack, o filme é um instrumento poderoso para operar rearranjos na memória coletiva<sup>84</sup>.

É preciso também atentar para o fato de que estes filmes começam a ter lugar em função de os testemunhos das barbáries da ditadura terem se tornado temas que passaram a ter valor no mercado cultural. Assim, os envolvidos com a guerrilha tinham o intuito de expressar suas experiências de dor e tortura para fazer justiça e pressão em relação à necessidade de explicações do Estado quanto aos corpos de vítimas ainda desaparecidas, à identificação de torturadores para levá-los a julgamento e ao pedido de reparações. Mas, por outro lado, o aparecimento destas memórias, ou, pelo menos, a ampla escuta que terão no tecido social, também tem como influenciadores “a lógica da produção cultural midiática, que investe na exposição e visibilidade dos sentimentos”<sup>85</sup>; é também por isso que a ditadura e a luta armada começaram a ocupar as telas dos cinemas (que também enquadraram estas memórias).

Em levantamento que analisa 34 filmes lançados sobre a ditadura entre 1979 e 2005, Christa Berger e Juliana Chaves concluem que a maioria dos filmes elege a perspectiva dos que sofreram a ação da ditadura, sendo sensíveis (em diferentes graus) às histórias narradas e contribuindo para fazer emergir as memórias subterrâneas das esquerdas. Contudo, preocupadas com o aspecto de que estas memórias subterrâneas se

---

<sup>83</sup> Certa vez, fui surpreendida pelo discurso de um médico que havia trabalhado em um hospital do exército na década de 1970 e citava os livros de Denise Rollemberg e Daniel Aarão Reis Filho, que, segundo o seu entendimento, corroboravam a perspectiva de que a sociedade, de uma maneira geral, *pediu* uma ditadura e os militares apenas vieram atender a seus apelos.

<sup>84</sup> Pollack, 1989: 11.

<sup>85</sup> Berger e Chaves, 2009: 31.

transformam em memórias apropriadas, suspeitam de que tais lembranças, ao atenderem este apelo midiático, possam ser naturalizadas e acabar descumprindo sua razão de ser de memória subterrânea, como se de alguma forma a repetição da expressão da dor e da tortura pudesse banalizar, apagar o espanto e a perplexidade.

Em relação à televisão, veículo de ainda maior alcance que o cinema, na década de 1990, a minissérie *Anos Rebeldes*, produzida pela Rede Globo, seria pioneira ao abordar o tema da luta armada e ganharia bastante audiência. Com uma obra de linguagem acessível ao grande público, em um contexto histórico de agitação política com o pedido de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, a trama principal da ficção se dá em torno de um casal de jovens apaixonados em que ele se dedica à luta armada, enquanto ela tem aversão a este tipo de envolvimento. A luta armada figura ali de maneira romântica, a abordagem se dá numa polaridade que opõe engajamento político a atitude individualista<sup>86</sup> e a radicalização política da personagem principal assume o tom de filme de ação e aventura<sup>87</sup>. Na minissérie,

O conflito político reside na luta exclusiva de elementos radicalizados das classes médias e altas contra um governo, sem identidade, sem nomes – há uma única menção ao presidente Ernesto Geisel, no ano de 1974 -, na qual as decisões políticas, tal como o Ato Institucional nº 5 (AI-5), não possuem autores; são como que uma ordem emanada de uma autoridade. O processo de radicalização é individualizado, sem que sejam explicitadas as propostas do movimento. A diversidade de tendências de esquerda também é reduzida à dicotomia entre o Partido Comunista – conciliador e com um militante adulto – e a luta armada – radical e jovem, apesar da adesão do pai de um dos jovens a esse vertente<sup>88</sup>.

Vemos então que a minissérie também construiu elementos de uma narrativa em que a entrada para a luta armada é heroica e a sua “atuação moralmente positiva se realiza enquanto defesa de ideais humanitários”<sup>89</sup>, contribuindo, com o alcance de um público muito maior, para a consolidação de uma memória seletiva e reducionista, insistindo no aspecto de que a luta armada era utopia de jovens rebeldes.

Ainda assim, pensar a memória coletiva nacional e sua construção, principalmente em relação à luta armada e suas memórias subterrâneas, é tarefa muito difícil. Até mesmo porque temos que nos dedicar a refletir também sobre as assimilações destas imagens veiculadas, os “usos” e “maneiras de fazer”, de que Michel de Certeau nos fala, e compreender que tais livros e filmes, talvez, possam ter

---

<sup>86</sup> Kornis, 2001: 4.

<sup>87</sup> Kornis, 2011: 184.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Kornis, 2001: 9.

apropriações bastante criativas pelo público que os consome<sup>90</sup>. Ou ainda, que suas passagens podem ser interpretadas ou ganhar um significado que o leitor/espectador atribui a elas diferente da intencionada pelos autores/diretores.

Mas, seja como for, parece seguro fazer coro às interpretações que afirmam haver uma valorização das narrativas enunciadas pelos guerrilheiros e a construção de uma memória coletiva que positiva esta luta. Como afirmou Reis Filho, desde que voltaram do exílio “por cima”, parece que houve uma disposição em dar voz e ênfase aos relatos daqueles que se envolveram com a luta armada:

No retorno, estávamos na moda. Era o retorno dos “exilados”. Toda a sociedade brasileira queria ver, tocar, discutir com os exilados. Era uma honra ter um exilado para jantar, almoçar e convidar os amigos<sup>91</sup>.

Contudo, positivar esta luta e os envolvidos com ela, construindo visões de heróis da esquerda, fez com que eles se tornassem mitos políticos e tivessem o seu lugar, quase sempre, destinado apenas ao imaginário, descolado do processo histórico e da sociedade. Como demonstrado, transformar pessoas em mitos não significa necessariamente fazer jus às experiências reais ou compreender melhor suas trajetórias; não significa propriamente levar esses homens e mulheres e seus projetos a sério. É preciso, então, buscar perceber que os homens e mulheres que se dedicaram à revolução, ou se aproximaram dos grupos que queriam fazê-la, não obedecem todos eles ao mesmo estereótipo, ao tipo comum sagrado nas memórias, por vezes referendado também pela estatística.

É neste contexto que tem lugar a trajetória de Jorge Medeiros Valle. A partir de sua vida, que tem pontos de encontro, mas outros pontos completamente opostos à versão mais bem cristalizada na memória coletiva em relação à luta armada, iremos vislumbrar de que forma esta luta e seus agentes “aparecem” e, colocando uma lente de aumento e lançando luz sobre esta vida, verificar quais imagens foram construídas e o que a memória tratou de esquecer.

---

<sup>90</sup> Por exemplo: “uma vez analisadas as imagens distribuídas pela TV e os tempos que se passa assistindo aos programas televisivos, resta ainda perguntar o que é que o consumidor *fabrica* com essas imagens e durante essas horas. Os 500 mil franceses que compram Information-santé, os fregueses do supermercado, os praticantes do espaço urbano, os consumidores das histórias e legendas jornalísticas, o que é que eles “aborvem”, recebem e pagam? O que fazem com isso?” Certeau, 1998: 93.

<sup>91</sup> Entrevista disponível em Santos e Rolland apud Angelo, 2011: 188.

## Capítulo 2 – A construção do “Bom Burguês” através dos documentos oficiais e jornais.

---

A trajetória de Jorge Medeiros Valle nos anos ditatoriais pode ser parcialmente apreendida por meio de processos aos quais ele respondeu, documentos oficiais trocados entre os órgãos de informação e também através de notícias de jornais.

Se, durante muito tempo, fontes como estas eram considerados confiáveis e deveriam ser as prediletas para o historiador, não são novas as críticas que tornaram evidente que documentos escritos e oficiais são enviesados e plenos de intenções particulares. Assim, também devem passar pelas mesmas críticas que as demais fontes, como, por exemplo, as orais, buscando-se compreender de que maneira foram produzidos e quais os objetivos inerentes à sua produção.

No que se refere, inicialmente, aos processos e documentos oficiais trocados entre órgãos de informação, é preciso levar em consideração que eles estavam sendo elaborados em um cenário de desrespeito às liberdades democráticas, com significativas transformações e imposições jurídicas, atos institucionais deliberados autoritariamente, havendo, por vezes, descumprimento, inclusive, das leis e regras criadas pelos próprios militares. Tudo isso motivado pela ânsia de reprimir preventivamente qualquer atividade julgada suspeita, por se configurar como potencialmente perturbadora da *ordem*, e dizimar os considerados *elementos subversivos*.

Para compreender este aspecto é preciso pensar as duas faces imbricadas do estabelecimento dos processos e das perseguições que ocorreram durante a ditadura. Uma delas é a implementação de uma estrutura de informações e a outra é a abertura de inquéritos e estabelecimento de processos para investigar e denunciar os *inimigos internos*.

A integração e montagem de uma estrutura que trocasse, reunisse e coordenasse informações entre variados órgãos foi se dando aos poucos. Conforme exposto desde o primeiro ato institucional, de nove de abril de 1964, segundo os golpistas, tal estrutura era necessária para viabilizar as “urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista”<sup>92</sup>. E para *drená-lo*, os militares contavam com mecanismos e instituições que já existiam antes mesmo da instauração da ditadura: uma polícia violenta, habituada a torturar, além dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), que existiam

---

<sup>92</sup> Ato Institucional de 9/04/1964. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)

desde as décadas de 1920 e 1930, subordinados às Secretarias de Segurança Pública dos Estados, com o intuito de zelar pela *ordem social*.

Não se privando de utilizar estes meios, o governo que se estabelecia em 1964, mesmo com cisões e disputas internas, viu a necessidade de criar um órgão para reunir e organizar as informações necessárias à realização da efetiva *limpeza*. Criou-se, assim, em 13 de junho daquele ano, o Serviço Nacional de Informações (SNI), que contava com uma Chefia, uma Agência Central no Distrito Federal e Agências Regionais (e, a partir de 1967, com as Divisões de Segurança e Informações e Assessorias de Segurança e Informação – DSIs e ASIs)<sup>93</sup>, tendo por finalidade “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra-informação, em particular as que interessam à Segurança Nacional”<sup>94</sup>. Também no ano de 1967, seriam redefinidos os crimes que naquele momento eram entendidos como sendo contrários a esta segurança nacional, através da aprovação de um Decreto-Lei<sup>95</sup>, que, por sua vez, seria ainda alterado e agravado por outros dois decretos subsequentes<sup>96</sup>.

A evolução deste aparato de controle da sociedade se fortaleceu ainda mais a partir das designações do quinto ato institucional, o mais radical dentre os publicados pelos militares, em dezembro de 1968<sup>97</sup>. E, ao final do ano de 1969, foi criado o sistema CODI-DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações de Informações), a polícia política do regime, que iria, a partir da experiência paulista da OBAN (Operação Bandeirantes), coordenar a ação empreendida pelos DOIs, DOPS e os centros de informação dos ministérios militares: CIE (Centro de Informações do Exército), CENIMAR (Centro de Informações da Marinha) e CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica)<sup>98</sup>, responsáveis pelas buscas e apreensões, e, muitas vezes, pelo desrespeito às próprias leis criadas pelo regime.

---

<sup>93</sup> Joffily, 2014: 159.

<sup>94</sup> Conforme Arts. 2º e 4º da Lei 4.341, de 13/06/1964.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm)

<sup>95</sup> Segundo o Decreto-Lei nº 314, de 13/03/67, a Lei da Segurança Nacional.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>96</sup> Trata-se do Decreto-Lei 510, de 1969 e do 898, do mesmo ano. Conforme, por exemplo, Batista: 1983, 52-53. Disponíveis em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-898-29-setembro-1969-377568-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>97</sup> Ato Institucional nº 5, de 13/12/68. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm).

<sup>98</sup> Fico, 2004: 265.

Carlos Fico destacou uma diferença entre o SNI – criado por uma lei ordinária aprovada pelo Congresso Nacional, em um processo legal de instauração da “comunidade de informações” – e o Sistema CODI-DOI, instituído a partir de diretrizes secretas do Conselho de Segurança Nacional e da Presidência da República. “Assim, o SNI era legalizado (até porque órgãos assemelhados existiam em países democráticos), enquanto que a polícia política era ‘revolucionária’”<sup>99</sup>. Apesar da distinção, o SNI acompanhou de perto a instauração do especializado sistema repressivo em torno destas polícias e teve com ele uma importante interface, trocando também dados e notícias<sup>100</sup>.

Se estas instâncias eram responsáveis por buscar informações e interrogar, outro ponto que nos ajuda a compreender as relações entre direito, repressão e perseguidos é acompanhar o rito jurídico que era então seguido. Legalmente, muitas das trocas de informações e buscas, que se davam motivadas pela *necessidade* de preservar a *Segurança Nacional*, eram iniciadas pela formalidade do estabelecimento de um Inquérito Policial Militar (IPM), que investigava uma pessoa ou um grupo delas.

Ao longo de toda a ditadura militar, houve alterações na legislação que estabelecia as normas para instauração e andamento destes inquéritos. Mas, logo no começo do período ditatorial, uma série deles foram criados para perseguir aqueles que representariam tal *perigo* à nação e à suposta *revolução*, como se pode verificar também desde o primeiro ato institucional implementado, já citado acima:

os inquéritos e os processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente<sup>101</sup>.

Cinco dias depois de publicado este primeiro ato, seriam aprovados ainda um Ato e uma Portaria pelo “Comando Supremo da Revolução” que ampliava os poderes dos encarregados dos inquéritos e, diante da “existência inequívoca de um clima subversivo, de caráter nitidamente comunista”<sup>102</sup>, resolvia determinar a abertura de um IPM para apurar fatos e responsabilidades de quem estivesse envolvido em tais crimes estabelecidos pelos militares. Outros IPMs foram sendo criados, até que, em fevereiro de 1969, é criada uma Comissão Geral de Inquérito Policial Militar

---

<sup>99</sup> Fico, 2004: 271.

<sup>100</sup> É o que defende Carlos Fico, 2012: 77-82.

<sup>101</sup> Ato Institucional disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm)

<sup>102</sup> Portaria nº 1 do Comando Supremo da Revolução, de 14 de abril de 1964.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/portar/1960-1969/portaria-1-14-abril-1964-378840-publicacaooriginal-1-csr.html>

com a incumbência de promover investigação sobre atos subversivos ou contrarrevolucionários e apurar atos e as devidas responsabilidades de todos aqueles que, no País, tenham desenvolvido ou ainda estejam desenvolvendo atividades capituláveis nas Leis que definem os crimes militares contra a Segurança Nacional e a Ordem Política e Social<sup>103</sup>.

Os indiciados em tais inquéritos poderiam, inicialmente, recorrer à Justiça Comum e, muitas vezes, iam ao Supremo Tribunal Federal para apelar das acusações constantes nos IPMs. “Com isso, centenas de IPMs foram interrompidos por decisão dessa Corte antes de alcançarem a etapa judicial, ou travados em fases posteriores, sem atingir a hora do julgamento”<sup>104</sup>. É desta maneira que, a partir do Ato Institucional nº 2, de 27 de Outubro de 1965, a Justiça Militar passou a monopolizar a competência para processar e julgar todos os crimes contra a segurança nacional, o que também se manteria após a publicação da Lei da Segurança Nacional, de 1967<sup>105</sup>.

Através de um IPM instaurado então em algum DOI ou polícia política do Exército, Aeronáutica ou Marinha, realizavam-se os inquéritos e, então finalizada esta fase interrogatória, formalizava-se uma denúncia contra os acusados em uma das Auditorias Militares e o processo daí decorrente era julgado por um Conselho de Justiça, na Justiça Militar.

É, portanto, de um processo originado de um destes inquéritos policiais militares que conseguimos ver oficialmente, pela primeira vez, o nome de Jorge Medeiros Valle envolvido em crimes contra a *Segurança Nacional*. Em seis de maio de 1969, quando a montagem do sistema CODI-DOI ainda não tinha sido finalizada, o presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, o general Humberto de Souza Mello, emitiu um ofício ao chefe do Estado Maior da Armada solicitando a abertura de um IPM, para investigar um grupo de pessoas que foram presas pela Polícia Federal da Guanabara e estariam envolvidas em um assalto a um banco<sup>106</sup>.

De acordo com o teor do ofício que determinava a instauração do IPM, o caso estava sendo remetido aos militares, pois:

Segundo as declarações preliminares e conduta dos elementos detidos e pelo volume e natureza do material apreendido, é de admitir-se que aqueles indivíduos possam fazer parte de um grupo tático armado, integrado por

---

<sup>103</sup> Decreto-lei nº 459, de 10 de fevereiro de 1969.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-459-10-fevereiro-1969-378135-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>104</sup> Brasil Nunca Mais, 2011: 200.

<sup>105</sup> Idem.

<sup>106</sup> Segundo Ofício 161/69, constante na página 18 do Processo 70/69. Disponível em: [http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB\\_01&PagFis=152557](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=152557). A partir de agora, será mencionado apenas o processo, sabendo-se que a página é referente à sua versão digitalizada, no link citado.

elementos revolucionários independentes, porém decididos e dispostos a qualquer ação, tudo segundo a linha preconizada por MARIGHELLA em suas últimas instruções para guerrilha no Brasil, expedidas em dezembro de 1968<sup>107</sup>.

O chefe do Estado Maior da Armada na ocasião, Adalberto de Barros Nunes, designou o comandante do Cenimar, Clemente José Monteiro Filho, como encarregado geral do IPM que iria ser aberto<sup>108</sup>. O órgão funcionava na ocasião na Ilha das Flores<sup>109</sup>. O comandante havia sido promovido fazia pouco tempo a capitão de mar e guerra, e, um ano antes, havia frequentado o Instituto de Altos Estudos das Forças Armadas, a Escola Superior de Guerra, onde a Doutrina da Segurança Nacional, relacionada a um forte anticomunismo, era disseminada<sup>110</sup>. Antes disso, havia passado também pela Escola das Américas, localizada no Panamá, lugar onde os instrutores estadunidenses divulgavam aos alunos, militares latino-americanos, os princípios do Pentágono, dentre os quais, o uso de manuais que defendiam técnicas coercitivas de interrogatório<sup>111</sup> (eufemismo para designar a disseminação das práticas de tortura). Monteiro Filho fez o curso de “Inteligência Militar” no ano de 1965. Foi, portanto, preparado e treinado para a *necessidade* de combater o *inimigo interno*, chegando ao posto que ocupava de oficial superior.

Na abertura do inquérito, os primeiros documentos emitidos pelo encarregado que aparecem são mandados de busca e apreensão em diferentes endereços no Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo, à procura de apartamentos e pessoas, cujas referências vão surgindo a partir do interrogatório dos que estão presos<sup>112</sup>. Acompanhando o cumprimento dos mandados, é possível ver que os endereços estavam ocupados por novos moradores ou abandonados. Em alguns, os agentes da busca encontraram material considerado pelos investigadores como subversivo ou suspeito, a exemplo de jornais, revistas, livros, medicamentos e roupas do exército.

Através do auto que descreve o inquérito com Sebastião Medeiros Filho, o primeiro registrado no IPM, há a informação de que o mesmo fora preso ao final de

---

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Conforme Portaria de 7 de maio de 1969, constante na página 20 do Processo 70/69.

<sup>109</sup> O lugar é hoje base da tropa de reforço do corpo de fuzileiros navais e foi recentemente objeto de um projeto em conjunto com um grupo de pesquisas da UERJ, para promover a memória e a identidade do município de São Gonçalo, organizando visitas turísticas que enaltecem a sua face acolhedora enquanto hospedaria de imigrantes no século XIX e ofuscam seu papel de presídio durante a ditadura.

Ver: <http://www.hospedariailhadasflores.com.br/index.asp>

<sup>110</sup> A informação da promoção está na página 2 do jornal O Globo, de 17/04/69. Sobre o curso na ESG, ver <http://www.esg.br/a-esg/diplomados-da-esg/turma-de-1968/>

<sup>111</sup> Conforme Costa, 2011: 42.

<sup>112</sup> Inquérito integrante do processo 70/69.

abril daquele ano, no Paraná, pois estava armado e em companhia de um homem procurado pela polícia, Ivens Marchetti do Monte Lima<sup>113</sup>. Junto destes dois, foram presos também Marcos Antônio Farias de Medeiros, Antônio Rogério Garcia Silveira e Azizo Cordeiro da Fonseca.

Se continuarmos acompanhando os autos anexados no inquérito, concluímos que Ivens estava sendo procurado, pois havia participado de um assalto a um banco e que este fora planejado e executado por pessoas que compunham uma organização que já realizara duas expropriações deste tipo: uma em janeiro de 1969, em uma agência do Banco Lar Brasileiro, localizada no bairro de Ipanema, e a outra, em março do mesmo ano, no Banco Aliança, do bairro da Abolição, além de outras expropriações de automóveis.

Há ainda o registro de outras três pessoas presas pela Polícia Federal em um apartamento em Ramos, no Estado da Guanabara, que deu origem ao ofício que solicitava o IPM e que agora estavam sendo interrogadas pelos militares do Cenimar, são elas: Tiago Andrade de Almeida, Luiz Carlos de Souza Santos e Ziléa Reznik, além de Geraldo Galiza Rodrigues e Paulo Amarante Barcellos, presos em função dos demais e também citados no ofício.

Na sequência, descobrimos que estas prisões ocorridas na Guanabara e as prisões ocorridas no Sul se relacionam, já que as pessoas faziam parte de uma organização que, de acordo com o depoimento de alguns, ainda não tinha nome; e, segundo o depoimento de outros, chamava-se Movimento Revolucionário Oito de outubro (MR-8)<sup>114</sup>. A organização, dividida em algumas frentes de trabalho, como, reconhecimento de área, expropriação e coordenação, foi criada em oposição às diretrizes do Partido Comunista e tinha como objetivo instaurar o socialismo no Brasil, libertando o país do imperialismo. Para isso, a meta principal era armar o foco guerrilheiro no Sul, em uma região que iria de Maringá até a fronteira com o Paraguai e Argentina, tendo já sido montada, inclusive, uma base de treinamento no Paraná, pois julgavam esta região favorável, além de já estar em ebulição e amadurecida

---

<sup>113</sup> Disponível na página 75 do processo 70/69.

<sup>114</sup> Por exemplo, no depoimento de Luiz Carlos de Souza Santos, de 4/6/69, consta que o nome do movimento é Movimento Revolucionário oito de outubro. Já no depoimento de Sebastião Medeiros Filho, de 3/6/69, o mesmo diz que sua organização era uma dissidência do Partido Comunista do Brasil, sem nome. Os autos de ambos os depoimentos estão no processo 70/69, já citado, nas páginas 98 e 76 do link digitalizado. No livro “Imagens da Revolução, há a informação de que *8 de outubro* era o nome de umas das publicações mantidas pela organização, que acabaria sendo o nome utilizado para designá-la apenas após seu desmantelamento. Reis Filho e Sá, 1985: 358.

politicamente, com tradição de luta, motivada, principalmente, por disputa de terra, como se depreende de um dos interrogatórios feitos com Ivens<sup>115</sup>.

Acompanhando os depoimentos, vemos que nem todos se conheciam e que há uma pluralidade de pessoas interrogadas, desde as que faziam parte da organização - protagonizaram expropriações, frequentavam pontos e viviam clandestinas, mudando constantemente de aparelhos - até outras que prestavam algum auxílio - abrigaram um dos membros por uma noite, fizeram o favor de guardar alguma mala, contribuíram com algum dinheiro.

Dos nomes citados nos autos, pode-se dizer com segurança que, ao final do mês de junho de 1969, onze pessoas estavam encarceradas ou foram transferidas para a Ilha das Flores em função destes interrogatórios, pois encontramos anexado um pedido de prisão preventiva destes onze encaminhado pelo encarregado do inquérito ao auditor da Marinha, que se coloca de acordo. Nas justificativas do pedido, consta uma espécie de resumo das atividades do grupo, segundo o entendimento dos interrogadores:

Como se vê nos depoimentos acima transcritos, os indiciados são membros de uma organização clandestina, responsável por uma série de assaltos a Bancos no Estado da Guanabara, e ainda a furtos de automóveis, destinado a subverter a ordem vigente no país, com o principal objetivo de destruição das instituições por todas as formas de lutas possíveis<sup>116</sup>.

São, então, como consequência do pedido, expedidos estes onze mandados de prisão, em 23/06/69, tendo, contudo, sido solicitado pelo encarregado do inquérito, três dias depois, a revogação da prisão preventiva de dois deles: Azizo e Paulo, pois, segundo os depoimentos, um era caseiro de Aluizio Palmar, um dos membros do grupo, não tendo envolvimento direto com a organização, e o outro era amigo de alguns integrantes da mesma, mas não possuindo relação direta com ela, nem tendo protagonizado ações.

A solicitação da prisão preventiva havia sido feita pelo encarregado do inquérito no dia 13/06/69. É preciso notar que, dentre os onze, cinco destas pessoas estavam presas na Ilha das Flores desde o início do mês de maio, como o próprio pedido atesta e as outras, desde o final deste mês<sup>117</sup>. Inclusive, Paulo Amarante Barcellos, após passar mais de quarenta dias no cárcere, teve sua prisão relaxada por não terem sido encontrados ou elaborados elementos que o incriminassem.

---

<sup>115</sup> Disponível na página 142 do processo 70/69.

<sup>116</sup> Conforme decisão favorável à prisão preventiva decretada pelo procurador. Consta na página 433 do processo 70/69.

<sup>117</sup> Conforme solicitação de prisão de indiciados disponível na página 7790 do processo 70/69.

Segundo o artigo 47 do decreto-lei 510/67, a Lei de Segurança Nacional:

Durante as investigações policiais, o indiciado poderá ser preso pelo Encarregado do Inquérito, até trinta (30) dias, comunicando-se a prisão à autoridade judiciária competente. Esse prazo poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação fundamentada do Encarregado do Inquérito à autoridade que o nomeou<sup>118</sup>.

O segundo inciso do mesmo artigo diz que, “se entender necessário, o encarregado solicitará, dentro do mesmo prazo ou de sua prorrogação, a prisão preventiva do indiciado”<sup>119</sup>. Vemos com este exemplo que, embora tardando em proceder com a informação e solicitar a prisão preventiva, havia a tentativa do encarregado do inquérito de se aproximar do que a lei arbitrária determinava. Contudo, também havia uma exigência para que a conclusão do inquérito se desse em “20 dias, estando o indiciado preso, contados da data da prisão provisória”. E, somente quando os investigados estivessem soltos poderia haver prorrogação de prazo, mediante autorização judicial<sup>120</sup>.

No caso do IPM do MR-8, que começou em sete de maio de 1969 já com alguns integrantes do grupo presos, o mesmo não seria concluído em vinte dias, como figurava na regra, e nem um mês depois, já que em sete de junho há uma solicitação de prorrogação de mais vinte dias de prazo, pois, de acordo com o responsável, a

complexidade das ações criminosas a apurar, o estudo de farto material subversivo encontrado, bem como a apresentação de novos indiciados, a 23 de abril, pela Polícia Federal do Estado do Paraná, vêm retardando as investigações necessárias à conclusão deste IPM<sup>121</sup>.

Nesta ocasião, foram prontamente concedidos os dias adicionais de prazo solicitados, o que se colocava contrário à própria lei, já que grande parte dos indiciados estava presa; outras prorrogações seriam providenciadas, uma vez que o relatório do IPM só foi finalizado em 20 de setembro de 1969, sendo encaminhado à Primeira Auditoria da Marinha em 30 de outubro de 1969, mais de cinco meses depois de iniciado o mesmo<sup>122</sup>.

Este caso, contudo, não se revelou uma exceção: “Nos inquéritos com base na legislação de Segurança Nacional, esses prazos foram sistematicamente ultrapassados.

---

<sup>118</sup> Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>119</sup> Idem

<sup>120</sup> BNM, 2011: 206.

<sup>121</sup> Página 390 do Processo 70/69.

<sup>122</sup> O relatório completo pode ser visto nas páginas 1514-1560 e a informação do encaminhamento à auditoria está na página 3751 do processo 70/69.

Na verdade, não havia prazo algum para a conclusão do inquérito e os indiciados permaneciam presos indefinidamente”<sup>123</sup>.

Outro aspecto que se destaca quando analisamos esta documentação oficial é que ao final de cada depoimento há a referência de que o relato exposto era espontâneo, não tendo sido obtido mediante nenhuma tortura, coação física ou moral. Só a necessidade de estar isso explícito e assinado, ainda que se constitua uma praxe do registro policial, já é indicativo de que a tortura e a coação aconteciam e que o interrogado ainda era obrigado a assinar que ela não tinha acontecido; caso contrário, não haveria sequer a necessidade de mencionar este aspecto. Aliás, esta era prática comum:

Indefeso e incomunicável, [o preso] era obrigado a confessar aquilo que os seus interrogadores queriam, depois de longas sessões de tortura. Obtidas as confissões, os inquéritos eram “legalizados” e as prisões comunicadas<sup>124</sup>.

Segundo Marionilde Magalhães, de prática arbitrária e isolada por parte de alguns interrogadores, a tortura transformou-se “em método científico, criteriosamente planejado, com a finalidade de obter informações sobre atividades e/ou indivíduos considerados inimigos internos da nação”<sup>125</sup>. E múltiplos são os depoimentos de presos políticos que atestam as condições de bárbaras torturas por horas seguidas no momento da prisão para fazê-los confessar pontos, aparelhos e nomes<sup>126</sup>.

No caso do IPM do MR-8, os funcionários que figuram como testemunhas ou agentes que efetuavam as buscas e apreensões são: Nélio Achão, Álvaro Barbosa da Silva, José Vilarino Barbosa, Edvaldo Sergio Maciel, Julio Saboya de Araujo Jorge, dentre outros. Todos estes nomes são denunciados em uma lista como sendo agentes identificados como torturadores pelos presos políticos, assim como o nome do próprio comandante Clemente Monteiro Filho, que também figura nesta relação<sup>127</sup>.

Durante a fase do julgamento do processo, na 1ª Auditoria da Marinha, grande parte dos indiciados não confirmou seus depoimentos feitos no momento do estabelecimento do inquérito, alegando que, apesar de estar escrito e assinado que não sofreram coação física e moral, os mesmos foram feitos sob intensa tortura. O primeiro a denunciar a prática foi uma testemunha chamada para depor sobre suas relações com

---

<sup>123</sup> Brasil Nunca Mais, 2011: 206.

<sup>124</sup> Brasil Nunca Mais, 2011: 207.

<sup>125</sup> Magalhães, 1997, s/p, disponível online em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011)

<sup>126</sup> Como indicado na introdução, livros, filmes e entrevistas diversas trazem os relatos. Apenas como um exemplo dentre inúmeros outros, ver Caldas, 1981.

<sup>127</sup> Conforme documento que consta em site mantido por Aluizio Palmar: <http://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2014/12/torturadorespdf.pdf>

Jorge Medeiros Valle, chamado Herberto João Gonçalves Tavares, seu colega no banco. Estranhando as sucessivas faltas de Jorge ao trabalho, Herberto foi até a casa dele, aproximadamente uma semana depois que o mesmo tinha sido preso, para verificar o que poderia estar ocorrendo e, nesta ocasião, foi preso por funcionários da Marinha que lá estavam de prontidão desde o dia da prisão de Valle.

Sendo levado ao Cenimar, ficou encarcerado na Ilha por duas semanas, onde foi espancado e acusado de participar do grupo MR-8, informação que saiu nos jornais, com sua foto associada. Além de ser torturado diretamente, afirmou ainda que em outros depoimentos, nos quais não foi torturado, esteve sob forte nervosismo, em virtude de ser possível ouvir espancamentos que ocorriam na sala ao lado<sup>128</sup>.

Se a denúncia da tortura na fase do inquérito foi inaugurada por esse depoimento perante a Justiça Militar, quase todos os outros envolvidos também negariam a validade de seu depoimento, feitos sob condições desumanizantes. No processo, são ouvidas testemunhas relacionadas às expropriações aos bancos. Os presos políticos denunciaram também que os interrogadores indicavam a estas testemunhas quem elas deveriam reconhecer como sendo os responsáveis pelo assalto ao banco sobre o qual testemunhavam<sup>129</sup>.

Fica claro, portanto, que os depoimentos constantes no Inquérito são fontes extremamente problemáticas, principalmente em função das torturas e elaborações forjadas de provas e testemunhos. Mas, se isso, por si só, já é suficiente para reconfigurar os relatos dos presos, outro ponto importante a se levar em consideração é que eles foram produzidos naquele momento como um registro burocrático, da prática policial, elaborados em grande parte para incriminar as pessoas entendidas como subversivas e causadoras de ameaças à segurança nacional, e não como fontes para que o historiador do futuro conhecesse como funcionavam tais organizações. Neste sentido, existem muitas lacunas e pontos em aberto na documentação que nos deixam dúvidas e imprecisões. É possível que muitos interrogatórios sequer tenham sido registrados. E, desta forma, muitos são os envolvidos que “surtem” no processo sem que se possa precisar como se chegou até este nome. Por último, ainda que não tivessem sido produzidas sob censura ou com o intuito prévio de incriminar os interrogados, é

---

<sup>128</sup> Página 1789 do processo 70/69.

<sup>129</sup> Como, por exemplo, consta no depoimento de Marcos Antonio Farias de Medeiros, na página 2222: “que as testemunhas que depuseram aqui no sumário já vinham da Ilha das Flores persuadidas pela maneira como foram reconhecidos os denunciados; que o encarregado do inquérito colocava uma metralhadora na mão daquela pessoa que gostaria que fosse reconhecida pela testemunha”.

importante destacar a questão trivial, mas importantíssima, levantada por Henry Rousso: os autos policiais “muitas vezes são apenas o resultado de transcrições orais que foram objeto de uma mediação, de uma narrativa, a qual não pode senão alterar a declaração feita pelo ator ou a testemunha interrogada”<sup>130</sup>.

São, portanto, de depoimentos colhidos sob estas condições que vemos, na sequência das páginas constantes do IPM, serem revelados outros nomes, endereços, situações e encontros que motivaram a expedição de outros mandados de busca objetivando prender o maior número de pessoas e fazer com que elas confessassem crimes e culpas. É assim que, ligados à organização, vão surgindo referências a: Aluizio Ferreira Palmar, Cesar Cabral, Nielse Fernandes, Reinaldo Silveira Pimenta, Umberto Trigueiros, Milton Gaia, Zenaide Machado, Iná de Souza Medeiros, Joseph Bartolo Calvert, Maria Cândida Gouveia, Martha Mota Alvarez, dentre outros.

Muitas destas pessoas cujos nomes vão surgindo são, aos poucos, presas e se tornam dias depois também objeto de interrogatórios. Neste contexto, há a informação de que um dos líderes do grupo, Reinaldo Silveira Pimenta, atuante na frente de coordenação, se suicidou em um apartamento em Copacabana, atirando-se da janela no momento em que seria preso. As informações trazidas pelos presos políticos, contudo, buscam reafirmar que as circunstâncias de sua morte não foram esclarecidas, não se sabendo com certeza se ele caiu ou se foi jogado<sup>131</sup>, se se suicidou ou se foi assassinado.

Estas prisões iam sendo devidamente registradas em notícias de jornais, que positivavam o combate da ditadura contra os terroristas, como se vê numa matéria do Jornal O Globo, de 26/07/69, quando o inquérito ainda estava sendo estruturado:

O Movimento Revolucionário 8, célula de caráter subversivo, com atuação em roubos de bancos, desfalques e outros delitos contra a segurança nacional, foi estourada pelas autoridades militares, federais e estaduais, que já efetuaram 29 prisões em vários pontos do país. Todos os detidos estão recolhidos à Ilha das Flores<sup>132</sup>.

Ou também como se depreende de uma notícia do dia seguinte, do jornal Folha de São Paulo, que anuncia a prisão de 27 pessoas envolvidas com subversão e assaltos a bancos, mas faz questão de enfatizar que:

Quase todos os detidos, em conversa rápida com os jornalistas que foram à ilha, afirmaram pertencer ao movimento. Segundo os responsáveis pelos

---

<sup>130</sup> Rousso, 1996: 89.

<sup>131</sup> Ver <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/reinaldo-silveira-pimenta-dirigente-do-mr8-de-niteroi/>

<sup>132</sup> Jornal O Globo, 26/07/69, p. 17.

presos, eles estão sendo bem tratados e podem inclusive receber visita de parentes uma vez por semana<sup>133</sup>.

Em relação aos jornais, da mesma forma, vê-se que eles são fontes problemáticas, que estão a serviço da veiculação de uma imagem depreciativa dos presos políticos, enquanto divulgam informações que não condiziam com o que acontecia nas prisões, para inocentar o governo. Não é possível que os responsáveis pelos presos estivessem satisfeitos e afirmando que os mesmos eram bem tratados. Um primeiro motivo para as reportagens trazidas pelos periódicos estarem de acordo com o governo se explica em função da existência da censura; mas, não apenas por causa dela. Em conjunturas políticas democráticas, com liberdade de expressão, a imprensa já é um corpus documental com o qual se precisa lidar com muita cautela. Em períodos ditatoriais, as dificuldades são suplementares. Os jornais do período foram, muitas vezes, reféns e/ou cúmplices dos informes policiais, publicando notícias condizentes com a visão da polícia ou das divisões de repressão e informação. “Presas ao jargão policial, a grande imprensa nacional designou os militantes com os termos ‘terrorista’ e ‘subversivo’.”<sup>134</sup>. Os jornais e revistas passavam, portanto, para o grande público a imagem de que as pessoas envolvidas na luta armada eram “pessoas sem atributos morais, fanáticos, neuróticos, defensores de ideias que levariam à destruição da sociedade”<sup>135</sup>.

Longe de serem fontes isentas e objetivas, os grandes jornais em circulação tiveram responsáveis que, na década de 1960, apoiaram, ou pelo menos, não se opuseram efusivamente à deposição de João Goulart. No ano em que se completaram cinquenta anos da mesma, o jornal O Globo, por exemplo, divulgou um editorial em que justificava por que naquela ocasião não esteve na oposição aos golpistas<sup>136</sup>. Outros veículos de comunicação também assumiram, ao longo dos anos da ditadura, uma posição intencionalmente a favor do governo instituído, realizando uma autocensura que até afastava a necessidade de ser instaurada censura externa, como demonstrou Beatriz Kushnir para o caso do Estado de São Paulo<sup>137</sup>.

Mas, voltando à questão do IPM, outra questão que se destaca e igualmente não se pode precisar quanto à sua validade é a ênfase no registro de arrependimento de alguns envolvidos com a luta armada, como se pode verificar nos depoimentos

---

<sup>133</sup> Folha de São Paulo, 30/07/69, p. 5.

<sup>134</sup> Kushnir, 2002: 225.

<sup>135</sup> Abreu, 1998: 15.

<sup>136</sup> Disponível em <http://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

<sup>137</sup> Kushnir, 2004.

registrados de Zilea Reznik e Marco Antonio Farias de Medeiros. No primeiro, há a informação de que ela agiu influenciada pelo namorado e que

arrepende-se dessa situação que acredita ter sido influenciada por impulsos juvenis espera ter a oportunidade de reformular daqui por diante todo o seu procedimento, procurando viver normalmente sem infringir a moral vigente da nossa sociedade e as instituições nacionais (sic)<sup>138</sup>.

No depoimento de Marco Antônio, da mesma forma, consta que

Foi levado a cometer essas ações pelo calor, energia e idealismo próprio da juventude e que deseja seja levada em consideração o seu propósito de reintegrar-se na sociedade como cidadão cumpridor de seus deveres cívicos e que renuncia a qualquer influência ideológica incompatíveis com os preceitos morais do meu país (sic)<sup>139</sup>.

Não se pode afirmar que os interrogados realmente proferiram estas sentenças e se falaram desta forma como uma estratégia para fazer cessar as torturas e não dar mais informações sobre os companheiros, ou se naquele momento tinham, de fato, se arrependido da opção adotada. Mas, muito provavelmente, colocado da maneira como está, isto era uma questão que os torturadores quiseram fazer constar no inquérito, como uma indicação de resultado do seu trabalho: converter *esquerdistas*.

Assim como estas dúvidas, outra questão que, inicialmente, não está bem esclarecida é a maneira como Jorge Medeiros Valle foi preso, pois seu nome é um dentre os que aparecem no inquérito sem que tenha sido citado anteriormente em nenhum outro depoimento. O primeiro registro em referência a ele aparece em um mandado de busca e apreensão à Rua Domingos Ferreira, número 100, lugar em que morava, bem como em um ofício encaminhado pelo encarregado do inquérito ao Banco Central solicitando que suas contas bancárias ficassem interditadas, datados de 11/07/69<sup>140</sup>.

A partir deste dia, referências a ele aparecem em depoimentos de outros presos, mas o primeiro auto de indiciado registrado com Jorge como sendo o interrogado data de 18/07/69<sup>141</sup>. Neste, ficamos sabendo que Jorge foi preso em consequência da prisão de Francisco das Chagas Cordeiro dos Santos, membro da organização já citado em depoimentos anteriores, com quem tinha um “ponto” marcado. Segundo os autos, Jorge foi preso no dia 12/07/69. No entanto, não parece razoável que ele tenha ficado uma semana no Cenimar sem ser interrogado, ainda que não tenha sido registrado formalmente. É também inconsistente que, tendo sido preso em função de estar em um

---

<sup>138</sup> Páginas 110 e 111 do processo 70/69.

<sup>139</sup> Página 119 do processo 70/69.

<sup>140</sup> Páginas 612 e 613 do processo 70/69.

<sup>141</sup> Página 705 processo 70/69.

ponto com Francisco, já que seu nome não é citado em nenhum dos autos anteriores, que tenha havido uma busca à sua casa antes da sua própria prisão.

Seja como for, no primeiro interrogatório registrado de Jorge, há a informação de que o mesmo, “codinominado Wagner ou Burguês”, compareceu ao Destacamento Especial de Fuzileiros Navais para ser interrogado sobre suas relações com uma “Organização”, denominada “Movimento Oito de Outubro”. Em resposta, segundo o auto de perguntas ao indiciado, Valle confessa que, em meados de 1968, teve a ideia de fazer o levantamento de dinheiro para aplicação no processo revolucionário de esquerda no país e colocou o plano em prática desviando grande soma da agência Leblon do Banco do Brasil, onde trabalhava, totalizando aproximadamente cinco bilhões de cruzeiros velhos<sup>142</sup>. Para participar mais ativamente do movimento revolucionário, transferiu sua família – esposa e duas filhas - para a Europa. Do dinheiro desviado, parte trocou por dólares e enviou cem mil desses a um professor da Universidade de Brasília, Roberto Las Casas, asilado por questões políticas na França, para que pudesse manter sua família. O restante dos dólares foi depositado em um banco na Suíça. Do dinheiro que permaneceu no Brasil, parte teve como destino algumas organizações envolvidas com a luta armada: o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), o MR-8 e uma organização chamada Movimento 26 de Março, que funcionava no Sul<sup>143</sup>.

No PCBR, o contato de Jorge se dava com Roberto, Apolônio de Carvalho e Mario Alves e, no Movimento 26 de março, era Joaquim Pires Cerveira seu interlocutor. O primeiro movimento teria colocado ainda um motorista à disposição de Jorge, para que melhor se locomovesse e tivesse também alguma proteção. Quanto ao MR-8 especificamente, o seu contato teria sido intermediado por Rodrigo José de Faria Lima e sua esposa Denise, casal de amigos, através dos quais conheceu Ivens Marchetti já fazia tempo, tendo retomado os contatos com o mesmo no ano de 1969 e prometido um auxílio para a organização que totalizava entre 500 e 600 mil cruzeiros novos<sup>144</sup>. Além de Ivens, tivera contato com Francisco, com quem foi preso, Reinaldo e Martha.

Com os contatos do PCBR e do MR26, havia uma proposta de organizar uma frente de combate conjunta e, da mesma forma, Jorge fornecia dinheiro para a

---

<sup>142</sup> No processo está em cruzeiros velhos, mas esta moeda não estava mais em vigor desde fevereiro de 1967. Em outro documento do inquérito, há a comunicação do encarregado ao chefe do Estado-Maior, comunicando que o indiciado desviara 5 milhões de cruzeiros novos, o que equivale a 7 milhões de reais atuais. Conversão feita no site: [//www.profcardy.com/calculadoras/atualizacao-monetaria-calculada.php](http://www.profcardy.com/calculadoras/atualizacao-monetaria-calculada.php)

<sup>143</sup> Apesar de, no registro do depoimento estar constando MR-26, a organização em que Botelho e Cerveira militavam era a Frente de Libertação Nacional (FLN).

<sup>144</sup> Em torno de 700 mil reais, conforme conversão feita no site <http://www.profcardy.com/calculadoras/atualizacao-monetaria-calculada.php>

estruturação desta frente. Além do dinheiro, também entregou a eles uma lista com as agências do Banco do Brasil que possuíam alto numerário, para que as expropriações subsequentes conseguissem ter estas como foco, neutralizando, assim, a possibilidade de assumir o risco de um assalto que resultasse em pouca arrecadação. Forneceu, adicionalmente, armas de fogo, facas e facões aos grupos.

Na sequência de seu depoimento, consta o planejamento de uma explosão do prédio da Standard Oil, que deveria ser executada na ocasião da visita de Nelson Rockefeller – governador de New York na época e neto do fundador da empresa, símbolo dos empresários do petróleo<sup>145</sup> - ao Brasil, uma vez que Valle achava que deveria ser organizado um grande feito que chamasse a atenção da população. Com o intuito de realizá-lo, tentou adquirir dinamite com as pessoas das organizações com quem mantinha contato. Além deste planejamento, Jorge também teria participado de um plano arquitetado pelos integrantes do MR-8 para resgatar presos políticos na Ilha das Flores, tirando os mesmos de lá através de um barco ou de uma lancha. Para isto, pensou em conseguir junto ao PCBR material de mergulho e ir pessoalmente fazer o reconhecimento do local, mas, assim como a explosão, a ação não ganhou concretude.

Em relação ao dinheiro desviado do banco, segundo o depoimento, a troca dos dólares foi realizada através de Francisco de Souza Dantas, agente autônomo de investimento, que trabalhava na firma de câmbio e corretagem de títulos Cotiba, que foi chamado a depor e ficou detido na Ilha das Flores. Em seu depoimento, o mesmo esclarece que comprava dólares ilegalmente de um uruguaio e repassava a Jorge, fazendo isso por quatro vezes no valor de cem mil dólares e outras vezes em quantias menores<sup>146</sup>.

Ainda no primeiro depoimento de Valle, consta sua intenção de construir uma emissora de rádio, que seria montada em Curitiba e depois transportada para o Rio de Janeiro, no intuito de divulgar informações às massas. Figura também a aproximação com simpatizantes da esquerda em viagem que fez à Europa, pouco tempo antes de ser preso. No relato do auto, pelo menos dois são os italianos que entram em contato com Valle tentando auxiliar na obtenção de material eletrônico de comunicação e armas. Um homem chamado Leon e uma mulher, Liliane Rigamonte, que, inclusive, faria a intermediação do contato de Jorge com guerrilheiros do Peru.

---

<sup>145</sup> Conforme: <http://www.biography.com/people/nelson-rockefeller-9461384#synopsis>

<sup>146</sup> Auto de indiciado de Francisco Borges de Souza Dantas consta na página 758 do processo 70/69, no link digitalizado já citado.

Como de praxe, ao final deste primeiro depoimento há a informação de que o depoente nada sofreu e que respondeu às perguntas de livre e espontânea vontade, tendo declarado por fim que tudo o que fez teve motivação política, motivação esta que Francisco Dantas não teria, e que sua família desconheceria todas as suas atividades.

Um segundo depoimento de Valle foi registrado no dia 21/7/69<sup>147</sup>. Neste, logo no início, há a indicação de que ele está sendo convocado para ser reinquirido a respeito de um recibo que deveria receber da firma Standard Electric, sem que se possa saber como os interrogadores ficaram sabendo da existência de tal recibo. Uma hipótese é ter alguma indicação neste sentido em documentos na casa de Jorge, que foi explorada pelos homens da Marinha, embora na relação dos inúmeros objetos, papéis e documentos apreendidos, constante no auto de busca e apreensão, não tenha nenhuma referência a este recibo.<sup>148</sup> Outra hipótese é a informação ter sido obtida sob tortura e, diante de uma confissão, ter sido registrado já um depoimento sobre o assunto.

Valle declara, então, que em conversa com Francisco Borges de Souza Dantas - a pessoa com quem trocava os dólares -, comentou que precisava justificar a movimentação em sua conta corrente e no Imposto de Renda. Francisco forneceu como solução a possibilidade de obter um recibo da mencionada empresa que atestaria que o valor disponível na conta e as intensas movimentações se referiam a dinheiro recebido da mesma. Desta forma, Jorge teria recebido um recibo para justificar sua movimentação no ano de 1968 e teria ficado de receber outro documento semelhante, com valor ainda maior, para justificar as transações do ano de 1969. Em seu depoimento registrado, Valle explica que não recebeu nem receberia dinheiro da Standard Electric, mas apenas o recibo que, para ele, serviria como justificativa da movimentação em sua conta e, para a empresa, seria útil para descarregar um milhão e duzentos mil cruzeiros novos que seriam enviados não ao Jorge, mas à primeira dama Yolanda Costa e Silva. O pagamento deste valor teria como objetivo final a facilitação feita pela esposa do então presidente de uma concorrência para a instalação de telefones em Brasília, em favor da empresa Standard Electric, que sairia vitoriosa da licitação mediante este pagamento.

Segundo consta no registro, contudo, os responsáveis pela empresa estariam dificultando a entrega deste recibo e teriam exigido a abertura de uma firma, para que ele pudesse ser remetido no nome desta e não para uma pessoa física. Obedecendo à exigência, Jorge teria aberto a firma necessária, registrada com a razão social de

---

<sup>147</sup> Página 746 do processo 70/69.

<sup>148</sup> Auto de Busca e Apreensão constante na página 616 e seguintes, do processo 70/69.

Representações, Comércio e Importações JV Ltda, que não chegou a funcionar. Adicionalmente, ele não recebeu o recibo prometido, em virtude de sua prisão. Inclusive, em um documento de informações no Ministério da Aeronáutica, consta que o contrato social que funda a empresa data de 04/06/1969, com um capital de dez mil cruzeiros novos, situada à avenida nossa senhora de Copacabana, 709/702, tendo como sócios, além de Jorge, Nedda e Nelly, sua esposa e sua cunhada, e cujo gênero era: “Compra e venda no mercado interno e no exterior. Representação, comissão, consignação, serviços de montagem e instalação de equipamentos e materiais elétricos e eletrônicos”<sup>149</sup>.

Destes depoimentos feitos no âmbito do processo de instauração do Inquérito pelo comandante Clemente José Monteiro Filho, Jorge, quando da fase do julgamento, declarou que nenhum deles tinha um conteúdo que exprimisse a verdade em sua totalidade, uma vez que foram obtidos em ambiente de maus tratos e torturas físicas<sup>150</sup>.

Mas, continuando a acompanhar o prosseguimento do IPM, vemos que, diante das informações relacionadas ao recebimento do comprovante, o Cenimar convocou Francisco Borges de Souza Dantas para depor, e, no interrogatório, este disse saber da possibilidade do fornecimento de um recibo pela Standard Electric e da abertura de uma firma por Jorge, contudo, endossou que os responsáveis pela concessão do papel começaram a criar obstáculos para a efetiva concretização, e, por fim, disse nada saber sobre a relação do recibo com Yolanda Costa e Silva<sup>151</sup>.

Diante destas declarações, o Encarregado do Inquérito encaminhou ao chefe do Estado Maior da Armada uma solicitação para que fosse aberto um IPM específico com o fim de apurar esta sonegação de imposto. No documento, é informado que Jorge obteve “um recibo com o qual justificou seus fundos obtidos ilicitamente na Declaração de Imposto de Renda do exercício de 1968 e que para isto, inclusive, constituiu uma firma”. Nesta solicitação, há a indicação de que isto foi confirmado por testemunha, mas destaca que:

Digno de menção é o fato de ter no seu depoimento, o indiciado JORGE MEDEIROS VALLE, tentado incriminar outras pessoas ligadas ao Governo da República, fato este que a testemunha FRANCISCO BORGES DE SOUZA DANTAS nega no seu depoimento e que parece assim, tratar-se de um recurso com o qual o indiciado tenta encobrir suas manobras excusas<sup>152</sup>.

---

<sup>149</sup> Documento 079\_0060 da pasta CISA do Arquivo Nacional.

<sup>150</sup> Página 2777, do processo 70/69

<sup>151</sup> Página 760 do processo 70/69.

<sup>152</sup> Página 1050 do processo 70/69.

Vê-se, portanto, a proposição de que a denúncia do crime cometido pelas pessoas envolvidas com o governo não é legítima, ainda que fosse verdadeira, pois veio de alguém que não teria credibilidade, aos olhos dos homens do poder, para fazê-la.

No bojo destes documentos que compõem o IPM instaurado para averiguar as pessoas relacionadas ao MR-8, outras questões surgiram ligadas a Jorge Medeiros Valle. Uma delas é a quantidade de objetos relacionados no auto de busca e apreensão à sua casa. A maior parte dos outros envolvidos, estando em aparelhos improvisados ou casas recém-alugadas, quando tinham seu esconderijo invadido, só possuíam livros, revistas, apostilas, armamentos e munição, às vezes, um carro. Mas, o caso de Jorge é diferente. Tendo sua própria casa devassada pelos homens da Marinha, lá, os mesmos registraram uma longa lista de objetos e documentos encontrados. Dentre eles, muitos mapas, material de mergulho, roupa do exército, inúmeros cartões de visita de gerentes de banco, apólices de seguro, recibo de compra e venda de mais de um carro, talões de cheque em seu nome de, pelo menos, dezessete bancos diferentes, “cheques de viajante”, três pistolas, um revólver, carregadores para as armas, cartuchos, canos de armas sobressalentes, escova para limpeza de arma, letras imobiliárias, 34 cartões do Banco do Estado do Rio de Janeiro no valor de mil cruzeiros cada, mais de trezentos mil cruzeiros novos em espécie, três automóveis, dentre outros<sup>153</sup>.

De modo que a queda de Jorge leva ao desdobramento de outras investigações, que são providenciadas pelo encarregado do Inquérito, uma vez que ele se revela um caso que parece destoar dos outros interrogados, como se depreende do texto do ofício escrito por Clemente José Monteiro Filho ao chefe do Estado-Maior da Armada, em 21 de julho de 1969:

Participo a V. Exa. que no decorrer das filigências do presente Inquérito Policial Militar, o indiciado JORGE MEDEIROS VALLE confessou ter desviado uma vultosa importância de CINCO MILHÕES DE CRUZEIROS NOVOS, da Agência Leblon do Banco do Brasil S/A, situada à Rua Bartolomeu Mitre, 310-A, Leblon.

Outrossim, participo a V. Exa. que no decorrer das diligências do presente Inquérito, tal fato cresceu de importância com a apreensão de NCr\$ 307.648, 19 (trezentos e sete mil seiscentos e quarenta e oito cruzeiros novos e dezenove centavos) na residência do indiciado, sito à rua Domingos Ferreira, 100, apto 602, Copacabana, nesta Cidade (sic)<sup>154</sup>.

---

<sup>153</sup> Auto de Busca e Apreensão constante na página 616 e seguintes, do processo 70/69. Segundo conversão feita no site <http://www.profcardy.com/calculadoras/atualizacao-monetaria-calculada.php>, o valor em espécie encontrado equivale a atuais 500 mil reais.

<sup>154</sup> Ofício 063A, constante na página 1048 do processo 70/69..

Diante da quantidade de transações financeiras indicadas pelos vestígios na casa de Valle e o valor encontrado, o encarregado do Inquérito solicita ao Banco Central a interdição das contas e os extratos das mesmas, bem como solicita à Bolsa de Valores que as ações sejam transferidas para uma conta criada em seu nome, Clemente José Monteiro Filho, na agência Centro do Banco do Brasil, que ficaria à disposição da Justiça Militar<sup>155</sup>.

Como consequência destas revelações e troca de informações, a demissão de Jorge do Banco do Brasil é publicada em diário oficial no dia 31/07/1969<sup>156</sup> e, diante da confissão de que parte do dinheiro desviado foi enviado à Europa, os investigadores fazem com que Jorge escreva uma carta à sua esposa Nedda, em papel e envelope timbrados da Marinha, com data de 21/08/1969, com orientações para que ela devolvesse o dinheiro aos que iriam entregar a correspondência a ela em mãos:

Hoje vejo ainda, que o caminho para a justiça social não é aquele que busquei tão avidamente.

Não é justo que o dinheiro permaneça no exterior. Desejo que providencie a entrega às autoridades brasileiras competentes, de todo o dinheiro que temos no exterior.

É necessário que você retorne, o mais depressa possível, o ritmo normal de sua vida.

Espero que vocês, únicas vítimas de minha atitude impensada, voltem logo para esta terra que, como pode constatar nesses últimos meses, já é melhor do que muita coisa que vimos no Velho Continente.

Das palavras, depreende-se que a carta não foi espontânea. Uma pessoa que estava sendo barbaramente torturada podia estar até arrependida das ações que o levaram até ali e causaram transtornos à sua família, contudo, mesmo assim, não é provável que afirmasse que a vida no Brasil, nos últimos meses, estava melhorando e superior a muitos lugares na Europa. Mesmo a carta tendo sido escrita, provavelmente, sob coação e orientação das autoridades da Marinha, o que houve então foi que um grupo de homens da Armada foi até à Europa ao encontro de Nedda e a mesma obedeceu às duas orientações contidas no documento: devolveu o dinheiro que estava no exterior e retornou ao Brasil com suas filhas, para acompanhar de perto o julgamento e fazer visitas a seu marido. Entre os autos, há um documento que comprova o envio de quinhentos mil dólares à conta aberta em nome de Clemente, o que correspondia a mais de dois milhões de cruzeiros novos, com data de 12/09/1969<sup>157</sup>.

---

<sup>155</sup> Documentos disponíveis nas páginas 993, 997, 1044 do processo 70/69.

<sup>156</sup> Conforme Oliveira, 2000: 177.

<sup>157</sup> Página 1361 do processo 70/69. Aproximadamente 2 milhões de cruzeiros novos, nos valores de hoje, corresponde a R\$2.800.000,00, segundo conversão do site <http://www.profcardy.com/calculadoras/atualizacao-monetaria-calculada.php>.

Já na resposta do Banco Central ao ofício que solicitava o bloqueio das contas de Valle e a transferência dos valores para a custódia da Marinha e da Justiça Militar, são anexados extratos dos bancos Atlântico, Novo Mundo e Agrícola de Cantagalo, em que Jorge possuía conta corrente e o que se pode constatar é uma regularidade de depósitos de altos valores (quatrocentos mil, duzentos mil, etc.) seguidos de alta movimentação em volume e número de compensação de cheques<sup>158</sup>. Isto indica uma pista de como Jorge fazia as transações para desvio do dinheiro do banco, embora só com estes documentos não seja possível esclarecer todo o procedimento. Da mesma forma, parece difícil que um funcionário do Banco do Brasil, instituição de extremo prestígio e importância na época, pudesse fazer tais desvios sem ser descoberto. Uma explicação possível é obtida do interrogatório com Herberto João Gonçalves, o colega de Valle na agência em que trabalhava que, como dissemos anteriormente, denunciou as torturas na fase do processo.

Neste depoimento, Herberto disse que tinha uma relação amistosa com Jorge, na casa de quem teria passado até o natal. E que, talvez, ele pudesse fazer os desvios sem ser descoberto, pois ocupava cargo de chefia no banco e fazia quase todo o serviço existente, uma vez que faltavam funcionários. Adicionalmente, o colega relata que a situação financeira de Valle era dinâmica: além do trabalho no banco, negociava automóveis e estaria trabalhando também em negócios ligados a telefones.

Contudo, trabalhar em atividades comerciais externas era proibido pelo regulamento do Banco do Brasil. E, assim, Herberto indica que teve um contato telefônico com Jorge no dia sete de julho de 1969, na volta de uma viagem que este fez à Europa, abordando o assunto. Valle teria dito na ligação que tomou conhecimento da destituição do cargo que ocupava, em função de suas atividades exercidas contrárias ao regulamento, e que iria ao emprego com a intenção de se demitir. Contudo, foi preso antes disso<sup>159</sup>.

Outra questão que é tida como importante para os investigadores, a partir do interrogatório, é a procedência das armas que Valle possuía ou doava para as organizações. E, assim, em um dos depoimentos, chega-se ao nome de Waldhir Castro Morozoli como o fornecedor de tais armamentos. Morozoli é, então, chamado a depor no dia primeiro de agosto de 1969, após ter sido feita uma busca, sete dias antes, em sua casa, que encontrou várias armas, facas e material bélico. Do depoimento, depreende-se

---

<sup>158</sup> Informação disponível entre as páginas 1025 e 1042 do processo 70/69.

<sup>159</sup> Depoimento presente entre as páginas 815 e 818 do processo 70/69.

que o interrogado era primeiro tenente dentista e que trabalhava no Hospital Central da Aeronáutica.

Oito meses antes de conhecer Jorge, Morozoli foi ao depósito central de armamento do exército, que tinha colocado à venda material considerado obsoleto. O tenente, segundo seu relato registrado, lá compareceu com o interesse de comprar utensílios úteis à caça e à pesca, mas, acabou conhecendo na ocasião um segundo tenente do exército, chamado José Felix, que estaria precisando de dinheiro e, por isso, deixou com o dentista armamentos para que o mesmo pudesse colocá-los à venda. Não tendo conseguido vendê-las rápido, Morozoli ficou com as armas e deu o pagamento em dinheiro para o outro que precisava. Mas, seguiu tentando se desfazer das mesmas, e através de anúncios de venda colocados no jornal, Jorge Medeiros Valle chegou até ele.

No contato com o tenente da aeronáutica, Jorge teria dito que era gerente de uma agência do Banco do Brasil, que possuía uma fazenda no Mato Grosso e que precisava de armas para fazer a vigilância da mesma, já que seu gado estaria sendo roubado. Comentou ainda que utilizaria, no futuro, um sistema de rádio com o mesmo intuito. Desta forma, Morozoli vendeu armas, facas e facões a Jorge. Segundo o depoimento, todo o material era conseguido por intermédio de José Felix, que conseguia os artefatos com pessoas de seu círculo de conhecimento interessadas em se desfazer dos mesmos.

No desenrolar das transações, Valle comentara que um amigo seu que vinha da Suíça traria um adaptador para o cano de uma das armas e, nesta ocasião, Waldhir pedira a ele que esta pessoa trouxesse cartuchos para seu uso, em uma de suas armas de caça. Quando o mencionado amigo estava para retornar, Jorge foi até à casa do tenente perguntando se ele teria contato na alfândega que evitasse problemas no desembarque do material bélico, já que quem estava trazendo os armamentos e munições era um civil. Dirigiram-se, juntos, então, ao aeroporto do Galeão no dia da chegada do amigo de Jorge, tendo falado, inclusive, com um coronel da Aeronáutica cujo nome não é citado e o desembarque foi procedido normalmente.

Por fim, em sua defesa, o tenente declarou que Jorge nunca teria feito nenhuma alusão política ou ideológica e que teria até perguntado por duas ou três vezes se ele estaria vinculado ou se teria ligações com algum movimento subversivo ou criminoso, ao que o mesmo respondera: “como poderia uma pessoa de sua posição social –

trabalhava na Gerência do Banco do Brasil – e que pagava cento e dezenove mil cruzeiros novos de Imposto de Renda poder estar envolvido em tais atividades”<sup>160</sup>.

Como consequência de sua conduta, o primeiro tenente dentista teve sua demissão publicada no diário oficial do dia 28/01/1970, com base na fundamentação do ato institucional número cinco, sendo, contudo, anistiado anos depois, em função da aprovação da Lei da Anistia em 1979<sup>161</sup>. É interessante notar que, no processo do MR-8, há um indiciado de nome Cezar Cabral que, assim como Morozoli, forneceu armamentos para os integrantes do grupo. Em sua defesa, Cabral diz que passava por dificuldades financeiras, por isso procedeu à venda. Assim, seu problema seria econômico e não político. Mesmo utilizando estes argumentos, ele foi indiciado e condenado à pena de quatro anos. No caso do tenente da aeronáutica, no entanto, ele perderia seu cargo, mas não seria indiciado junto com os demais componentes do grupo<sup>162</sup> e foi absolvido no processo ao qual respondeu na Segunda Auditoria do Exército, por maioria de votos<sup>163</sup>.

Além da relação com um agente de investimentos, um tenente-dentista e o contato com um coronel da aeronáutica, nos autos, podemos encontrar também uma carta datada de 31 de julho de 1969, escrita por Heleno Fragoso, importante defensor de presos políticos durante a ditadura, em papel timbrado de seu escritório e remetida ao comandante Clemente José Monteiro Filho, que faz com que este caso se distancie também um pouco dos demais.

Na referida carta, o advogado informa que foi procurado pela cunhada de Jorge, Nelly Paiva, solicitando seus serviços profissionais e que ela teria dado informações de caráter geral acerca da prisão do cunhado, parecendo certa a desvinculação do mesmo “com grupos subversivos”, inclusive, em função de sua vasta fortuna, oferecendo como prova a declaração de Imposto de Renda de Valle. Na ocasião, Fragoso teria aceitado defendê-lo e recebeu, para iniciar seu trabalho, dez mil dólares. Contudo, conforme coloca o advogado: “começaram a chegar-me notícias sobre a situação de Jorge Medeiros Valle, levando-me a admitir sua possível implicação em crimes contra o

---

<sup>160</sup> Página 877 do processo 70/69. O depoimento completo de Waldhir Morozoli vai da página 872 até a 879.

<sup>161</sup> Informações que podem ser recuperadas em Oliveira, 2000: 327 e na página 45, do diário oficial de 21 de março de 1980, disponível no link: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/3186766/pg-45-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-21-03-1980>.

<sup>162</sup> Na página 2885 está a denúncia de que Cezar Cabral está sendo julgado “por ter comprado e cedido ao MR-8 a Metralhadora Colt, calibre 7.65 mm”. A condenação consta na ata do julgamento, na página 3128.

<sup>163</sup> Jornal Folha de São Paulo, 06/10/71, p. 4.

patrimônio, de modo a tornar duvidosa a procedência do dinheiro que recebi”<sup>164</sup>. E baseando-se nas informações divulgadas pelos jornais, que mostravam as acusações que sofria Jorge, Fragoso decide entregar ao comandante, junto com a carta, o dinheiro recebido, declarando que:

Embora não haja qualquer restrição, do ponto de vista da ética profissional, ao patrocínio da causa, por motivos de ordem pessoal, exclusivamente, não desejo trabalhar em casos dessa natureza, quando o acusado esteja diretamente vinculado à obtenção de vantagens ilícitas<sup>165</sup>.

O advogado tornou-se uma referência no campo do direito penal e faleceu no ano de 1985. Mas, o escritório com seu nome ainda existe, e é liderado por um filho seu, Fernando Fragoso, que do mesmo modo se tornou importante advogado penalista. Em um primeiro momento, perguntado se teria alguma informação adicional referente à recusa da defesa de Valle, Fernando respondeu que se lembrava do caso e que o escritório não havia se recusado a defendê-lo, mas que continuar com este cliente seria inadequado, pois eles estavam responsáveis pela defesa também de outro preso no mesmo processo, o que poderia levar a eventuais colisões de teses.

Nos autos de qualificação do processo, contudo, feitos no dia 18/11/69, nenhum dos acusados indica Heleno Fragoso como seu defensor<sup>166</sup>. E, colocado em contato com a carta escrita por seu pai, o advogado que, inicialmente, se lembrava do caso, diz que não se lembrava da existência da mesma, nem do episódio do recebimento e devolução de valores, ponderou que o ocorrido já fazia muito tempo e que, na época, ele era muito jovem, com 19 anos, ainda no primeiro ano da faculdade<sup>167</sup>. Talvez, a recusa dos Fragoso em prosseguir com a defesa possa ter sido causada em função da desconfiança em relação à origem do dinheiro sob a posse do bancário.

Embora não seja possível precisar quais jornais teria lido o advogado, na semana em que a carta de Fragoso foi escrita, há pelos menos três matérias sobre Jorge Medeiros Valle na imprensa. Uma do jornal O Globo e duas do Estado de São Paulo. Em uma das divulgadas por este último, há a informação de que “muitos milhões de

---

<sup>164</sup> Página 1155 do processo 70/69.

<sup>165</sup> Página 1156 do processo 70/69.

<sup>166</sup> Entre as páginas 1645 e 1690 estão os autos de qualificação de todos os citados até aquele momento no processo. Neste documento, registra-se se o acusado possui advogado ou não, sendo designado, em caso negativo, um defensor. Dos que disseram ter advogados particulares, os profissionais indicados foram: Augusto Sussekind de Moraes Rego, Modesto Silveira Osvaldo Mendonça, Marcelo Alencar, Edson Laercio Condeixa da Costa, Sebastião Carneiro Nolasco, Remo Lainetti, Celso Nascimento, Antonio Teixeira Santos, Sobral Pinto, Bento Julião, Tecio Lins e Silva e Antonio Carlos da Gama Barandier. Nenhum deles citou o nome de Heleno Fragoso. Durante todas as audiências do processo também não há menção de comparecimento do mesmo. Processo 70/69, no link digitalizado já citado.

<sup>167</sup> Informações trocadas com a autora por e-mail nos dias 01 e 02/02/2015.

cruzeiros novos, roubados por Jorge Medeiros Vale ao Banco do Brasil foram contrabandeados, em forma de dólares, para a Suíça”<sup>168</sup>. A ênfase no “roubo” e no “contrabando de dólares” passa, sem dúvida, a ideia de um criminoso financeiro. No jornal O Globo, contudo, há a menção de que o plano de Valle era a independência da guerrilha no Brasil e que, de acordo com suas afirmações, o que o levou a se envolver com “subversivos” havia sido a causa política e não o dinheiro, já que sempre teria tido ideias socialistas. Apesar desse preâmbulo que relacionaria Jorge aos ideais políticos, a matéria é finalizada da seguinte maneira:

Jorge comprou ainda quatro carros, mandou fabricar uma lancha por NCr\$ 80 mil e no dia em que foi preso a polícia apreendeu NCr\$500 mil em seu apartamento. A viagem à França e todas as suas despesas na Europa foram financiadas com o dinheiro desviado do Banco do Brasil<sup>169</sup>.

Na reportagem do dia 27/07/69, do jornal O Estado de São Paulo, da mesma forma, há o emprego variado do dinheiro desviado:

A figura mais curiosa do MR-8 é Jorge Medeiros Vale, também conhecido como o “bom burguês” financiador do MR-8, e de outro grupo pertencente ao PCBR. Funcionário da Agência Leblon do Banco do Brasil, conseguiu por meio de golpes engenhosos desviar 8 milhões de cruzeiros novos (...). O mecanismo que utilizou para desviar o dinheiro foi considerado tecnicamente perfeito por um especialista do Banco do Brasil, que até agora está admirado com a esperteza do “bom burguês” (...). Do restante do dinheiro, Jorge MedeirosVale fez o seguinte: Deu 100 mil dólares a mulher e aos filhos e os mandou para a Europa. Depositou 600 mil dólares em um banco da Suíça. Doou NCr\$ 900 mil a dois grupos subversivos, um deles o MR-8. Comprou também 3 carros e um iate<sup>170</sup>.

Assim, vemos que, a partir dos textos destes jornais, são oferecidos elementos que tanto podem levar à interpretação de que sua motivação era política, quanto a de que era um criminoso comum, que teria se beneficiado com os desvios realizados. Talvez, o advogado tenha escolhido não defender o caso por interpretá-lo da segunda maneira, alegando que era possível que a origem do dinheiro fosse ilícita e duvidosa. O uso de tal argumentação é curiosa, pois, uma vez que era de conhecimento que os envolvidos na luta armada realizavam expropriações a bancos, estas também não resultavam em crimes contra o patrimônio e, legalmente, em recursos de origem ilícita? Além disso, não sabia o advogado que a imprensa era enviesada? Para que Fragoso se recusasse e mantivesse, inclusive, conversas com o encarregado do inquérito, é porque, para ele, o que se sobressaiu na imagem construída de Jorge foi o crime financeiro e a corrupção que, segundo o seu entendimento, não se justificaria por sua atividade

---

<sup>168</sup> O Estado de São Paulo, 30/07/69, p. 34.

<sup>169</sup> Jornal O Globo, 28/07/69, p. 5.

<sup>170</sup> O Estado de São Paulo, 27/07/69, p. 5.

política. Diante disso, o advogado que defendeu Jorge Medeiros Valle no âmbito do processo foi outro renomado defensor de presos políticos: Augusto Sussekind de Moraes Rego.

Mas, antes mesmo de a denúncia contra o grupo ser formalizada e o inquérito chegar à fase do julgamento, já seriam trocadas informações sobre Valle entre os órgãos das distintas polícias políticas do governo. Um exemplo é um encaminhamento do Serviço Nacional de Informações, de agosto de 1969, feito com base num documento difundido pelo Centro de Informações do Exército, divulgando que as autoridades navais da Guanabara, no âmbito das investigações de um IPM, “revelaram as atividades altamente subversivas desenvolvidas por um funcionário do Banco do Brasil (Ag Leblon) de nome Jorge Medeiros Vale”<sup>171</sup>. Neste encaminhamento, as informações constantes nos três interrogatórios realizados com Jorge que estão registrados aparecem de modo mais organizado, numa narrativa ordenada, surgindo informações novas que não figuravam nos depoimentos, como a que ele pretendia financiar a luta armada com ou sem o apoio de Cuba. A referência a Cuba não pode ser encontrada em nenhum inquérito anterior, daí que se depreenda que além de distorcer os próprios autos, a divulgação dos mesmos para os órgãos de informação também era criativa.

Da mesma forma, consta que com dois milhões de dólares, Valle estava disposto a montar indústrias no estrangeiro que proporcionariam renda para o seu movimento, instalando também no Brasil uma vasta rede de apoio à guerrilha: Agências de Turismo, Estações de Rádio, Jornais, Hospitais, etc. Na informação, figura ainda uma declaração adicional de que Jorge não estaria satisfeito com os serviços executados pelos grupos que auxiliava – o PCBR, o MR-8 e o grupo dos irmãos Pires Cerveira, estando assim dedicado a operar um grupo subversivo próprio e, que, para tanto, já havia recebido uma relação completa das principais agências do Banco do Brasil, com as importâncias depositadas nelas, para futuramente assaltá-las<sup>172</sup>. Vemos aqui uma afirmação oposta ao que se tem registrado nos autos do interrogatório. Nestes, ele teria oferecido lista de agências para que outras organizações procedessem com as expropriações, aqui, a lista seria utilizada por ele mesmo e pelo grupo novo que montava, em função do seu desagrado com os serviços dos demais.

A seguir, são descritas as atividades planejadas pelo seu grupo:

---

<sup>171</sup> Documento AC\_ACE\_20299\_69 disponível no Fundo SNI, do Arquivo Nacional.

<sup>172</sup> Idem.

A primeira ação em força prevista para o seu grupo seria o assalto à Ilha das Flores (Baía da Guanabara), visando a libertação dos elementos subversivos lá presos. Para sua concretização, estava sendo construída uma possante lancha, alguns contatos já haviam sido realizados na Ilha, bem como seu reconhecimento com utilização de cartas confeccionadas pela própria Marinha, adquiridas comercialmente.

Continuando suas declarações às autoridades da Marinha, Jorge Medeiros Vale revelou que atribuíra ao MR8 a missão de destruir o edifício da Standard Oil (Esso Brasileira de Petróleo), situado na Av Pres Wilson (RIO DE JANEIRO), não tendo sido realizada por total incapacidade daquele grupo subversivo, àquela época praticamente desbaratado com a prisão de praticamente todos seus integrantes<sup>173</sup>.

Novamente, existem informações desencontradas. Nos autos, o plano de retirar presos da Ilha Grande parecia ter sido originado por integrantes do MR-8 e Jorge teria desistido de participar, não tendo sido ele concretizado. Na informação divulgada pelo SNI, é uma nova organização que estaria sendo montada por Valle que planeja essa ação, além dele ser também o mentor da destruição do prédio da Standard, que ele delega ao MR-8, grupo incapaz, contudo, de realizar a operação. Há nesta confusão de informações, dois objetivos muito claros dos órgãos de informação. O primeiro é demonstrar os grupos como desmobilizados e fragilizados, com dificuldades para se estruturar com inteligência e executar suas ações, tendo sido facilmente liquidados ou estando perto do seu fim. O outro é definir Jorge Medeiros Valle como um terrorista típico e perigoso, altamente subversivo, que não só participava de organizações, como tinha alguma atuação gerencial e disponibilidade até de organizar um grupo, se necessário fosse. A mesma abordagem é feita também nos meios de comunicação, com a veiculação da imagem de Valle como um “bancário do terror”<sup>174</sup> ou “incrível personagem extra do terror”, que “crescia como organizador do MR-8”<sup>175</sup>.

Para agravar ainda mais sua potência subversiva, é destacado que Jorge mantinha contatos na Europa, particularmente na Itália:

Nessas primeiras declarações de Jorge Medeiros Vale, ficou evidenciada a posição de relevo que a Itália assume na trama subversiva que o Comunismo Internacional articula no Brasil. Convém aqui lembrar que as famílias do ex-cap. Lamarca e sgt Darcy dirigiram-se para lá, após estes colocarem-se a serviço da pretensa guerrilha que o comunismo tenta implantar em São Paulo<sup>176</sup>.

Se esta era a imagem que órgãos oficiais e jornais comprometidos com os mesmos tentavam divulgar de Jorge, diametralmente oposta era a imagem que o advogado de Jorge tentava construir na defesa de seu cliente no âmbito do processo.

---

<sup>173</sup> Idem.

<sup>174</sup> Jornal Correio da Manhã, 08/08/1969.

<sup>175</sup> Revista Veja, 06/08/1969, p. 18.

<sup>176</sup> Idem.

Para chegar à fase do processo, contudo, foi necessário que antes fosse finalizado o relatório do IPM pelo seu encarregado, o comandante Clemente José Monteiro Filho, o que foi feito em 29 de setembro de 1969 e encaminhado ao chefe do estado Maior da Armada. Neste relatório, há uma compilação de partes dos depoimentos de modo a explicar qual teria sido a origem e a formação do MR-8, as ações e expropriações realizadas no Sul do país, no Rio e na Guanabara, os fatos decorrentes da “ação subversiva” e a conclusão, em que se indicou que as pessoas envolvidas infringiram um ou mais dos artigos do Decreto-Lei de Segurança Nacional de 1967 e dos decretos posteriores que modificaram seu texto. No caso específico de Jorge Medeiros Valle, o relatório o incrimina nos artigos 21 e 23, da Lei de 1967 e no artigo 40 da Lei 510/69. Pelos dois primeiros artigos, temos as seguintes determinações:

Art. 21 Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos. (...)

Art. 23. Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva: Pena - reclusão, de 2 a 4 anos.

Parágrafo único. Se a guerra sobrevém em virtude dêles: Pena - reclusão, de 4 a 12 anos<sup>177</sup>.

Através do artigo 40 da outra lei, há a pena prevista de 1 a 3 anos para quem tentar “importar, fabricar, ter em depósito ou sob sua guarda, comprar, vender, doar, ou ceder, transportar ou trazer consigo armas de fogo ou engenhos privativos das Fôrças Armadas, ou quaisquer instrumentos de destruição ou terror”<sup>178</sup>.

Diante da aprovação do relatório do IPM e do seu encaminhamento à Primeira Auditoria da Marinha, o procurador João Vieira do Nascimento oferece denúncia formal e, após as alegações finais da procuradoria, iniciam-se as apresentações dos réus, os depoimentos de algumas testemunhas e as defesas elaboradas pelos advogados.

A primeira testemunha relacionada especificamente a Jorge que depõe é Francisco Borges de Souza Dantas, que trocava os dólares para o mesmo e que confirmou o seu depoimento perante o comandante Clemente, durante a fase do inquérito. Acrescentou que conheceu Jorge através de sua irmã, que trabalhava com ele no Banco do Brasil. E que o mesmo teria lhe informado ser subgerente da agência, atuando também como “testa de ferro”, ou seja, como intermediário, de negócios

---

<sup>177</sup> Decreto Lei 314/67. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>

<sup>178</sup> Conforme DL 510/69, disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-510-20-marco-1969-376778-publicacaooriginal-1-pe.html>

variados, além de gozar “de bons conceitos como homem de negócios e como pessoa de trato”<sup>179</sup>.

Na sequência das testemunhas, depôs Herberto João Gonçalves Tavares, que não confirmou o depoimento constante no inquérito, como já citado, em função das torturas sofridas, informando adicionalmente que “Jorge dizia a todos que estava sendo muito bem sucedido nos negócios e estava financiando um grupo americano que se dedicava à instalação de telefones”<sup>180</sup>. Adiante, disse que o conheceu há cinco anos, na agência Leblon do Banco do Brasil, que o seu conceito sobre o mesmo era o melhor possível, pois ele sempre fora cordial, delicado e uma boa pessoa. E que, na agência, Jorge era chefe de seção, tendo acima dele o gerente e o subgerente, substituindo o último quando na ocasião de suas férias. Por fim, reforçou que Valle demonstrava sempre “grande entusiasmo nos negócios e no desempenho profissional”<sup>181</sup>.

Estas testemunhas foram convocadas pela Justiça Militar para depor. Mas, a critério do réu e de seu advogado, poderiam ser chamadas outras duas testemunhas de sua preferência, ao que Valle e Sussekind convocaram Emerson Mendes e José Mario Guimarães Chaves. O primeiro conhecia Jorge desde 1961 por terem morado no mesmo prédio e o segundo era seu amigo de infância, dos tempos da escola.

Não deveria ser fácil arrolar testemunhas de defesa para réus que estavam respondendo a processos baseados na Lei de Segurança Nacional. Naqueles tempos sombrios, muitas deveriam ser as pessoas que tinham medo de ter seus nomes envolvidos com acusados de subversão da ordem do país. De modo que não é possível precisar se as testemunhas escolhidas o foram pelos laços afetivos que tinham com Valle ou em função da expectativa de que o teor de seus depoimentos estivesse condizente com a argumentação que a defesa elaboraria. O que se constata é que, de fato, estas testemunhas farão eco ao que já tinha sido colocado, de alguma forma, pelas duas primeiras e também à tese sustentada pelo advogado em suas alegações finais.

A primeira testemunha, Emerson Mendes, atesta que não saberia de nada que pudesse depor contra Jorge, tido como muito “social” e um ótimo filho pelos amigos e conhecidos, que muito ajudava os outros membros da família, além de ser do conhecimento de todos que era um funcionário que desfrutava de uma boa situação, com um padrão de vida elevado e que: “Jorge jamais trocou ideias políticas e se

---

<sup>179</sup> Página 1783, do processo 70/69.

<sup>180</sup> Página 1790 do processo 70/69.

<sup>181</sup> Idem.

algumas vezes fez algum comentário contra a situação, todavia jamais fez comentário extremado sobre a situação atual, que jamais soube que Jorge fizesse propaganda política”<sup>182</sup>.

O outro depoente, José Mario, era um engenheiro que estudou com Jorge quando criança e que, após terem perdido o contato por muitos anos, voltaram a se falar havia quatro. Sua declaração foi a de que:

O contacto que tinha com Jorge Medeiros era dentro da vida social e pode observar que o mesmo não sofreu nenhuma modificação no seu caráter, que não tinha uma conduta introvertida, sendo expansivo vivendo bem tanto assim que recebeu a alcunha de Bom Burgues, que Jorge era benquisto no Banco e entre seus amigos; que não fazia propaganda política entre seus amigos que Jorge fazia suas críticas como todo ser humano faz (sic)<sup>183</sup>.

O teor destes depoimentos seria explorado pelo advogado em suas alegações finais, contudo, antes disso acontecer, Augusto Sussekind, alega que seu cliente não pode comparecer às audiências, pois não está em boas condições de saúde, e solicita que o mesmo seja levado a médicos para realizar exames. É por causa disso que existe juntado ao processo um laudo psiquiátrico que nos deixa pistas da vida pregressa de Valle. Sabemos por este documento, por exemplo, que ele nasceu de parto normal, foi amamentado, teve as doenças próprias da infância, mas nenhuma grave. Estudou o primário e o científico no Colégio São José, localizado na Rua Barão de Mesquita, no bairro da Tijuca. Prestou vestibular para medicina, mas foi reprovado em química, tendo feito o concurso para escriturário do banco entre os anos de 1950 e 1952. Antes, serviu por um ano ao exército. Residiu com sua família na Tijuca e em Niterói. Seu pai, já falecido à época do exame, era portuário e, da casa onde, além destes, viviam também sua mãe e uma irmã, a lembrança que ficou era a de que tinham boa alimentação e boa hospedagem.

Estudou neste colégio São José, um colégio católico, mas não por serem seus pais religiosos - sua mãe seria uma católica comum, sem intensidade - e sim porque era um bom colégio. Para ele, Deus era “o universo, a natureza, a família, o próximo”<sup>184</sup>.

Em janeiro de 1958 casou-se com aquela que era sua namorada desde os 16 anos, Nedda, e a primeira filha nascera em dezembro, na Casa de Saúde São José. Em 1970, quando o exame era feito, esta já tinha 12 anos e havia mais uma filha menor, que

---

<sup>182</sup> Página 1845, do processo 70/69.

<sup>183</sup> Página 1847, do processo 70/69.

<sup>184</sup> Página 3073, do processo 70/69.

então completava os quatro anos de idade. Sua esposa era técnica de nutrição do Governo do Estado da Guanabara.

Dentro do banco, começou trabalhando em São Paulo, depois passou por Maringá, terminando por ser transferido para o Rio de Janeiro no mesmo ano em que se casou, sendo lotado na agência Leblon. Por volta do ano de 1965/1966, ganhou um cargo comissionado, subordinado a um gerente e a um subgerente, dispondo do poder de emprestar dinheiro com a autorização direta do gerente.

Deixou claro no momento deste exame que não desviou dinheiro do banco para fins próprios, mas para os movimentos revolucionários. O motivo para tal conduta, ele esclarece:

O Movimento Revolucionário de 1964 marcaria profundamente minha vida e a de meu pai, aposentado com 40 anos de serviço. O Movimento de 1964 teve prevenção com Marítimos e os Portuários, demitindo cerca de três a quatro mil operários. Também no Banco do Brasil houve pusilanidade na Administração, em face do Regime de 1964. Se o Brasil com Jango caísse no Socialismo seria um socialismo viciado e deturpado, e seria difícil senão impossível recuperá-lo para o bom, e puro socialismo<sup>185</sup>.

E acrescenta que, depois de 1964, houve um processo de desgaste no qual ele e seus parentes teriam ficado em complicadas condições de vida: “aquela revolta foi crescendo, veio a seguir o arroxado salarial miserável – a queda de líderes de pés de barro de 1964, vi a necessidade dos não cassados e a seguir o desejo de me engajar na luta”<sup>186</sup>. Diante da decisão de desviar o dinheiro, passou a ter uma vida muito intensa e emprestou muito dinheiro para os movimentos revolucionários, de orientação socialista. Mas, ressalta que alguns grupos poderiam estar empregando mal o dinheiro:

Um moço me disse que compraram cinco apartamentos com meu dinheiro para os fins de alugá-los e com o produto do aluguel financiar uma revolução. Julgo estarem dilapidando o dinheiro, está mal empregado<sup>187</sup>.

Com relação à perícia, disse que se sentia bem, e acreditava que a solicitação dos exames havia sido excesso de zelo por parte de sua esposa e habilidade por parte de seu advogado, que fez o requerimento. Mas, que se preocupava quanto ao processo e à justiça:

O futuro julgamento me perturba muito. Encabeço o processo MR8 sem razão, pois desconhecia até mesmo seus elementos, se bem que tinha amizade por um deles. Eu somente era o financiador do MR8. Há muito romantismo no processo, me colocam como super-homem, proprietário de aviões, automóveis, etc (...)

---

<sup>185</sup> Página 3071, do processo 70/69.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> Página 3072, do processo 70/69.

Quando eu penso contestar um determinado regime político, como o atual, é porque penso que os juizes do Conselho Permanente de Justiça das Auditorias Militares, é constituído por Oficiais, baluartes do próprio regime vigente e só vão julgar em função desta condição, assim não faz sentido o meu julgamento (sic)<sup>188</sup>.

O perito destaca que a memória do paciente é normal, mas que ele alegava sentir-se mal e se recusava a entrar em detalhes das operações que fazia para proceder com os desvios do banco. Os exames atestaram, desta forma, boas condições da saúde mental de Jorge e, assim, o julgamento do processo prosseguiu.

Nos argumentos da denúncia elaborada pelo promotor, vemos o esforço de tentar deixar claro que o grupo MR8 foi constituído com o objetivo de implantar a ditadura socialista no Brasil, usando todas as formas de luta, principalmente, as violentas, justamente para que seus membros pudessem ser enquadrados no artigo da Lei de Segurança Nacional e também porque, no contexto da guerra fria, o marxismo constituía um crime por si só, para os homens que tomaram o poder. Assim, o texto do procurador reforça:

Todos fazendo parte de um TODO, de uma UNIDADE, fazendo reuniões e discutindo os assuntos em vários locais e Estados, para despistar as autoridades, TODOS com o mesmo objetivo que visava a implantação no Brasil de Governo Socialista, nos moldes Marxistas e Leninistas, com inflexões doutrinárias nas linhas atualizadas de Mao Tse Tung e Fidel Castro e tudo isso pela LUTA ARMADA, PELA VIOLENCIA, PELA GUERRA REVOLUCIONÁRIA (...)

O que o Ministério Público concluiu é que no Brasil estão se formando movimentos autônomos, embora com o mesmo objetivo, como verdadeiros e perigosos focos subversivos, para no final, se aglutinarem no estuário de um movimento de maior envergadura, para promover a Revolução Civil no Brasil<sup>189</sup>.

O procurador acrescenta que as atividades subversivas foram fartamente evidenciadas e que os integrantes do grupo pregavam a luta interna entre as classes e protagonizavam expropriações, segundo o mesmo, um termo retirado da OLAS (Organização Latino-Americana de Solidariedade, fundada em Cuba, em 1966) para designar assalto a bancos para angariar dinheiro, e usavam codinomes para fugir “ao controle das autoridades na apuração e identificação de cada um”<sup>190</sup>.

A defesa de Jorge em 1970 vai tentar, justamente, então, se distanciar da concepção de que ele tivesse lutado em prol da construção de uma ditadura socialista. Em seu depoimento perante a Comissão da Justiça Militar, Jorge alega que desviou dinheiro exclusivamente com o intuito de financiar toda e qualquer organização que se

---

<sup>188</sup> Página 3072-73, do processo 70/69.

<sup>189</sup> Página 2798-99, do processo 70/69.

<sup>190</sup> Página 3117, do processo 70/69.

propusesse a contestar violentamente o governo ou os governos estabelecidos pela violência a partir de 31 de março de 1964: “desejava contestar a ditadura de classe incontestada que presencia no Brasil haja vista os acontecimentos de setembro e outubro de 1969, quando do impedimento do Presidente da República”<sup>191</sup>, em uma referência ao episódio em que o vice-presidente civil Pedro Aleixo foi impedido de assumir o governo quando o presidente Costa e Silva se afastou.

E acrescentou outros motivos que o fizeram cometer os desfalques: o primeiro deles seria em função da falta de perspectivas em que foi lançada a juventude do Brasil, quando eliminado o diálogo entre as classes dirigentes e o meio estudantil, outro era a discordância da política financeira e de importação e exportação do governo, uma vez que a liberalização da lei da remessa de lucros e o acordo de garantia para investimento americano foram nocivos à economia brasileira, com a verdadeira ameaça à Segurança Nacional vindo, em sua opinião, das concessões feitas a trustes internacionais. Um motivo adicional que contribuiu para que se decidisse a expropriar o patrimônio do Banco do Brasil teria sido a instituição da tortura no país.

Ao fim de seu depoimento, Valle reforçou que os desvios de dinheiro eram de sua total e exclusiva responsabilidade, mas não teria ele noção do volume de dinheiro desviado, só sabendo com precisão o valor após ser preso, e afirmou que:

Não pertence e nem participou de nenhuma ação ou planejamento revolucionário de qualquer tipo, a não ser o desvio de dinheiro do Banco do Brasil Agência do Leblon com a finalidade de financiar toda e qualquer organização que se apresentasse ao declarante que tivesse a finalidade de contestar o movimento de 31 de março e com a finalidade de restabelecer as normas democráticas e os direitos humanos eliminados com aquele movimento<sup>192</sup>.

Na defesa elaborada pelo seu advogado, Augusto Sussekind de Moraes Rego, há a tentativa de invalidar a denúncia a partir de dois aspectos. O primeiro deles é desqualificar a sua base, uma vez que ficou clara a denúncia de que ela foi obtida sob tortura, ressaltando que todos os acusados foram seviciados, inclusive Valle, com os métodos descritos e os depoimentos prestados no IPM retificados em juízo, de modo que tais declarações prestadas na fase do inquérito nunca poderiam ser utilizadas como prova.

Outro ponto levantado tem a ver com o princípio existente no direito de que ninguém pode ser julgado por uma lei que tenha sido aprovada posteriormente ao crime

---

<sup>191</sup> Páginas 2777 e 2778 do processo 70/69.

<sup>192</sup> Página 2779, do processo 70/69

cometido, como é o caso do decreto aprovado em outubro de 1969 em relação aos desvios e fornecimentos de armas ocorridos anteriormente. Da mesma forma, na peça de defesa montada pelo advogado, ele procura demonstrar que os artigos 21 e 23 do decreto-lei 314 e o artigo 40, do 510, não podem ser aplicados conjuntamente, pois, desta forma, o acusado estaria sendo culpado duplamente pelo mesmo crime. O advogado argumenta que, sendo o artigo 21 destinado a culpar quem tentou subverter a ordem e o 23 a quem praticou atos destinados a provocar guerra revolucionária, ambos possuiriam o objetivo de condenar os mesmos crimes, que só mudava em função da distinta finalidade. De acordo com a alegação, o artigo 21 deveria servir para punir quem se dedicava a subverter a ordem, mas sem finalidade de alterar a estrutura das instituições e o 23 quando se visava alterá-las.

Assim sendo, mister se faria verificar se houve a intenção do Deferente de tentar subverter a ordem vigente no país, com a instituição de forma de governo diversa à atual, ou se pretendia ele a manutenção da vigente, com alteração dos governantes.

Data vênia, a admitir-se, em qualquer caso, a coexistência dos dois dispositivos legais é uma verdadeira aberração jurídica; o animus é o mesmo, apenas há diferença quanto à forma de governo pretendida pelo agente<sup>193</sup>.

E adiante explica que Valle só poderia responder pelo artigo 23, uma vez que:

Comprovou pelo seu depoimento, como comprovam todos os elementos dos autos e a própria acusação, não visava ele ou não se rebelava ele para tentar o estabelecimento do marxismo ou de qualquer forma de ditadura de classe, de partido político, de grupo ou de indivíduo. Ele era o “Bom Burguês”; o homem revoltado com a situação e com o que entendia serem desmandos e empobrecimento do patrimônio brasileiro. Suas declarações em juízo positivam a evidência da situação, razão pela qual, se fosse o caso de imposição de pena, essa só poderia ser enquadrada na classificação do artigo 23 citado<sup>194</sup>.

Valle teria combatido, portanto, um governo que ele não considerava autêntico, pretendendo o reestabelecimento da democracia liberal,

odiando e se revoltando contra qualquer forma de alteração nestes princípios. Como então querer-se dizer que JORGE MEDEIROS VALLE pretendia a instalação de um governo com finalidades de ditadura de classes, de partido político, de grupo ou de indivíduo<sup>195</sup>.

Importante destacar que o artigo 21 previa uma pena que durava de quatro a doze anos, enquanto a do 23 era de dois a quatro. Ser enquadrado no segundo artigo significava, portanto, que, se condenado, o cliente do advogado receberia uma pena menor. Quanto à classificação no artigo 40, que fala sobre compra e venda de armas, o advogado ressaltou que era óbvio que, se pretendesse a subversão, a mesma só poderia

---

<sup>193</sup> Página 2999 do processo 70/69.

<sup>194</sup> Idem.

<sup>195</sup> Página 3001 do processo 70/69.

ser feita com armas e estas, portanto, só podem ser consideradas elementos intermediários e não fim de uma condenação. Sussekind reforça ainda que Valle comprou o armamento através de um anúncio de jornal e que é inadmissível chamar a residência em que Jorge morava com a sua família de um “aparelho” da organização.

Enfatiza, por fim, que a atuação de Jorge foi de revolta contra atos que ele julgava iníquos praticados pelo governo central e que não tivera em mira um ato típico de subversão e sim de uma volta àquilo que no seu entender seria um retorno à legalidade:

A defesa de JORGE MEDEIROS VALLE não vem com mentiras nem pretende enganar. JORGE MEDEIROS VALLE quando prestou seu depoimento perante esta Auditoria, ressaltou as torturas sofridas, mas não negou os atos conscientes que tivera, demonstrando que o seu interesse era do que chamava a volta à legalidade e não quis se passar pelo indivíduo fora ou vítima das circunstâncias. A sinceridade com que JORGE depôs e a prova colhida neste processo, depois do esforço gigantesco da defesa, vieram dar o verdadeiro colorido aos fatos, comprovando que JORGE não pretendia e nunca pretendeu ter ligações com estrangeiros; que jamais quis uma ditadura de classe, porque sua índole é contrária à violência e às formas de cerceamento da liberdade.

O apelido de “Bom Burguês” vem da vida que ele levava, do homem que aprecia as boas coisas e as desfruta e não um profissional da baderna ou de um psicopata de ideologias estranhas. Sua atuação foi visando o restabelecimento do que entendia como ordem legal e, sobretudo, com o interesse de defender o patrimônio nacional que, segundo pensa ele, está sofrendo um desgaste por má direção. Todos nós podemos divergir das opiniões de JORGE MEDEIROS VALLE, mas temos que reconhecer a sua dignidade, a sua coragem e, sobretudo a sua honestidade ao prestar suas declarações e ao manter tudo aquilo que sua consciência não impugna<sup>196</sup>.

Depreende-se, portanto, das alegações finais, a clara tentativa de distanciar Jorge Medeiros Valle da imagem de alguém comprometido com a implantação de uma ditadura socialista no país. Quanto a este ponto, é preciso marcar que, se pelo lado da denúncia havia justamente o intuito de comprometê-lo nestes termos para que fosse mais facilmente enquadrado na Lei de Segurança Nacional, por parte da defesa, afastá-lo desta imagem significava livrar o acusado de mais anos na cadeia. Naquele momento, era, portanto, importante e vital deixar claro, por parte do advogado, que seu cliente não era militante de nenhuma organização, que era um bom burguês, não afeito a ditaduras de direita nem de esquerda, um homem que apenas auxiliava aqueles que estavam tendo uma atuação que traria como consequência o abalo de um governo que ele julgava ilegítimo e também prejudicial economicamente e culturalmente para o país.

Assim, a articulação defensiva não se inibe sequer de sugerir que os interessados em implementar a ditadura do proletariado eram “psicopatas de ideologias estranhas” ou

---

<sup>196</sup> Página 3003 do processo 70/69.

profissionais “da baderna”. Em um diálogo com o Conselho de Justiça, que, como mesmo colocou Valle, era composto por pessoas favoráveis ou próximas ao governo anticomunista estabelecido, era necessário, para se salvar, construir uma imagem não de socialista, mas de um bom burguês, destacando sempre o alto valor do imposto de renda pago e a boa vida que levava de apreciador dos prazeres que o dinheiro pode comprar. Contudo, dentro da mesma imagem, havia lugar para a face de um homem preocupado com o desenvolvimento e o futuro do país, os direitos humanos e a justiça social. Por isso, reforça e destaca que quis ajudar quaisquer pessoas que se dedicavam a derrubar o governo, quase enunciando que teria sido um acaso o fato de algumas dessas pessoas estarem envolvidas na implementação do socialismo.

Para corroborar tais argumentos, são anexadas ao processo várias notícias de jornais que teriam a função de comprovar a interpretação de Valle acerca da realidade. Por exemplo, lá estão uma reportagem do Globo, de dezembro de 1969, cuja manchete diz que “São Paulo tem regiões ricas onde famílias não conhecem a carne”; uma entrevista publicada com um professor de economia que confirma a concentração de renda no país, a ausência de crescimento das indústrias naquele ano e o baixo poder aquisitivo da população; uma matéria da Revista Veja que mostra as diferenças entre um camponês e um senhor de engenho no sertão nordestino; e uma longa reportagem da mesma revista motivada por denúncias da existência de tortura no país<sup>197</sup>. Estampados nos jornais, segundo a defesa de Valle, estariam os vários motivos que levaram o “Bom Burguês” a auxiliar quem combateu este governo prejudicial de distintas formas.

Após as defesas dos indiciados no processo, o Conselho Permanente de Justiça da primeira auditoria da Marinha se reuniu para julgar e proferir a sentença em relação aos envolvidos. No que se refere ao argumento de que a base dos IPMs invalidava a acusação, uma vez que foi feita sob violência física e moral, os juízes sentenciaram que

o processo é inteiramente válido quanto todas as imputações aos acusados, cujos direitos foram inteiramente observados. Quanto à matéria de fato, a prova dos autos se constitui não só de declarações dos acusados no IPM, declarações em juízo, declarações prestadas perante autoridade policial no Paraná, declarações de testemunhas e vítimas, no IPM e em juízo, prova esta que harmoniza com as apreensões de armas, livros, panfletos, desenhos, documentos, boletins, material de campanha, dinheiro, veículos, e com as perícias feitas em armas, documentos, viaturas e máquinas datilográficas<sup>198</sup>.

E reforça que o MR-8 objetivava a tomada do poder pela violência e luta armada, para a implantação de um governo socialista. No que se refere especificamente

---

<sup>197</sup> Páginas 2731-2760 do processo 70/69.

<sup>198</sup> Página 3258 do processo 70/69.

ao caso de Valle, os juízes destacam que ele negou parte do seu depoimento em juízo, mas confessou no inquérito (ignorando que este era o conteúdo negado) e que o mesmo estava em consonância com demais depoimentos (também obtidos mediante tortura).

De modo que a tentativa da defesa de conseguir absolvição alegando que a base da denúncia estava inválida não obteve sucesso entre os julgadores. Contudo, parece que a investida no aspecto formal do processo penal teve mais êxito, pois Valle não foi condenado pelos três artigos imputados a ele pela procuradoria. Julgando procedente em parte a denúncia, o Conselho Permanente de Justiça destacou o armamento fornecido por Jorge: seis pistolas, dois rifles, de oito a dez carabinas, 30 facões e 20 facas e indicou que, além do fornecimento de armas, sua importância para a organização foi a ajuda financeira “para apressar a guerra revolucionária, ensejando inclusive a que os elementos dos setores de expropriações se ocupassem imediata e unicamente da etapa da luta armada”. Assim, de acordo com o entendimento dos julgadores, ele deveria responder pelo artigo 21, pela tentativa da subversão da ordem política e social brasileira, já estando compreendidas aí suas atividades que, possivelmente o enquadrariam nos artigos 23 e 40, como queria o procurador. Mas, a sentença tem ainda uma consideração destacada:

O seu delito de apropriar-se do dinheiro do Banco do Brasil não está absorvido no de tentativa de subversão da ordem política e social, em que incorreu, nem é previsto no Decreto-Lei n 314, ou nos que lhe são posteriores, sendo de se observar a circunstância de que, apesar de ter fornecido dinheiro desviado do Banco do Brasil para atividades subversivas, ficou com a maior parte da vultosa quantia que desviou, para si<sup>199</sup>.

Indica, desta forma, que Jorge não poderia deixar de responder pelo crime perante a Justiça Criminal do Estado, assim como em IPMs específicos em relação a seus auxílios ao PCBR e em relação à sonegação de imposto de renda e ao câmbio ilícito de dólares. Especificamente em relação ao fornecimento de armas e dinheiro ao MR-8, a sentença o culpava por dez anos de reclusão e cinco anos de direitos políticos cassados, aprovada por unanimidade do Conselho no dia 29/08/1970<sup>200</sup>.

Posteriormente, o advogado de Jorge procederia a uma apelação e a pena iria diminuir para seis anos, que foram cumpridos integralmente<sup>201</sup>. Mas, mesmo detido, Jorge não deixaria de ser tema da troca de informações entre as polícias políticas e

---

<sup>199</sup> Página 3387 do processo 70/69.

<sup>200</sup> Página 3127, do processo 70/69.

<sup>201</sup> Apelação 38495, em julgamento realizado no dia 4 de dezembro de 1972, fez com que a pena de reclusão fosse diminuída de dez para seis anos, conforme informação disponível no documento AC\_ACE\_104416\_77. Fundo SNI/Arquivo Nacional.

muitas foram as delegacias que, com os informes fornecidos por estes órgãos, mantiveram prontuários para reunir os dados pertinentes a Valle, assim como distintas agências do SNI ao redor do país manteriam fichas com sua vida documentada.

Na delegacia de São Paulo, seria devidamente registrada, por exemplo, a volta de Nedda e suas filhas da Europa, quando Jorge estava preso na Ilha das Flores, ainda respondendo ao Inquérito e aguardando julgamento. Segundo o documento, a família desembarcou no porto de Santos, no dia 04/10/69, vindo de transatlântico da Suíça e acompanhada por oficiais do Cenimar. O prontuário destaca que a referida senhora é

esposa do marginado, integrante do MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro - ex-funcionário do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, deu vultoso golpe (desfalque) naquele estabelecimento de crédito, de comum acordo com terroristas, encontrando-se preso na Guanabara<sup>202</sup>.

Se, após o processo, a própria sentença não conseguiria confirmar a conclusão de que ele fazia parte do grupo, como se vê, pelos órgãos de informação e pelas notícias espalhadas em jornais, não haveria pudor em considerá-lo como alguém que fazia parte da organização.

Mas não apenas as delegacias manteriam vigilância e elaborariam discursos sobre aqueles que preocupavam os guardiões da *segurança nacional*. O Departamento de Segurança e Informações do Ministério da Justiça também os acompanhava, principalmente quando esses homens e mulheres não apresentavam uma ameaça somente interna, conforme o ponto de vista dos homens do poder, mas também externa. É o caso de acusações contra a ditadura que ganhavam outros países e provocavam explicações por parte do governo brasileiro, como um livro com denúncias de torturas publicado na Venezuela e prontamente registrado pelo órgão. Chamado “*Estória de Ilha das Flores*”, a publicação data de 1970 e traz a narrativa das experiências da tortura de vários homens e mulheres na Ilha das Flores, dentre elas, a de Jorge Medeiros Valle. Com base neste livro, foi feita uma denúncia à Comissão Internacional de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA)<sup>203</sup>. Tal denúncia preocupava os funcionários do Ministério da Justiça, órgão que providenciou uma resposta visando desconstruir as acusações.

Nesta resposta, a imagem que se tenta elaborar desses presos é a de que eles são “terroristas pseudo-políticos”. Assim, afirma-se que o interesse criminoso dos “terroristas” na prática de seus atos é maior do que “possíveis” objetivos políticos e que

---

<sup>202</sup> Prontuário n° 3479, disponível no Arquivo de São Paulo.

<sup>203</sup> Documento *BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0072\_d001* Fundo DSI/MJ do Arquivo Nacional.

seus métodos violentos eram aliados a requintes inumanos de barbaridade, em suas atividades normais. Para reforçar, é listado o quantitativo de bancos assaltados e os valores subtraídos, os registros dos inquiridos em que havia confissões (realizadas sob tortura) e a alegação de que as denúncias de tortura eram falsas<sup>204</sup>.

No mesmo ano em que foi publicado o livro, os presos da Ilha das Flores fariam uma greve de fome para protestar contra as condições a que eram submetidos e justamente reforçar a denúncia de que havia tortura no Brasil. O Serviço Nacional de Informações recebeu um telegrama do Batalhão Paissandu, situado na Ilha, informando que “presos subversivos” iniciaram uma greve de fome na hora do almoço em função do desrespeito e maus tratos recebidos por parte das autoridades militares. No anúncio da ação de resistência, lançaram um manifesto em que há passagens que denunciam que os presos foram interrogados com violências desumanas e que foram processados com depoimentos forjados, em processos irregulares, como centenas de outros brasileiros. O manifesto, dirigido ao Supremo Tribunal Federal, pedia que pelo menos as leis em vigor fossem cumpridas e fossem feitos julgamentos imparciais, a devida libertação, com garantias, dos que tivessem a prisão relaxada e tratamento digno nas prisões, de acordo com a Declaração dos Direitos Humanos. Protestavam ainda contra o sequestro de estudantes pelos organismos de segurança, contra o rigor carcerário a que eram submetidos e contra a inexistência de um tratamento médico-dentário, pedindo medidas urgentes para reparar tal desrespeito<sup>205</sup>. Vemos então que, enquanto governo tenta, por um lado, reforçar a imagem de que os presos políticos são criminosos comuns ou terroristas, estes tentam, de dentro das prisões, reforçar sua luta contra o governo.

Ainda neste mesmo ano de 1970, Valle seria novamente assunto de ofícios trocados entre os órgãos de informação. Em setembro de 1969, um grupo capturou o embaixador americano Charles Elbrick com o intuito de trocá-lo por presos políticos e fazer ler em rede nacional um manifesto que denunciava a tortura e os métodos com que estes eram tratados pelos militares e policiais. O grupo, para, de alguma forma, desmoralizar o governo que divulgava ter liquidado o MR-8, adotou o nome do movimento composto por pessoas que estavam, quase todas, presas, mortas, no exílio ou foragidas. A ação foi um sucesso, tendo conseguido libertar quinze presos e ter um manifesto lido no Jornal Nacional. Outros grupos se inspirariam na mesma e outras capturas de funcionários diplomáticos de outros Estados se sucederiam.

---

<sup>204</sup> Documento *BR\_RJANRIO\_TT\_0\_MCP\_AVU\_0065\_d001* Fundo DSI/MJ do Arquivo Nacional.

<sup>205</sup> Documento *AC\_ACE\_30242\_70* do Fundo SNI do Arquivo Nacional

Foi o que aconteceu no ano de 1970, quando outras três capturas foram feitas com sucesso:

em março, com a ajuda de dois grupos menores, a VPR [Vanguarda Popular Revolucionária] sequestrou o cônsul japonês [Nobuo Okuchi] em São Paulo, logrando libertar cinco presos; em junho foi a vez do embaixador da Alemanha Ocidental [Ehrenfried von Holleben], que a VPR e a ALN [Ação Libertadora Nacional] trocaram por 40 detidos<sup>206</sup>.

Em dezembro de 1970, teria lugar a ação que gerou mais desgaste e tensão dentre todas e, que, talvez por isso, tenha sido a última deste tipo. A VPR capturou o embaixador suíço Giovanni Bucher. Segundo documento do Centro de Informações do Exército, um sequestro de autoridade ou diplomata estava sendo planejado desde outubro daquele ano, junto com outras atividades que comporiam a “Semana Carlos Marighella”, em homenagem ao aniversário de um ano da morte do líder da ALN, que aconteceria no dia quatro de novembro. No bolso de Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, teria sido encontrada uma lista com o nome de 36 presos que seriam trocados pelos embaixador e enviados à Argélia, México ou Chile. Nesta lista, estaria escrito o nome de Jorge Medeiros Valle<sup>207</sup>.

Antes mesmo da captura do embaixador, parece que Valle esteve perto de ser libertado. O seu prontuário no DOPS de São Paulo informa que, em 16 de julho daquele ano, ele faria parte de uma relação de presos que seriam libertados, caso o avião Caravelle-PDX, da empresa Cruzeiro do Sul, tivesse sido raptado, o que não aconteceu<sup>208</sup>.

Mas, na ocasião da troca de presos pelo embaixador suíço, a negociação foi tensa, durou cerca de 40 dias e o governo fez questão de veicular uma imagem de que estava firme na posição de não aceitar a imposição de qualquer nome e, por isso, teria vetado algumas das pessoas que constavam na lista, dentre elas, Jorge Medeiros Valle.

Na cobertura que o jornal O Globo faz desta ação de captura do diplomata suíço Giovanni Bucher, em dezembro de 1970, e que indica o nome de Valle em uma lista dos presos políticos que deveriam ser libertados, deixada dentro de uma Igreja, há um breve histórico das pessoas que constam na lista, o que o jornal chamou de “Fichas do Terror”. A de Jorge Medeiros Valle tem o seguinte conteúdo:

JORGE MEDEIROS VALLE – O Bom Burguês – era o financiador do grupo subversivo MR8. Alto funcionário do Banco do Brasil, o Bom Burguês

---

<sup>206</sup> Ridenti, 1997, p. 19.

<sup>207</sup> Documento AC\_ACE\_31888\_70 do Fundo SNI/NA.

<sup>208</sup> Conforme prontuário 3479, do DOPS/SP.

conseguiu, através de uma engenhosa técnica, dar um desfalque global de Cr\$8 milhões.

Agindo aos poucos, Jorge chegou à condição de milionário: mandou a mulher e os filhos para a Europa com cerca de 100 mil dólares – todo seu dinheiro era transformado em dólares – e tinha 600 mil dólares depositados em seu nome em bancos suíços. Além disso, doou 900 mil dólares a grupos subversivos<sup>209</sup>.

Nesta abordagem de sua trajetória, o jornal elabora uma construção que alia a imagem de financiador do “grupo subversivo” com a de um alto funcionário do banco que utilizou o dinheiro desviado não apenas para auxiliar a organização, como também para alçar o posto de milionário e enviar a família, em boas condições financeiras, para a Europa. Tal imagem construída pelo veículo de comunicação está de acordo com a proposta de divulgar informações sobre os envolvidos com a luta armada que exagerassem seu aspecto “subversivo” e “terrorista”, ao mesmo tempo em que mostrava que os “bandidos” praticavam crimes comuns.

Não tendo sido libertado no episódio da captura do embaixador, Valle cumpriria integralmente sua pena, até ser expedido seu alvará de soltura, em 11 de julho de 1975<sup>210</sup> pela Primeira Auditoria da Marinha. Em liberdade, Jorge não deixaria de ser acompanhado de perto. Pelo menos, é o que se depreende do Informe 0576, do CISA/RJ. Nele, consta a informação de que uma empresa chamada “Detalhe Artes e Produções Ltda”, dedicada à produção, promoção e organização de atividades artísticas, culturais e teatrais, foi constituída em julho daquele ano por Rodrigo José Farias Lima e outros sócios, mas, que, apesar dele e outros figurarem como sócios da empresa, quem se pronunciava e aparecia como dono era Jorge Medeiros Valle “também militante do MR-8”<sup>211</sup>, ressaltando mais uma vez a adesão ou o pertencimento de Jorge ao grupo. Para além disso, informava o documento que um dos responsáveis pela segurança da empresa era um delegado da SSP/RJ, Mario Borges, o que causava estranhamento aos informantes:

causa espécie o fato de um Delegado de Polícia, que já militou no combate a subversão, quando era lotado no DPS/SSP/RJ, e que portanto não poderia ignorar os antecedentes dos componentes da firma em epígrafe, estar trabalhando lado a lado com elementos como tais.

Não é de se descartar ainda a hipótese da firma em questão, considerando-se os antecedentes de seus “colaboradores”, estar servindo de fonte de arrecadação legal de fundos para a subversão<sup>212</sup>.

---

<sup>209</sup> Jornal O Globo, 12/12/1970, p. 7.

<sup>210</sup> Conforme Alvará de Soltura presente no Prontuário 48504 da SSP DGIE-RJ, disponível no APERJ.

<sup>211</sup> Documento 128A\_0075 do Fundo CISA/AN.

<sup>212</sup> Idem.

Não se pode descartar a hipótese de que o delegado poderia estar sendo perseguido internamente e alguém poderia estar tentando incriminá-lo com a denúncia de que ele fazia parte da segurança de uma empresa formada por ex-presos políticos. Seja como for, mesmo após cumprir pena e ser libertado, os órgãos de informação não afrouxariam o estigma de subversivo e potencialmente perturbador da ordem, desconfiando de que a empresa havia sido montada para arrecadar fundos que servissem a isso e não uma forma de recomeçar a vida após sair da prisão.

Valle figuraria também na documentação oficial em virtude do julgamento do processo do PCBR, dois anos depois, grupo com o qual também contribuiu financeiramente. O processo, de número 73/69, se arrastou durante oito anos para ser concluído, havendo, inclusive a suspeita por parte dos funcionários do SNI de que o juiz estivesse moroso intencionalmente para favorecer os presos políticos. É o que sugere o documento oficial que a agência do Rio de Janeiro do órgão envia ao Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, informando que o juiz auditor José de Siqueira Junior estaria, no exercício de suas funções, se caracterizando por atrasar os processos sobre atividades subversivas submetidos à sua apreciação, em conluio com advogados, com a finalidade de beneficiar indiciados para que o prazo do crime prescrevesse<sup>213</sup>. A resposta do DGIE é que não havia nada apurado que pudesse desabonar o juiz<sup>214</sup>. E o julgamento do PCBR seria finalizado em 19 de maio de 1977, condenando Valle a três anos de reclusão, por ter infringido o artigo 37 da Lei de Segurança Nacional 510/69<sup>215</sup>, que previa como crime a tentativa de reorganizar ou tentar reorganizar partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal, neste caso, o Partido Comunista.

Diante da condenação no processo do PCBR, Jorge se dirigiu à sede da diplomacia da Igreja Católica em Brasília para solicitar asilo político, com o intuito de não ser preso novamente. A Nunciatura Apostólica encaminhou, então, uma nota ao Ministério das Relações Exteriores, informando o ocorrido:

A Nunciatura Apostólica no Brasil apresenta respeitosos cumprimentos ao Ministério das Relações Exteriores e tem a honra de comunicar que, a 6 de julho corrente, às 12 horas, entraram na sede diplomática os senhores Jorge Medeiros Valle e Henrique João Cordeiro Filho, provenientes do Rio de Janeiro, os quais pediram asilo. Esses senhores solicitaram à Nunciatura Apostólica a obtenção de Visto para os seguintes países:  
O senhor Valle, para Canadá, México, Portugal;

<sup>213</sup> Pedido de busca nº. 329/117/77/ARJ/SNI, disponível no APERJ.

<sup>214</sup> Informação Confidencial disponível no prontuário 311 do DGIE/DPPS/DO/SOE, disponível no APERJ.

<sup>215</sup> Conforme Documento AC\_ACE\_104416\_77. Fundo SNI/Arquivo Nacional.

O senhor Cordeiro, para Portugal, França, México<sup>216</sup>.

Anexada à nota, está uma carta de Jorge explicando os motivos para ter ido se abrigar na Instituição:

Eu sou Jorge Medeiros Valle, perseguido político, vivendo na clandestinidade desde 19/5/77, após ter sido novamente condenado pela Lei de Segurança, correndo risco de vida, caso seja preso novamente, estou entrando nesta data, 6 de julho de 1977, na sede da Nunciatura Apostólica em Brasília a fim de me asilar.

Tendo sido condenado em 1969 a 6 anos de prisão, após a minha saída, em 1975, procurei prosseguir minha vida no Brasil apesar dos riscos que esta atitude acarretaria.

Após 8 anos de minha primeira condenação, vejo-me condenado novamente pelo mesmo delito. Fatos indicam que o objetivo é realmente a minha eliminação. Portanto, somente me resta asilo, sair do país enfim, atitude que somente tomo em uso extremo.

Por ocasião da minha primeira prisão, fui submetido a toda espécie de tortura física e mental em decorrência do que, além de outras sequelas, perdi 30 quilos durante os primeiros dias, conforme foi amplamente mostrado na imprensa da época.

A simples lembrança dos horrores a mim infligidos, somada às ameaças de liquidação física em caso de nova prisão por motivos políticos, e o exemplo do que vem ocorrendo com numerosas outras vítimas da repressão no Brasil, levam-me a tomar este ato extremo como única forma de salvar minha vida.

Recorro à Nunciatura Apostólica não só confiante dos princípios cristãos de solidariedade humana como também em virtude das repetidas manifestações do Vaticano em defesa dos Direitos Humanos. Ademais, a Igreja e o Estado do Vaticano tem tradição de asilo e a garantia a quantos se sentem ameaçados.

Confio, portanto, a minha vida, integridade física e liberdade a S Eminência o Núncio Apostólico, responsabilizando-o, a partir deste momento, por tudo o que vier a me acontecer<sup>217</sup>.

Diante da chegada do comunicado ao Itamaraty, o Ministro das Relações Exteriores Antonio Azeredo da Silveira encaminhou ao Ministério da Justiça o pedido de um parecer quanto à possibilidade de ser autorizada, em favor de Jorge Medeiros Valle, uma emissão de salvo-conduto ou outro documento que lhe permitisse sair do país em direção ao exílio solicitado.

O questionamento fez com que o Ministro da Justiça Armando Falcão reunisse um conjunto de pareceres sobre o caso. Em 20 de julho, o procurador-geral da Justiça Militar Milton Menezes da Costa Filho faria uma longa exposição de motivos, na qual considerava que para haver qualquer tipo de recurso à pena que Jorge foi condenado e não cumpriu, era necessário que ele se recolhesse à prisão. Caso, contrário, sua pena só prescreveria em 1989. Acrescentou que, em relação ao pedido do asilo, o Brasil era signatário de três convenções com os Estados Americanos sobre a questão: a VI Conferência Internacional Americana, realizada em 1928, em Havana; a VII

---

<sup>216</sup> Documento ABH\_ ACE\_6339\_82 do fundo SNI/AN.

<sup>217</sup> Idem.

Conferência Internacional Americana, realizada em 1933, em Montevideu e a X Conferência Interamericana, realizada em 1964, em Caracas. Nestas convenções, ficou estabelecido que todo Estado tem o direito de conceder asilo, mas também o de negá-lo. Além disso, só poderiam ser asiladas as pessoas que não tenham sido acusadas de delitos comuns, mas de crimes políticos.

Se, em outras circunstâncias, teria sido imputada a Jorge a acusação de cometer delitos comuns, inclusive por providência do Ministério da Justiça (como na resposta da denúncia feita no exterior, que buscava demonstrar que não existia preso político no Brasil), no âmbito desta discussão, de acordo com o procurador, não seria esse o impeditivo da concessão do asilo, uma vez em que era “inquestionável a natureza política da iliciedade pela qual foi condenado o acusado”<sup>218</sup>. O maior problema, contudo, era o fato dele estar abrigado em uma instalação vinculada ao Vaticano, pois o mesmo, obviamente, não participou das convenções americanas. Assim, juridicamente, Valle era considerado um refugiado em local que não pode ser violado em função de suas imunidades diplomáticas, o que criava um impasse.

Uma solução aventada pelo procurador para solucioná-lo seria banir Jorge Medeiros Valle do território nacional, comprovando que ele era inconveniente, perigoso ou nocivo à segurança da Nação.

O estatuto do banimento foi criado no Brasil em setembro de 1969, na ocasião em que houve a captura do embaixador americano por militantes das esquerdas armadas. Pressionada pela exigência de libertar os 15 presos políticos, a Junta Militar, que substituiu o presidente Costa e Silva, afastado em função de uma isquemia, decretou um ato institucional regulamentando o banimento<sup>219</sup>. Neste caso, os presos poderiam sair do país, mas ficariam suspensos o processo, a execução ou a prescrição da pena a que estivesse condenado o banido, sendo, portanto, mais prejudicial ao condenado que o asilo político. Pois, uma vez de volta ao território nacional, teria que continuar o cumprimento de sua pena ou responder ao processo a que estivesse submetido. A partir de então, todos os presos trocados em ações de capturas de funcionários diplomáticos, saíram do Brasil com a pecha de banidos<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> Documento disponível no Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, disponível no NA/RJ, na pasta *BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0966*.

<sup>219</sup> O Ato Institucional nº13 está disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-13-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-13-69.htm)

<sup>220</sup> Ver, por exemplo, o documento “Exilados”, elaborado por Daniel Aarão Reis Filho e Denise Rollemberg, feito para o Projeto Memórias Reveladas, disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/materia/artigos/projeto-mem%C3%B3rias-reveladas>.

Se banido, Jorge Medeiros Valle conseguiria que o Vaticano, através de sua Nunciatura Apostólica, providenciasse a sua retirada do país. Se não banido, mas agraciado com o salvo-conduto, o documento permitiria a sua saída para o país que se dispusesse a aceitá-lo, podendo a sua permanência no exterior atingir o prazo da prescrição penal, que o procurador-geral calculou em doze anos. Em caso de voltar ao Brasil, voltaria, portanto, não como um foragido que deveria ser submetido ao cumprimento da pena, mas como um cidadão livre, cuja pena já havia sido prescrita.

A manifestação do procurador Milton Menezes da Costa foi encaminhada ao consultor jurídico do Ministério da Justiça, Ronaldo Poletti, que disse ter pouco a acrescentar ao posicionamento do primeiro. Ressaltou, contudo, que Jorge “não é asilado nem refugiado, mas foragido da justiça brasileira, que expediu ordem à sua captura”. Além disso:

Conceder-lhe salvo conduto, considerando-o asilado político, além de ser possível apenas se fundado em sofisticada construção jurídica, teria a inconveniência de representar precedente inaconselhável a gerar, certamente, outros casos.

A solução lógica jurídica é o banimento, previsto na legislação revolucionária justamente para conciliar com o interesse Nacional tais situações de fato, sem que haja desrespeito ao Poder Judiciário<sup>221</sup>.

Vê-se, desta forma, que o caso importava não apenas pela sua especificidade, mas pelo temor que gerasse práticas futuras semelhantes. O Ministro das Relações Exteriores, assim que recebeu o comunicado da Nunciatura Apostólica, além de encaminhar a informação ao Ministério da Justiça, enviou também um comunicado ao presidente da República, o general Ernesto Geisel e informou as soluções jurídicas encontradas<sup>222</sup>.

Enquanto o diálogo se dava entre ministros e procuradores e o gabinete da presidência da república, com a preocupação de “resguardar o governo” e sempre colocado em nome do “interesse nacional”, o imbróglio era acompanhado de perto pelos meios de comunicação.

No dia nove de julho, os jornais O Globo e O Estado de São Paulo informaram a entrada de dois brasileiros na Nunciatura solicitando asilo e indicaram que o caso estaria sendo examinado<sup>223</sup>. O Estado de São Paulo acrescentou que “As relações diplomáticas do Brasil com a Santa Sé são históricas, em virtude da tradição religiosa no país”. Mas

---

<sup>221</sup> Documento disponível no Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, disponível no AN/RJ, na pasta *BR\_AN\_RIO\_TT\_0\_MCP\_PRO\_0966*

<sup>222</sup> Idem.

<sup>223</sup> O Estado de São Paulo, 9/7/77, p. 1 e 9. O Globo, 9/7/77, p. 6.

que o pedido de asilo “que recorreu inesperadamente à Nunciatura, é inédito no Brasil”<sup>224</sup>. No dia seguinte, o mesmo jornal noticiaria que o Núncio Apostólico esperava resolver o caso até o final da semana seguinte, contudo o Itamaraty ainda não se manifestara<sup>225</sup> e O Globo endossaria o tom otimista, na matéria intitulada “Núncio Apostólico também acha que tudo se resolve”, ressaltando que Dom Carmine Rocco, o Núncio, estava agindo com extrema cautela e que teria prometido explicar a atitude da Santa Sé de oferecer o abrigo, tão logo os exilados tivessem deixado o Brasil, a fim de não prejudicar as negociações<sup>226</sup>. A matéria citaria ainda a opinião do presidente do Superior Tribunal Militar, o ministro Jacy Guimarães Pinheiro, para quem Jorge teria “uma personalidade subversiva marcante de intensa periculosidade” e que, na sua opinião “ou ele se envolveu em situação igual ou pior que aquela pela qual foi condenado, ou quer envolver o país através de um ato de publicidade política”<sup>227</sup>.

A Revista Veja qualificou o abrigo oferecido pela Santa Sé como o “germe de um indelicado problema entre o Brasil e o Vaticano”, que seria potencializado por declarações feitas pelo papa ao governo brasileiro na mesma semana. Na ocasião, um novo embaixador do Brasil no Vaticano, Espedito de Freitas Resende, foi recebido pelo papa Paulo VI. A revista destacava que este tipo de cerimônia obedece a uma rigorosa tradição, mas que desta vez “ao ritual se sobrepôs uma inesperada dimensão política”, pois o papa fez a seguinte afirmação: “A procura da eficiência ou a preocupação em assegurar a necessária ordem pública não devem conduzir a situações de arbítrio ou de violação dos direitos imprescindíveis da pessoa humana”<sup>228</sup>.

A assessoria da presidência minimizou a declaração e negou haver qualquer indisposição entre Brasil e Vaticano. Mas, concretamente, havia uma pessoa entendida como refugiada na Nunciatura e, por isso, esta passaria, a partir daí, a ser vigiada pela Polícia Federal. O caso teria grande repercussão e seria noticiado quase que diariamente em distintos periódicos. O jornal O Estado de São Paulo deu tanta importância a esta cobertura que, anos depois, em 1982, em uma seção de efemérides, seria lembrado como um acontecimento relevante que em nove de julho de 1977 foi noticiado o pedido de asilo feito por Jorge Medeiros à Nunciatura Apostólica em Brasília<sup>229</sup>.

---

<sup>224</sup> O Estado de São Paulo, 9/7/77, p. 9.

<sup>225</sup> O Estado de São Paulo, 10/7/77, p. 27.

<sup>226</sup> O Globo, 10/7/77, p. 11.

<sup>227</sup> Idem.

<sup>228</sup> Revista Veja, 13/07/77, p. 18 e 19.

<sup>229</sup> O Estado de São Paulo, 9/7/83, p. 20.

No dia 20 de julho de 1977, no desenrolar do pedido, o mesmo jornal afirmara que:

Fontes da Nunciatura em Brasília admitiram, ontem, que as negociações com o Itamaraty encontram-se em fase final no sentido de conseguir vistos de saída para o jornalista Henrique João Cordeiro Filho e o ex-bancário Jorge Medeiros do Valle, que se asilaram dia 6 na representação diplomática da Santa Sé<sup>230</sup>.

Mas, uma semana depois, as notícias mudariam de tom. A afirmação do dia 26 de julho era a de que “o núncio informou não ter a mínima ideia sobre quando se dará a saída de ambos do país”<sup>231</sup>.

Henrique João Cordeiro Filho conseguiria mais facilmente uma solução. Dois meses depois, em 29 de setembro, embarcou para o México com um visto de turista, tendo obtido salvo-conduto do governo brasileiro. Jorge Medeiros ainda permaneceria alguns meses vivendo na Nunciatura. A ele se juntou, no mês de novembro, Wanda Cozzetti Marinho. Tendo sido condenada por crime contra a Segurança Nacional, deveria cumprir pena no presídio Talavera Bruce. Quando soube de sua condenação, Wanda se dirigiu à representação do Vaticano em Brasília<sup>232</sup>. Os dois ficariam abrigados na Nunciatura até março de 1978, quando então partiram, também para o México<sup>233</sup>, com a concessão do salvo-conduto a Jorge Medeiros Valle, deixando-o sair do país sem a punição do banimento<sup>234</sup>. Só no ano de 1980, Dom Carmine Rocco contaria que precisou se entender pessoalmente com o presidente Ernesto Geisel para que ele ajudasse a solucionar o caso dessa maneira<sup>235</sup>.

Especificamente em relação à imagem de Valle construída nos veículos de comunicação na repercussão destes episódios, esta era novamente a de um burguês, que desviou dinheiro para financiar a guerrilha, mas também para si mesmo, como, por exemplo, se pode ver no jornal O Estado de São Paulo:

Jorge Medeiros foi uma das figuras centrais do MR-8, o movimento subversivo desbaratado em 1969. O Bom Burguês, como era mais conhecido, desviava dinheiro de uma agência do Banco do Brasil, onde trabalhava, para financiar a guerrilha; mas também tinha conta na Suíça e levava vida de milionário<sup>236</sup>.

A versão é muito semelhante à caracterização de Valle em outros periódicos e em outros momentos, como evidenciado no contexto da captura do embaixador suíço,

---

<sup>230</sup> O Estado de São Paulo, 20/07/77, p. 10.

<sup>231</sup> O Estado de São Paulo, 26/07/77, p. 14.

<sup>232</sup> Jornal Folha de São Paulo, 09/12/77, p. 7.

<sup>233</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 03/03/78, p. 15.

<sup>234</sup> O Estado de São Paulo, 03/03/78, p. 15.

<sup>235</sup> Revista Veja, 30/04/80, p. 50.

<sup>236</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 09/07/77, p. 1.

em que o jornal O Globo faz uma “ficha do terror” em relação a Jorge Medeiros muito similar a esta descrição veiculada anos depois pelo jornal O Estado de São Paulo. É como se uma imagem oficial tivesse se consagrado, a partir do relatório do inquérito do MR-8, e fosse recuperada todas as vezes em que a imprensa desejasse esclarecer para seus leitores quem era este homem e o que ele fez: é uma figura importante, central, financiadora de grupos subversivos, mas que também se favoreceu pessoalmente com os desvios realizados.

No mesmo ano em que Valle seguiu para o México, em 1978, com sua esposa e uma de suas filhas, o presidente Ernesto Geisel publicou um decreto confiscando seus bens para reparar os danos causados ao Banco do Brasil. Dentre estes, o saldo que existia em sua conta, ações e apólices diversas e o dinheiro que estava sob custódia da Marinha<sup>237</sup>. A divulgação feita pelo Jornal Folha de São Paulo do confisco realizado indica que a medida foi tomada “após processo sumário na área da Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça, que concluiu pela existência de enriquecimento ilícito de Jorge Medeiros do Vale, ex-funcionário do Banco do Brasil”<sup>238</sup>. Este decreto e a decisão da Comissão podem ter fortalecido as apropriações feitas posteriormente da imagem de Jorge pelos meios de comunicação que buscam atribuir a ele não somente uma militância política. Contudo, conforme levantado pelo próprio Jorge na época em que estava preso e fez os exames psiquiátricos, assim como a Justiça estava comprometida com o governo arbitrário, igualmente tal comissão decidia, muito possivelmente, arbitrariamente, de acordo com as conclusões desejadas.

Jorge Medeiros voltaria a aparecer nos jornais e nas trocas de documentação entre os órgãos de informação por ocasião de solicitação de sua anistia, em função da aprovação da lei que regulamentava a mesma. Manuel de Jesus Soares, advogado do escritório de Augusto Sussekind de Moraes Rego, responsável pela defesa de Valle desde 1969, fez o pedido ao Supremo Tribunal Militar, solicitando a Anistia para o mesmo<sup>239</sup> em relação à condenação que motivou o seu exílio, no âmbito do processo do PCBR, pelo qual havia sido condenado a três anos de reclusão<sup>240</sup>.

No dia seis de novembro de 1979, o Supremo Tribunal Militar aprovou o pedido feito e Valle conseguiu, desta maneira, ser anistiado, com a extinção da punibilidade do processo 73/69, por ocorrência da referida Lei 6683/79. Rapidamente, a informação se

---

<sup>237</sup> Decreto n 82.269, de 18 de setembro de 1978.

<sup>238</sup> Jornal Folha de São Paulo, 19/08/78, p. 8.

<sup>239</sup> O Estado de São Paulo, 25/09/79, p. 5.

<sup>240</sup> Artigo 37 do Decreto-Lei 314/67 (Lei da Segurança Nacional).

espalharia pelos órgãos de informação, como é exemplo o Informe nº 2781 do Departamento Geral de Investigações Especiais, encaminhado a diversos outros órgãos, ressaltando que o mesmo foi beneficiado pela Lei de Anistia concedida pelo STM<sup>241</sup>. A notícia de sua anistia também foi dada em diversos jornais<sup>242</sup>.

Ao veicular a informação, o jornal O Globo trouxe novos elementos para a imagem elaborada de Valle: “Sobre o Bom Burguês pesa, entre outras, a acusação de ter participado de todo o movimento de guerrilha urbana brasileira entre 1968 e 1973, como cérebro financeiro, ao mesmo tempo em que trabalhava como caixa de uma agência”<sup>243</sup>.

Agora, mais do que colaborador ou financiador de dois grupos, ele era destacado como um personagem central da guerrilha urbana como um todo, sendo seu cérebro financeiro. Além disso, veicula-se a informação de que ele atuava como caixa, o que não se verificava.

O Jornal O Estado de São Paulo, ao abordar o caso, destaca que Valle contribuiu com o MR8 e com o PCBR para atividades subversivas e depositou dólares na Suíça. Mas, vai além, afirmando que:

Do restante, Medeiros Valle deu 100 mil dólares para a mulher e os filhos viverem na Europa, e adquiriu imóveis, carros e um iate. Depois de preso, em seu depoimento, Jorge Medeiros Valle confessou que sempre teve ideias socialistas e, justificando o desfalque, explicou que considerava “um absurdo” que organizações subversivas fossem obrigadas a “vender convites para feijoada” como forma de levantar recursos. Seu plano era investir o dinheiro em empresas de transportes e hospitais, e aplicar um milhão de dólares por ano no exterior, com lucro de 30%, garantindo assim uma “infra-estrutura” para a subversão<sup>244</sup>.

Não é possível saber de onde o jornal retirou as informações da aplicação no exterior que geraria um rendimento de 30% e do investimento em empresas de transportes e hospitais, mas, nesta matéria, além da questão já citada outras vezes das aquisições feitas e da doação do dinheiro para que a família vivesse na Europa, é recuperado um aspecto que esteve esquecido nas recuperações da imprensa Valle: ele sempre tivera ideias socialistas.

Com a aprovação da Anistia, Valle e sua família retornaram do México no início de 1980, o que é comunicado pela polícia federal aos órgãos de informação, através de telégrafo com o informe de que ele havia desembarcado no Aeroporto Internacional do

---

<sup>241</sup> O documento faz parte do prontuário 48504, da SSP DGIE RJ, disponível no Arquivo Estadual do Rio de Janeiro.

<sup>242</sup> Folha de São Paulo, p. 5; O Estado de São Paulo, p. 10; O Globo, p. 3. Tribuna da Imprensa. Todos de 07/11/79.

<sup>243</sup> Jornal O Globo, 07/11/79, p. 3.

<sup>244</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 07/11/79, p. 10.

Rio de Janeiro em cinco de fevereiro de 1980 às 17:45 horas, procedente do México, voo 632 das Aerolíneas Peruanas, apresentando passaporte, acompanhado de sua esposa e sua filha<sup>245</sup>.

Os jornais também noticiaram a volta do “Bom Burguês”, “careca e bronzeado”, como notaria a Tribuna da Imprensa<sup>246</sup>. Este jornal destacou ainda que, pelo que sabia da situação atual brasileira, Jorge acreditava que a melhor opção era unir as oposições e lutar dentro da representação partidária. O Jornal Última Hora fazia cobertura mais simpática a Jorge, destacando que:

Não houve faixas, nem cartazes, nem representantes do Comitê Brasileiro pela Anistia na sua chegada, mas muita emoção. Sem nenhum processo para responder e nenhuma perspectiva de trabalho pela frente – fato típico entre os ex-exilados – o Bom Burguês voltou, depois de viver cerca de dois anos asilado no México, escapando de uma condenação a três anos de prisão, no Brasil, acusado de organizar partido político, com “um acúmulo de experiência, sem nenhum arrependimento e com a mesma disposição”<sup>247</sup>.

Também seriam veiculadas notas em relação às perspectivas de trabalho de Jorge e de estabelecimento de sua vida após a volta do exílio, informando que o mesmo tentou ser readmitido ao Banco do Brasil<sup>248</sup>, para em seguida solicitar sua demissão.

Diante das apropriações distintas e imagens construídas através da denúncia do processo, das notícias divulgadas e da troca de informações entre diversos órgãos sobre Jorge Medeiros Valle, podemos constatar uma pluralidade de versões.

Com o intuito de conseguir uma maior condenação, as acusações do processo do MR-8 tentavam atribuir a Valle a responsabilidade de querer implementar uma ditadura socialista no Brasil, com uma conduta “subversiva”. Apesar de até estar indicado na sentença emitida pelo Conselho de Justiça que ele também deveria responder por outros crimes, o que se destacava era a tentativa de fazê-lo figurar como um envolvido na luta armada, financiador do movimento comprometido com a desestruturação das instituições do país, alguém com uma “alta periculosidade política”. Diante disso, na defesa do julgamento, seu advogado tentou desvinculá-lo desta imagem, enfatizando para ele as atribuições de um bom burguês insatisfeito com a realidade do seu país, mas que, da mesma forma, não era partidário de um governo socialista que se pautaria em autoritarismo. Dentro desta ótica, teria sempre destaque seu gosto refinado, suas boas

---

<sup>245</sup> O documento faz parte do prontuário 48504, da SSP DGIE RJ, disponível no Arquivo estadual do Rio de Janeiro.

<sup>246</sup> Tribuna da Imprensa, 06/02/80.

<sup>247</sup> Última Hora, 06/02/80.

<sup>248</sup> Em 09 de maio de 1980, o Ministério da Fazenda estava avaliando o pedido de Jorge Medeiros Valle ao Banco do Brasil, conforme Jornal O Globo, deste dia, p. 5.

amizades e o alto valor pago no imposto de renda, pautando uma trajetória de alguém que não era necessariamente um comunista, mas um burguês que era bom e que possuía preocupações em relação à justiça social e ao desenvolvimento do país.

Esta face burguesa defendida pela defesa de Valle foi se transfigurando na medida em que ele foi vivendo a experiência comum aos presos políticos da tortura e da prisão. No momento em que ele é solto e há o perigo de ser novamente preso, na carta que ele escreve na Nunciatura, a sua imagem de defesa passa a ser não a de um burguês que no passado pagava alto valor de imposto de renda, mas a de um perseguido político, que corria risco de vida.

Por outro lado, a imprensa e os órgãos ligados ao governo ditatorial tampouco veiculariam uma única imagem de Valle. Se, como vimos, no âmbito do processo, havia a clara intenção de encaixá-lo na fórmula de subversivo, em luta política, tentando implementar o comunismo no Brasil, para que assim fosse mais fácil imputar a ele as penas existentes na Lei de Segurança Nacional, foi também divulgado por muitos órgãos e por jornais uma trajetória que atribuía a ele a culpa de ter ficado milionário ilicitamente, ser um bom burguês, se favorecer pessoalmente com os desvios.

Sequer um único Ministério enfatizaria sempre as mesmas feições de sua imagem. O Ministério da Justiça, no contexto determinado em que se desejava minimizar as denúncias de tortura e as perseguições políticas veiculadas no exterior, se esforça em deixar claro que não existem presos políticos no Brasil e que estes “terroristas” praticavam crimes comuns, como assaltos a bancos. Nesta esteira, a denúncia de que Valle desviava dinheiro também para se beneficiar ganha amplitude. Contudo, este mesmo órgão iria, no episódio da solicitação de asilo, registrar que não existiriam dúvidas quanto à natureza política do seu crime.

É, portanto, possível concluir que a imagem de Jorge Medeiros Valle foi recuperada e classificada com uma pluralidade de formas pelos mesmos instrumentos, a serviço da estabilidade do governo, destacando sempre a face de seu comportamento ou de sua história que seria útil ao objetivo que se quisesse designar às pessoas envolvidas com a luta armada. Da mesma forma, o próprio Valle e sua defesa diferenciariam as óticas e as ênfases de sua trajetória de acordo com seus interlocutores e os objetivos trazidos pelo contexto.

### Capítulo 3 – O “Bom Burguês” pelas lentes do cinema.

---

Em 1983, foi lançado o filme chamado “Bom Burguês”, dirigido por Oswaldo Caldeira, inspirado na trajetória de Jorge Medeiros Valle nos anos ditatoriais, que, como vimos, teve alguns episódios bastante noticiados nos jornais da época.

Oswaldo Caldeira era um diretor com quarenta anos quando o filme estreou. Nasceu em Minas Gerais, onde começou a estudar cinema, veio para o Rio de Janeiro no começo da década de sessenta, onde frequentou o curso de filosofia da Faculdade Nacional (atual UFRJ) e passou a estar rodeado pelas pessoas envolvidas com o Cinema Novo. Em 1966, fez um filme chamado “Telejornal”, que foi premiado e deu a ele a oportunidade de trabalhar com Joaquim Pedro de Andrade, importante diretor e um ídolo seu naqueles tempos. Em 1974, fez um filme contratado por Carlos Niemeyer, “Futebol Total”, que teve cerca de dois milhões de espectadores. “Ajuricaba” foi outro filme feito por ele, lançado em 1977, e o primeiro a contar com o auxílio da empresa Embrafilme. Seus dois longas de ficção seguintes: “Bom Burguês” e “O Grande Mentecapto” também contariam com os recursos da mesma empresa<sup>249</sup>.

Analisando sua própria obra, Caldeira diz que uma característica central em seus filmes é que todos foram críticos do ponto de vista narrativo, não se adotando como verdades, ou, pelo menos, não tendo a pretensão de deter a verdade, mas sim provocar uma reflexão sobre as suas próprias narrativas. Outro ponto em comum para ele é que seus filmes são todos sobre sonhadores: pessoas reais ou ficcionais que sonharam mudar as coisas, buscar a justiça, o amor, um mundo melhor<sup>250</sup>.

Essas duas informações são importantes para analisarmos o filme “Bom Burguês”. O primeiro ponto é que Caldeira busca inspiração na história de Jorge Medeiros Valle por considerá-lo alguém que, de alguma forma, estava sonhando em mudar o mundo e as coisas a seu redor. Outro ponto é que, apesar de inspirado no caso, ele não tem como proposta adotar ou deter a verdade, mas propor uma reflexão sobre o período a partir de um ponto de vista, possível dentre muitos outros, ou, indo mais além, refletir sobre a própria possibilidade de retratar direitas e esquerdas durante a ditadura através do cinema.

---

<sup>249</sup> Os dados mencionados estão na entrevista disponibilizada em:

<http://g1.globo.com/platb/maquinadeescrever/2011/04/10/949/>

<sup>250</sup> Idem.

Outra questão importante a ser destacada é o auxílio recebido da Embrafilme para a realização da película. Analisando o papel desta empresa, Caldeira avalia que ela foi muito importante para o desenvolvimento do cinema brasileiro. Tomando como exemplo a sua trajetória, conclui que até “Ajuricaba”, ele e seus amigos diretores financiavam os filmes que faziam com muita dificuldade, o que tornava o resultado mais modesto do que quando começaram a poder contar com verba de grande porte e apoio estatal. A atuação da Embrafilme, portanto, fez com que muitos cineastas pudessem produzir mais. Além disso, no entendimento de Oswaldo Caldeira, a Embrafilme não discriminava gêneros nem projetos:

ela produzia de tudo dentro de um certo nível de qualidade e medindo todo tipo de potencial, comercial, cultural, inovador. Havia um determinado número de projetos reservados aos novos, mais recursos reservados para os mais consagrados e assim por diante. Então foi uma coisa que deu certo. E ela produzia, distribuía, comercializava nacional e internacionalmente, colocava em festivais, dava uma cobertura completa a todos os seus filmes igualmente<sup>251</sup>.

A Embrafilme era uma empresa de economia mista, em que a União aparecia como maior acionista, que surgiu como um apêndice do Instituto Nacional do Cinema, através do Decreto nº 862, de 1969, como um passo do envolvimento do Estado na cadeia produtiva cinematográfica nacional, enfatizando a questão da distribuição internacional<sup>252</sup>. Ou seja, era primordial na fundação da empresa o incentivo à divulgação e ao lançamento de obras do cinema brasileiro no exterior, o que alimentava a produção nacional. Anos após a sua criação, a Embrafilme também teria a função de administrar o financiamento dos filmes nacionais, passando a ter o “poder de direcionar significativa parcela da produção cinematográfica brasileira de acordo com seus interesses ou dos seus dirigentes”<sup>253</sup>. Os administradores da empresa eram indicados pelo governo, o que garantia que estivessem de acordo com as diretrizes governamentais. Assim, em última instância, o governo ditatorial era responsável pelo financiamento e pela administração do cinema brasileiro que se submeteria à agência<sup>254</sup>.

Não se pode perder de vista, portanto, que esta era uma empresa que mantinha relações com um governo ditatorial, que, por sua vez, tinha claras intenções ao financiar e promover políticas culturais. Apesar do primeiro diretor-geral da empresa, Durval Gomes Garcia, ter afirmado que não haveria qualquer limitação à liberdade dos

---

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Gatti, 2008: 11-12.

<sup>253</sup> Gatti, 2008: 18.

<sup>254</sup> Mendes e Abreu, 2013.

produtores, de alguma forma, a ênfase inicial na distribuição das películas no exterior era também uma maneira do governo controlar os filmes brasileiros que seriam exibidos em festivais estrangeiros e inibir quaisquer denúncias que pudessem aparecer sob esta forma contra o governo vigente.

Contudo, ao mesmo tempo em que garantia um controle, a empresa de fato promoveu financiamentos variados e incentivou a área; com isso, foi capaz de cooptar diretores, produtores, atores, uma classe artística em geral ligada ao cinema. Não se quer dizer com isto que estas pessoas apoiaram a ditadura ou ofereceram aos militares seu consentimento. Tampouco que concordavam com os métodos arbitrários, o autoritarismo ou a tortura. Mas, abstraindo-se esta parte, esses artistas e intelectuais encontraram uma interlocução em uma empresa específica que fomentava seu trabalho, lhes dava oportunidades e, souberam aproveitá-las de modo a conseguir produzir mais e melhor.

Se, por um lado, soa estranho o recebimento dos recursos pela classe artística, grupo em que muitos tinham tido amigos próximos exilados, mortos ou torturados; por outro lado, do ponto de vista da empresa, esta não consegue manter um controle absoluto sobre a produção, existindo filmes feitos neste período de redemocratização que, de alguma forma, também traria suas contestações ao governo.

Tratava-se, portanto, de uma relação complexa. O filme “Pra Frente Brasil”<sup>255</sup>, por exemplo, foi o primeiro filme a abordar o tema da tortura e contou com os recursos da Embrafilme, que foi coprodutora da película, mas desagradou profundamente os setores militares mais conservadores e acabou sendo censurado, só sendo liberado com cortes. Aliás, em virtude disso, Celso Amorim, que, havia feito carreira de diplomata, mas, na ocasião, atuava no cargo de presidente da Embrafilme e aprovou o financiamento de “Pra Frente Brasil”, viu-se obrigado a abandonar o posto. Vê-se que este “governo ditatorial”, com todos os seus braços, é também muito plural e não um todo homogêneo. Ou seja, funcionários que trabalhavam na Embrafilme julgando e aprovando recursos a projetos de cineastas não necessariamente pensavam como torturadores ou censores. Os próprios censores também são múltiplos. De modo que o que é importante destacar é que o governo ditatorial criou, autoritariamente, via decreto-lei, uma empresa para estimular e controlar o cinema brasileiro, ao mesmo tempo em que cineastas e pessoas ligadas ao cinema souberam se submeter e, ao mesmo tempo,

---

<sup>255</sup> Direção de Roberto Farias, 1982.

encontrar brechas para realizar seus filmes, sem deixar de, havendo oportunidade, veicular algum material contrário ao governo.

É, portanto, contando com recursos da Embrafilme, que Oswaldo Caldeira vai dirigir “Bom Burguês”, tendo como produtor Paulo Thiago e como roteirista Doc Comparato, além de contar com um elenco de atores e atrizes que, na época, eram conhecidos por suas atuações em novelas na televisão.

Para o diretor, “Bom Burguês” foi um filme corajoso, pois feito na esteira das agitações surgidas com o episódio da censura de “Pra Frente Brasil”, recebendo ameaças constantes pelos jornais de figuras proeminentes e também com a possibilidade de interrupção de recursos, tendo que ter algumas cenas gravadas clandestinamente. Mas, ainda assim, buscava uma postura independente estética e politicamente<sup>256</sup>.

A película conta a história de Lucas, interpretado por José Wilker, casado com Neuza, papel interpretado por Bety Faria, que possui uma filha, trabalha em um banco e começa a desviar dinheiro do mesmo. Logo no início do filme, Lucas vai ao encontro de dois homens do Partido Comunista e o contato, segundo a fala de um deles, é intermediado por um companheiro que elogiara muito a colaboração de Lucas com o Partido durante uma eleição para o sindicato dos bancários; ao que o outro faz questão de acrescentar que isso só era possível quando havia sindicato livre. Lucas, então, diz que tem um plano e quer ajudar o partido financeiramente. Perguntado por um deles por que motivo ele teria se decidido pela ajuda, o protagonista conta uma história na qual João deve dez cruzeiros a Maria e para pagá-la vai ao banco solicitar o dinheiro emprestado. Tendo recebido o dinheiro da dívida, Maria vai ao mesmo banco e deposita os dez cruzeiros em sua conta. Lucas, então, pergunta a seus interlocutores quanto dinheiro tem o banco. Diante da resposta de um deles de que o banco teria dez cruzeiros, ele diz que, na verdade, o banco não tem apenas os dez cruzeiros depositados por Maria, mas tem vinte: os dez que João precisa pagar ao banco e os dez cruzeiros que Maria depositou, demonstrando desta forma que todo banco é uma grande fraude, que trabalha com um capital especulativo, um dinheiro invisível, que gira sem parar e que jamais é contabilizado.

Na sequência da cena, ele então explica que o seu plano é fazer uma expropriação contábil, desviar dinheiro através de cheques falsos emitidos para outros bancos em que abra conta. Chegando estes cheques na compensação do banco em que

---

<sup>256</sup> Conforme roteiro do filme guardado no Acervo da Funarte.

ele trabalhava, os mesmos seriam substituídos por ordens de pagamento verdadeiras, o que faria com que ele recebesse o dinheiro, mas não descontasse de ninguém. Diante do questionamento dos homens do partido quanto aos problemas que isso poderia gerar em virtude de uma fiscalização, Lucas responde que a conferência era feita por ele mesmo na agência em que trabalhava e que não havia nenhum perigo de ocorrerem problemas, pois não existiria nenhuma espécie de balanço das ordens de pagamento. Os homens do partido acham a ideia interessante, porém perigosa a estratégia. Nesta conversa, Lucas pergunta aos outros se o partido estava na luta armada e eles respondem que só acreditam na luta armada a longo prazo, que quem desejava a luta armada era a direita e que as esquerdas que enveredavam por este caminho estavam perdidas.

Ao final da cena, Lucas é questionado novamente pelo motivo que faz com que ele queira contribuir com o Partido: se seria heroísmo, convicção ou se ele acreditaria no socialismo. E sua resposta é que ele não sabia por que queria ajudar, que talvez fosse insatisfação com ele mesmo, mas apenas sabia que queria contribuir com esta organização. E, diante disso, ele recebe o codinome de Jonas, aquele que vive no ventre da baleia, numa metáfora sobre ser ele alguém que vive dentro do sistema bancário.

Na cena seguinte, ficamos sabendo que Neuza, a esposa, não sabe dos planos e ações do marido, pois Lucas está em casa, se arrumando para ir trabalhar às 5:35 da manhã, e sua mulher, preocupada, diz que ele está escondendo alguma coisa dela e que ela reparou que ele agora anda armado. Lucas desconversa, fala pra ela não se preocupar e justifica a necessidade de andar armado em função do crescimento do número de assaltos. Na sequência, quando já estão tomando café da manhã com a filha, Lucas diz à esposa que gostaria de ter mais um filho, mas observa a casa e diz que, para isso, eles precisariam de uma residência maior.

Nestas cenas iniciais do filme, conseguimos vislumbrar, portanto, argumentos que serão muito importantes para a proposta da obra, sejam elas: a existência de um partido que é contrário à ditadura, mas também extremamente crítico à luta armada, e um homem que quer ajudar este partido, mas não sabe muito bem o motivo e que ao mesmo tempo em que gostaria de ajudá-lo e ser contrário ao governo instituído, também tem ambições pessoais ligadas à obtenção de dinheiro, como ter uma casa maior para que pudesse ter outro filho.

A partir daí, o filme vai entrelaçando o cotidiano de Lucas no banco com o planejamento de uma ação armada por uma organização clandestina. No cotidiano de Lucas, vemos que ele chega muito cedo ao estabelecimento em que trabalha, vive sob

forte tensão, se assustando quando o segurança vem lhe desejar bom dia, e é bem visto pelo gerente que, não imaginando que ele chega cedo para fazer desvios contábeis, encara as horas passadas pelo mesmo no banco como um exemplo de dedicação e vontade de alcançar futuramente o posto gerencial; por isso, sente confiança em seu funcionário, assinando os papéis que o mesmo lhe dá sem conferir o conteúdo.

Enquanto isso, no grupo dedicado à luta armada, a tônica é de discordância e nervosismo. Dentro de um aparelho, um dos integrantes julga que eles estão sendo muito precipitados para concluir uma ação, enquanto outro diz que eles não podem ficar “nesse chove, não molha”, que precisam proceder logo com a ação de expropriação em um banco, para conseguir recursos e enfim preparar o trabalho no campo. O grupo decide, então, executar a ação e esta ocorre, coincidentemente, no mesmo banco em que Lucas está conversando com o gerente e levando um cheque para depositar. Do diálogo dos dois, sabemos que o mesmo tem muito dinheiro depositado na conta desta agência.

O assalto é anunciado e a ação se revela um fracasso, pois não havia muito dinheiro no cofre e foi necessário atirar em um segurança que havia chegado e apontado sua arma para os revolucionários. Na cena seguinte, vemos dois dos integrantes do grupo fazendo a autocrítica e assumindo os erros que contribuíram para que a ação não tivesse êxito. Um deles é Lauro, papel em que atua Anselmo Vasconcelos. E a outra é a personagem interpretada por Christiane Torloni, Joana. O primeiro faz a autocrítica, pois não conseguiu disparar o tiro que tiraria a vida do segurança, obrigando outro colega a fazê-lo em seu lugar. E Joana diz ter ficado nervosa por ter visto seu irmão. Aí ficamos sabendo que a Joana da organização é Patrícia, irmã de Lucas. E a resposta de um dos homens da organização a esta declaração do nervosismo de Joana ao ter que encarar seu irmão durante a expropriação é: “Não tem irmão na luta revolucionária, Joana! Irmão de sangue não conta, são laços burgueses. Seu irmão é o operário, o camponês, nós aqui. Eu, ele, a tua família somos nós, nós aqui!”<sup>257</sup>

Diante disso, os dois integrantes da organização obrigados à autocrítica, Lauro e Joana, se retiram para o quintal da casa e conversam na frente de uma linha de trem. Lauro diz que, se o Partido Comunista já era uma coisa velha e patética, essa organização da luta armada parecia um jardim de infância. Joana responde que o problema são algumas pessoas. Lauro discorda, dizendo que o principal não são as pessoas, mas a engrenagem da organização, que tem um esquema de dominação que vai

---

<sup>257</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 19’27’’. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UE641Y5uxA8>.

devorando. Joana então se queixa de que, às vezes, ela sente vontade de ir contra ao que as pessoas da organização estão propondo, mas que não consegue, já que eles fazem com que ela se sinta uma criança.

Se Joana/Patrícia ficou nervosa e titubeou no momento da expropriação, Lucas também ficou impactado por ter visto sua irmã assaltando um banco. Embora não tenha falado nada no momento do assalto, ao chegar em casa, ele comenta com sua esposa o acontecido, e Neuza responde que Patrícia sempre foi uma moça muito inquieta, muito insatisfeita, mas que, talvez, ela estivesse fazendo algo que eles nunca tiveram coragem de fazer, corroborando um argumento levantado em uma cena anterior na qual, após ler uma notícia de jornal, ela diz ser terrível a sensação de impotência diante dos acontecimentos do país.

É aí que Lucas revela à esposa que ele não está de braços cruzados e mostra a ela uma maleta repleta de dinheiro. Tendo revelado que estava desviando dinheiro para atuar de alguma forma contrariamente ao governo, Lucas vai até o campo visitar o comandante Raul (Nelson Xavier), que é o líder da organização em que sua irmã está envolvida, sem que ele saiba que se trata do mesmo grupo, acordando ajudar também esta organização.

Quando ele encontra novamente os homens do Partido Comunista, estes ficam surpresos em vê-lo, já que souberam do seu contato com o líder de uma organização armada e seu financiamento a “elementos esquerdistas” como “esse comandante Raul”. Nesta cena, um dos comunistas, “O Velho” afirma que “esses terroristas com suas ações violentas estão legitimando a criação de um aparelho repressivo monstruoso, que poderá levar todos nós para o abismo”<sup>258</sup>. É assim que Lucas diz que o sistema que ele emprega no banco pode levá-los além e que pensar em termos de organização seria pensar muito pequeno. Com o dinheiro levantado, haveria condições de montar uma estrutura revolucionária e construir uma excelente fachada legal, comprando hotéis, hospitais e agências de viagem. Adicionalmente, Lucas diz aos homens deste partido de esquerda que se opõe à luta armada que eles não poderiam abandonar a luta agora, pois têm uma experiência mais sólida, têm tradição de luta, não poderiam, portanto, se recusar a lutar.

Se a relação de Lucas com as esquerdas, embora ambígua, pois querendo unir aqueles grupos que se criticam mutuamente, fica clara logo no início do filme, ao longo da película, contudo, não serão estes os únicos grupos com os quais o protagonista se

---

<sup>258</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 24’-24’35’’.

relacionará. Ao mesmo tempo em que financia a resistência à ditadura, ele vai se aproximando de grupos de empresários que financiam a repressão e, sua entrada neste círculo se dá através de um antigo amigo, Billy, papel de Nelson Dantas.

Lucas vai até à corretora de ações de Billy dizendo que tem milhões para investir e quer multiplicar o dinheiro. Billy afirma que o momento é muito favorável aos negócios, que era o tempo do “milagre”, que, naquele mesmo dia, ele havia vendido ações pelo dobro do preço que comprara na semana anterior e que tinha conseguido ganhar tanto dinheiro que montou aquela corretora. Diz também ao amigo que se ele quer ganhar dinheiro, ele tem uma estratégia ótima. Existiria uma empresa, chamada Eletronic International, que ganhara uma forte concorrência do Governo e um homem vinculado a ela, chamado Valadares (Paulo Porto), precisava “descarregar essa grana”<sup>259</sup> e lhe forneceria uns papeis.

Tendo iniciado seus contatos no mundo de empresários de sucesso, Lucas compra uma mansão e leva sua esposa para conhecê-la. Neuza se preocupa, pergunta como eles vão justificar para sua família e para as pessoas do banco a possibilidade de comprar uma casa tão luxuosa e enfrenta seu marido: “Afiml, você tá roubando pra você ou pro partido?”<sup>260</sup> A resposta é que tudo o que está sendo feito é orientado pelas próprias pessoas do partido e também das pessoas ligadas à luta armada, já que agora tinha uma visão ampla e não acreditava mais nas vias pacíficas. Complementa dizendo que suas atitudes correspondem à necessidade de montar uma fachada legal, parecendo um homem próspero e que, assim, poderá realizar grandes golpes, podendo, inclusive, entrar no miolo do poder.

Se, para a sua esposa ele diria isso, ao encontrar com sua irmã, no entanto, sua fala seria no sentido de repreender a luta armada. Num almoço à beira da praia, em que comem lagosta, Patrícia pergunta se o irmão havia ficado rico, pois todos estavam comentando que ele teria comprado uma mansão. Lucas diz que estava ganhando dinheiro em função do investimento no ramo de automóveis. Na sequência, repete para a irmã as palavras proferidas pelo Velho, do Partido Comunista, de que o que ela e “esse pessoal” com quem ela andava estariam cometendo era loucura, legitimando a criação de um aparelho repressivo. Assim, conclui que assaltar banco, matando um segurança inocente, não seria a solução. Afinal das contas, um jogo de futebol ou uma boa novela chamariam muito mais a atenção da população brasileira.

---

<sup>259</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 27’17”.

<sup>260</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 28’.

Apesar de criticar a proposta da luta armada para sua irmã, Lucas vai cumprir com a promessa de financiamento desta organização armada, sem que até o final do filme, ele saiba que sua irmã milita na organização auxiliada financeiramente por ele e nem ela desconfie do envolvimento de seu irmão com o grupo, já que o julga um típico burguês que só se preocupa em ganhar dinheiro.

Mas, se as pessoas da organização não sabem a identidade do financiador, sabem que a organização está recebendo dinheiro de um banqueiro, de um burguês progressista, cujo codinome é Jonas. É no momento em que isto é divulgado para alguns integrantes do grupo que eles começam a planejar a captura de um embaixador suíço.

Enquanto está se dando o planejamento da ação, Lucas vai a uma festa frequentada pelo alto empresariado e seu amigo Billy diz à Neuza que a reunião foi marcada durante o dia para que Lucas pudesse exibir a sua lancha nova ancorada no mar. Nesta ocasião, Lucas conhece Thomas (Jardel Filho), grande empresário que tem um livro de ouro, uma espécie de caixinha feita pelos homens de negócios para premiar as pessoas empenhadas na repressão e na morte de terroristas.

Ao chegarem à casa, de volta da festa, Neuza repreende o marido, dizendo que ele parecia estar gostando e se divertindo muito com seus novos amigos. Na sequência, a esposa se revolta, dizendo que a irmã dele e os amigos dela matavam, roubavam e sequestravam pelo bem do povo, e que os novos amigos de Lucas também matavam, sumiam com as pessoas, mandavam torturar, afirmando ser pelo bem da pátria e expressa sua indignação: “Pobre Brasil, pobre gente, pobre povo, quanta gente querendo o bem do Brasil! Você é de esquerda ou de direita, quem é você? Porque cada dia você fica mais frio, mais distante, mais indiferente”. E a cena é finalizada sem que haja resposta, pois a filha pequena do casal entra na sala e interrompe a discussão<sup>261</sup>.

Enquanto Lucas estreita seus laços com os empresários, sua irmã vai visitar uma amiga de infância e procura por ele em seu escritório. Nestas cenas, ela demonstra arrependimento, dizendo que tem andado por lugares horríveis, sem graça, que está com saudade dos pais e que talvez, tenha feito essas visitas como uma despedida, num momento de férias.

Mas, findadas as supostas férias, o grupo que ela integra executa a ação da captura do embaixador suíço e o leva para uma casa alugada por Luzia (Maria Dealves), que parece ser integrante da organização, mas conhecer toda a vizinhança ao mesmo

---

<sup>261</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 36’.

tempo. O grupo constata, contudo, que a ação não teve a repercussão pretendida na imprensa, que não há nenhuma notícia, nenhuma menção ao sequestro. E um deles diz que talvez tenham exigido demais do governo: “O problema não é a libertação dos setenta companheiros das prisões em troca do suíço, o problema é a distribuição de alimentos nas favelas, as passagens grátis nos trens suburbanos”<sup>262</sup>. Diante da possibilidade de não terem suas exigências atendidas, Paulo (Fábio Junqueira), sempre o mais exaltado dentre os companheiros, diz que será necessário matar o embaixador. Quando ele profere esta sentença, todos os outros balançam a cabeça negativamente e Lauro diz que o colega que sugeriu a execução está louco, que ele é fanático e imbecil.

Neste momento de tensão entre o governo e o grupo da luta armada, Thomas, o empresário e amigo recente de Lucas, em uma reunião com vários outros empresários, diz que todos ficarão contra o governo caso o mesmo negocie com os “terroristas”. Enquanto isso é visto desta forma pelos homens deste lado, pelo lado da luta armada, Raul, o comandante, diz que haverá uma tentativa de negociação, que será enviada uma nova lista de presos a serem libertados, mas caso não seja aceita, será necessário matar o embaixador.

E é este mesmo comandante que vai conhecer as instalações de um hospital que Lucas/Jonas está construindo para servir de fachada legal dos desvios que vem realizando. Além deste objetivo, o protagonista diz que ali poderiam ser atendidos companheiros feridos, realizadas cirurgias plásticas, constituindo-se também como uma oportunidade de organizar a clandestinidade de dentro do sistema. Como fonte de receita também seria esta uma ótima ideia, já que a fala de Lucas/Jonas ressalta que hospital era o negócio mais lucrativo naqueles tempos. Raul diz sentir medo desta fachada capitalista e pergunta a Lucas se ele também estava dando dinheiro ao partidão. Diante da resposta afirmativa, o comandante diz que isso é o mesmo que sustentar a reação, já que este partido traíra a revolução.

Enquanto isso, na casa em que está o grupo e o embaixador, chega a notícia de que da nova lista, vinte nomes foram negados pelo governo, além de três pessoas ligadas à luta armada terem sido assassinadas. Paulo diz que os homens do poder fizeram isso porque perceberam que eles não teriam coragem para matar o embaixador e outro companheiro informa que as bases votaram pelo justicamento do capturado.

---

<sup>262</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 50’.

No meio desta tensão, os vizinhos invadem a casa para fazer uma festa de aniversário para Luzia (a integrante da organização que conhecia a vizinhança) e, com exceção de Joana, que fica no quarto com o embaixador, todos do grupo dançam, bebem, comem e se divertem.

No dia seguinte, o comandante Raul vai até esta casa em que estão os homens da organização e o embaixador suíço capturado, e diz que, no início, ele mesmo havia votado a favor do justicamento, mas que agora avaliava que esta atitude podia ser um erro, que ele, como líder da organização, achava que iria vetar a execução. Diante deste discurso, um dos homens da organização pergunta se ele acha democrático ir contra a decisão da maioria e o comandante responde que está com medo de, no futuro, ser responsabilizado por não ter evitado esta morte. Mas, justamente no desenrolar desta conversa, outra integrante da organização adentra a cena com o aviso de que o governo cedera e aceitara a lista com os nomes dos companheiros que deveriam ser libertados.

Enquanto isso, Thomas informa a Lucas que Romano (Emanuel Cavalcanti), homem da repressão muito próximo dos empresários, tinha capturado um “peixão” que sabia quem era o Jonas, aquele que estaria financiando os grupos da esquerda. Quando se dirigem até o local em que o preso está, Lucas vê que quem está sendo torturado é o Velho, do Partido Comunista. De cuecas, numa sala totalmente branca, não há mais ninguém no local além de Romano, Thomas, Lucas e o Velho, que possui um machucado na testa. Quando este olha para Lucas, parece enfartar e Thomas diz a Romano que ele precisa ser mais científico em seus métodos.

Na cena seguinte, tendo o sequestro sido finalizado sem que fosse necessário matar o embaixador, Lauro e Joana, militantes que tinham se aproximado na casa e tido relações sexuais, se despedem em tom angustiado. Lauro pergunta o nome verdadeiro de Joana e, ao ouvir que ela se chamava Patricia, responde que o seu nome é Pedro. Na conversa, repleta de arrependimentos, Joana indaga: “A gente podia ter sido tão feliz, não é?”, e Lauro promete que eles ainda serão felizes. Ele vai para São Paulo e promete voltar. Contudo, é capturado pelos homens da repressão que, na sequência, vão atrás de Joana.

Joana aparece, então, nua, numa sala branca, sem mais nenhum objeto, encolhida em um canto, chamando pela mãe. Quem surge é Thomas, o empresário, trazendo seu vestido e dizendo que os outros são uns brutos. Que ela sairia dali com vida desde que dissesse quem era Jonas. Como a militante tinha um ponto marcado com o mesmo, que até então ela não sabia quem era, mas que iria ao seu encontro usando

uma gravata específica para ser reconhecido, Joana então é plantada no lugar do encontro e é observada de longe pelos homens da repressão, dentre os quais, Romano. Quando ela vê que quem se aproxima com a gravata determinada é seu irmão, se joga na frente de um ônibus e, se suicidando, faz com que o irmão consiga escapar naquele momento. Contudo, Romano havia visto que era Lucas quem vinha em direção ao ponto marcado e vai até a casa dele em busca dos papéis entregues por Valadares e Thomas, provenientes do esquema de recursos ilícitos da empresa Electronic International, mas não os encontra.

A seguir, Thomas está com Antonia (Nicole Puzi), mulher que frequenta o círculo dos empresários e que teve relações sexuais com Lucas, a pedido de Thomas, para saber se ele era confiável. O empresário revela à mulher que o amigo não era de confiança, mas ladrão e comunista. Ao que, Antonia responde que está “cheia”, que para ela, ladrão, comunista, Valadares, “era tudo a mesma coisa”<sup>263</sup>. E é essa moça quem liga para a esposa de Lucas, informando que o mesmo está sendo torturado no sítio de Thomas.

Diante da denúncia, Neuza vai a Valadares pedir ajuda, e o mesmo diz que o marido dela não está preso, pois nenhum órgão de informação tem o registro de sua prisão. Neuza responde que estão matando o marido dela e que ele sabe disso. Valadares diz saber apenas que ele deu um fabuloso desfalque para financiar assassinos e a si mesmo. A esposa de Lucas argumenta que seu marido é um idealista e que não quer que ele morra. Valadares, passando a mão na coxa de Neuza, diz que fica estarecido de ver pais de família lançados em aventuras e que a situação vai exigir paciência e compreensão da senhora.

No entanto, temerosos do que poderia acontecer caso Lucas fizesse alguma denúncia e desejando reaver os papéis referentes à lavagem de dinheiro cometida por eles em acordo com o governo, os empresários deixam que Neuza, acompanhada por Billy (o amigo de Lucas que o apresentou aos demais empresários), vá até o sítio onde seu marido está sendo torturado. Para mostrar que o mesmo foi seviciado, o personagem fica durante toda a cena de costas, com uma camisa rasgada, com uma pequena mancha redonda de sangue. Eles conversam e a solução encontrada é a ida de Neuza até a Europa para buscar os papéis, que lá estavam depositados, bem como o dinheiro que para lá foi enviado. Neuza vai ao velho continente acompanhada também por Billy, até

---

<sup>263</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 1'25''

então tido durante todo o filme como um empresário bêbado, aventureiro, interessado em ganhar dinheiro na bolsa e em festas.

Quando voltam da Europa, entregam apenas os documentos, mas os empresários e o homem ligado à repressão permitem que, mesmo assim, Lucas entre no avião onde estão sua mulher e sua filha e que os levará para a liberdade, em um exílio na Venezuela.

O dinheiro recuperado da Europa ficará com Billy, que se dirige para a área rural em que Raul montava uma base de treinamento. Ao chegar lá, quem o recebe é Paulo, o integrante da organização mais exaltado. Billy pergunta por Raul e Paulo pergunta se o outro sabia que dia era aquele. A resposta é que era dia 31 de dezembro. E Paulo grita: “31 de dezembro! O ano acabou! O sonho da revolução acabou! O Raul morreu, Billy, mataram ele ali”<sup>264</sup>. Billy responde que, no entanto, eles dois estavam vivos e que podiam reestruturar a organização. Paulo, ironicamente, diz que o outro começou a beber muito cedo. Billy, então, revela: “Me respeite, sou uma pessoa respeitada na organização. Eu planejei tudo, eu controlei Lucas o tempo todo. O tempo todo eu sonhei com isso”<sup>265</sup>. Mas o outro insiste que está tudo acabado. E Billy pergunta o que fazer com tanto dinheiro dentro da bolsa, que ele tinha trazido da Europa e não devolvido aos empresários, e sai caminhando sem direção.

Como se vê neste longo relato, além da questão central de um bancário que desvia dinheiro, investe no mercado financeiro e auxilia grupos de esquerda, o filme aborda também muitos episódios paralelos que dizem respeito à trajetória de Jorge Medeiros Valle que estiveram estampados no processo do MR-8.

Por exemplo, há na película a indicação de que o protagonista recebeu papéis de uma empresa relacionados a uma concorrência facilitada junto ao governo. Certamente, esta passagem é inspirada no caso denunciado por Valle no processo em relação aos recibos recebidos pela empresa Standard Electric (a empresa do filme, inclusive, tem o nome semelhante de Eletronic International). Contudo, apesar da denúncia de que a primeira dama estaria envolvida no caso, o cineasta achou melhor não fazer nenhuma menção a isso. Talvez assim fosse mais seguro, pois, a questão polêmica não havia ficado bem definida publicamente, ainda eram anos de militares no poder e o filme contaria com recursos para a produção e a distribuição, como vimos, de uma empresa que tinha forte participação estatal.

---

<sup>264</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 1’35’’

<sup>265</sup> Bom Burguês, (Caldeira, 1983). Cena constante aos 1’37’’

O episódio do envio de dinheiro para a Europa também é destacado, quando fica claro na película que sua esposa terá que ir até este continente para recuperá-lo. Uma passagem interessante em relação a isso se dá em uma cena na qual a personagem Joana, de Cristiane Torloni, está conversando no quarto com o diplomata da Suíça sequestrado. Este último diz que os militantes erraram ao capturá-lo, pois seu país seria um país neutro, de boas relações, que não alimentava ódio em outras nações e com uma boa situação interna, assim, eles deveriam ter escolhido outro representante diplomático. Joana assegura que as boas relações da Suíça e a harmonia interna foram obtidos a partir de muita exploração. É curioso pensar que Jorge Medeiros Valle trocou dólares e os enviou para este mesmo país que a fala de uma personagem militante desqualifica e que classifica como um centro de exploração capitalista. Desta forma, aquele que se aproximou da luta armada e a financiou também tinha relações e lucrava com o país que seria, na película, construído como um polo oposto.

Assim como o episódio da lavagem de dinheiro e de seu envio para o exterior, o filme também menciona que Jorge tinha outras ocupações, além do trabalho no Banco, fazendo referências às suas atividades com compra e venda de automóveis, o que também é indicado pelo mesmo em sua trajetória.

Em meio a tantas coincidências narrativas entre o filme e a trajetória que é possível depreender de Valle no processo, fica clara a tentativa do diretor em explorar alguns pontos deste caso que o inspirou. Na sinopse disponível no acervo da Funarte, Oswaldo Caldeira, justifica tal escolha, informando que sua inspiração para realizar o projeto se deu através de uma entrevista que leu de Jorge no *Jornal do Brasil*, no ano de 1979. De acordo com ele: “O que mais me atraiu, sobretudo, foi o personagem central: fugia a tudo aquilo que estamos acostumados a ver num militante político”<sup>266</sup>.

Para a “*Revista Veja*”, o “*Bom Burguês*” trata da “história autêntica do gerente de banco Jorge Medeiros do Valle, que deu um desfalque para financiar, simultaneamente, a si mesmo e à subversão”<sup>267</sup>. No entanto, o diretor afirma que até realizou contato com pessoas próximas a Jorge, mas não desejava ser tolhido pelas questões éticas próprias de quando se retrata alguém, reforçando que “queria ter liberdade total para o voo criativo” e, apesar de inspirado claramente neste caso, decidiu que “os personagens seriam de pura ficção”<sup>268</sup>.

---

<sup>266</sup> Roteiro do Filme, disponível no acervo da Funarte, página 8.

<sup>267</sup> *Revista Veja*, 31/03/1982, p. 72.

<sup>268</sup> Roteiro do Filme, disponível no acervo da Funarte, página 8.

No texto da sinopse, também consta o resumo oficial do filme:

Aparentando prosperidade para disfarçar suas atividades clandestinas, Lucas mostra-se audacioso, investe em grandes negócios aproveitando-se do “milagre brasileiro” e passa a frequentar gente rica e empresários comprometidos com a repressão, como Thomas (Jardel Filho), Valadares (Paulo Porto) e Romano (Vinicius Salvatori). Penetra no miolo do poder, desfruta de alguns de seus privilégios, tem uma relação passageira com Antônia (Nicole Puzzi), mulher rica e devoradora de homens. Ironicamente, é obrigado a contribuir com dinheiro para um “livro de ouro” de Thomas, destinado a financiar a repressão à guerrilha<sup>269</sup>.

Assim, para o diretor, o caso ajudava a pensar na ambiguidade e complexidade dos comportamentos humanos:

A dúvida de que a vida entre os homens possa ser resolvida com as siglas dos partidos ou a divisão do mundo entre esquerda e direita fermenta através desse personagem e desponta perturbadora entre a noite e o alvorecer: quem somos nós, quem é Jonas, quantas partes de nós ainda contribuem para que as situações do filme se repitam enquanto as “pequenas revoluções” de que fala Alex Polari, não se tornem “grandes” e efetivamente afastem o perigo do autoritarismo, da dominação, da violência e da dor<sup>270</sup>?

É proposital, portanto, destacar um Lucas/Jonas que vai se envolvendo cada vez mais com a esquerda (que tem dois tons) e ao mesmo tempo com a extrema direita, tornando-se um indivíduo de personalidade ambígua, em que não está claro se ele também tem ambições privadas de enriquecer e se ele desvia dinheiro também para si e para sustentar vaidades. É na mesma linha da argumentação do diretor que também segue o roteirista, Doc Comparato:

Não há pessoas e coisas das quais se possa dizer que sejam rigorosa e absolutamente justas ou injustas, boníssimas ou cruéis, anjos ou demônios. A realidade humana é bem mais matizada do que as construções intelectuais, ou ideológicas, que procuram prendê-la de maneira acabada, definitiva. Quem produz ficção tem que ter sempre em mente que o homem não é uma coisa resolvida, já etiquetada e embalada. Ele se faz a cada dia, transforma-se a cada instante. Por isso, surpreende sempre. E o Bom Burguês é um filme que reflete esse sentimento de vida e dos homens<sup>271</sup>.

Se, de acordo com as palavras do diretor e do roteirista, este seria um filme importante para dar conta das contradições e zonas cinzentas dos seres humanos, o ator que interpreta o bom burguês, José Wilker, diminui um pouco o aspecto da ambiguidade e justifica a atuação de seu personagem em função dos constrangimentos de seu tempo:

O personagem central de O Bom Burguês foi tratado como personagem de ficção. Não procurei compor um exterior ou me referir a alguma figura reconhecida. Se ele pode parecer meio ambíguo a um observador mais apressado, digo que, em determinadas circunstâncias históricas, a gente se vê obrigado a agir de forma dupla, tripla, de forma camuflada, enfim. Às vezes, é preciso ser bem camaleão para sobreviver – e sobreviver, conforme um

---

<sup>269</sup> Roteiro do Filme, disponível no acervo da Funarte, página 5.

<sup>270</sup> Roteiro do Filme, disponível no acervo da Funarte, página 8-9.

<sup>271</sup> Roteiro do Filme, disponível no acervo da Funarte, página 11.

pensamento de Brecht, é a forma mais intensa de subversão. Para não abrir mão das convicções mais fundas, a gente camufla o mais evidente dessas convicções, mas exerce essas convicções por baixo da camuflagem. O que meu personagem faz, portanto, é utilizar os mecanismos à sua disposição para exercer o que nele é mais integralmente vivo: seu pensar político e suas necessidades pessoais, coisas de que ninguém deve abrir mão<sup>272</sup>.

O filme, no entanto, é fruto de seu tempo, estando inserido no contexto de redemocratização em que se construía uma memória da luta armada que, como vimos, por vezes, foi muito crítica em relação a ela. É assim que existem várias passagens que parecem estar de acordo com a “teoria dos dois demônios”, em que a violência da repressão e da luta armada são igualadas, sendo sentenças como estas proferidas até mesmo por pessoas da esquerda, mas que discordam da forma de luta adotada pelo grupo que não é o seu. No entanto, estas falas também são, principalmente, daqueles que se encaixariam como o “restante” da sociedade civil, como bem representam os papéis e falas de Antonia (Nicole Puzi) e Neuza (Bety Faria).

A visão negativa passada pelo filme acerca da luta armada também está na desorganização e no arrependimento dos homens e mulheres envolvidos com a proposta. Parece que somente o líder, Raul, tem alguma serenidade, e que todos os outros ou são imaturos, despreparados, ou são ávidos por sangue, como Paulo. Do mesmo modo, o filme exagera nas críticas recíprocas entre o Partido Comunista e a organização de luta armada, mostrando esquerdas cindidas, que não concordam entre si e que se atacam como se, no fundo, o antagonismo entre elas fosse mais importante do que as contradições entre elas e o governo ditatorial. Temos aí também um elemento importante da justificativa de suas derrotas elaboradas na memória coletiva.

Descolado do período a que se refere, mas totalmente inserido no contexto de redemocratização, vemos, inclusive, um integrante da luta armada cobrando uma postura democrática do comandante Raul, e o grupo, de uma maneira geral, totalmente contrário à possibilidade de justificar ou matar alguém durante a ação de expropriação, como se a democracia, a tolerância e o pacifismo fossem valores fundamentais pelos quais lutavam. Infelizes e arrependidos do caminho escolhido, estes jovens parecem só ter alegria quando fazem as coisas próprias de sua idade, como na cena em que Joana vai até a casa da amiga Alice, toma banho de banheira, fuma maconha e diz que foi muito bom estar ali. Outro exemplo é a festa surpresa de Luzia preparada pelos vizinhos, que mostra a esses homens e mulheres que eles podiam ter uma vida normal e aproveitar dos pequenos prazeres da vida, como qualquer outra pessoa.

---

<sup>272</sup> Roteiro do Filme, disponível no acervo da Funarte, página 12.

Dentro desta chave de leitura, que mostra militantes completamente perdidos, trilhando caminhos equivocados, está o exemplo do diálogo entre Lauro e Joana, no qual eles enfatizam que a organização é dominadora, que eles se sentem como crianças, querem falar, expor suas opiniões e não conseguem.

Se esta é a imagem da luta armada - engessada, embrutecida, sufocadora de seus integrantes - distorcida e enquadrada em tempos de redemocratização, da mesma forma seria transfigurada a imagem da repressão. Se, por um lado, o filme tem o mérito de trazer o elemento da colaboração dos empresários com o sistema repressivo, por outro, exagera as tintas, fazendo parecer que a tortura é quase toda esquematizada e realizada pelos mesmos. Ocorrendo em salas totalmente brancas e bem iluminadas ou no sítio do empresário Thomas, não se mostra a tortura ligada a delegacias, polícias políticas ou Forças Armadas que, na verdade, tudo orientavam e dirigiam. Aqui, a tortura não é política de Estado e muito menos praticada nos “porões da ditadura”. O empresariado manda e desmanda e tem total trânsito nos ambientes em que ela ocorre. Não aparecem militares na trama, sequer se menciona a expressão “ditadura militar” no filme. As marcas da tortura são também muito brandas. Não há cenas em que explicitamente alguém esteja sendo torturado. Ela é apenas sugerida, em função de alguns machucados e a ausência de roupas.

Mas, seja como for, o filme cumpre o seu papel característico dos tempos de redemocratização de denunciar que havia tortura nos anos ditatoriais (embora, de alguma forma, colocando o protagonismo nas ações nos empresários e anistiando os militares) e sugere que também estava presente naqueles tempos o sumiço de pessoas, como é indicado na cena em que a esposa de Lucas vai até um grande empresário para dizer que seu marido está sofrendo torturas e ele diz que seu marido não foi preso, pois não havia o registro disso em nenhum órgão de informação, o que era uma prática corrente e, importante, portanto, de ser denunciada.

Outro aspecto que absolve os militares pode ser visto na cena em que o grande empresário Thomas diz que se os mesmos negociarem com o grupo que capturou o embaixador, ele mesmo irá se encarregar deste combate, pois não era possível tratar os subversivos com tanta suavidade, seria preciso endurecer. Assim, é construída uma imagem que sugere que, talvez, os próprios militares nem quisessem ser tão “duros”, mas que havia uma demanda de segmentos da sociedade para que eles agissem de maneira mais incisiva.

Se há setores sociais que cobram uma postura enérgica do governo em relação aos “terroristas”, existem elementos no filme que, de alguma forma, vitimizam o restante da sociedade. Esta vitimização pode ser vista na personagem da mulher de Lucas, Neuza, que não compreende muito bem as ações do marido e se queixa por não saber de nada do que está ocorrendo, além de se sentir impotente diante das notícias pavorosas do jornal. Depois de descobrir o que o marido faz, alega que ele a fez correr risco sem que ela fosse consultada antes. Ou seja, coloca-se a ideia de que tais grupos trariam risco para a sociedade sem perguntar antes se a mesma concordava com isso.

A personagem de Antônia, mulher que se relaciona sexualmente com os empresários e também com Lucas, em determinado momento, quando já é revelado que Lucas financia a resistência, diz, como vimos, que todos eles são iguais, quem combate e quem apoia o regime, não havendo profundas diferenças.

É possível, portanto, perceber no filme uma perspectiva crítica sobre o passado recente, ao mesmo tempo em que retrata uma memória conciliadora da ditadura e das lutas empreendidas contra ela e um discurso e uma estética palatáveis ao grande público. Embora produzido em um momento de euforia com a abertura do regime, é importante o receio em relação à censura. Oswaldo Caldeira, diretor de “O Bom Burguês”, em entrevista disponibilizada na divisão dos “extras” do DVD, diz que havia preocupações quanto à liberação de seu filme, uma vez que “Pra frente Brasil” havia sido censurado. Desta forma, é visível que o filme tinha que dialogar com as forças no poder para que pudesse ser exibido e tolerado. E oferecer uma imagem que, de alguma forma, não fosse uma ruptura e uma crítica completa, mas também reconciliação.

Ismail Xavier, analisando o cinema no período em que se falava de abertura, salienta que a experiência política dos anos da ditadura foi um tema recorrente nos filmes da época, marcados por aquilo que ele classifica como *naturalismo de abertura*.

Embora reivindique a verdade, esse naturalismo é muito limitado na análise dos problemas, dada a sua estratégia de abordagem apoiada nas fórmulas tradicionais; a estrutura dramática, a composição de heróis e vilões, o imperativo da ação, tudo trabalha para que se ponha em cena uma coleção de fatos articulados de modo simplificado, resultando uma verdade de aparência, reduzida<sup>273</sup>.

Algumas partes da trama apresentada no filme fazem eco ao observado por Ismail Xavier. Os empresários são grandes vilões, as pessoas da luta armada são mocinhos (perdidos e arrependidos, mas, mesmo assim, podem ser interpretados como tais) e, talvez, Lucas seja o herói. Contudo, algumas personagens e passagens fogem à

---

<sup>273</sup> Xavier, 2006: 113.

ideia da fórmula tradicional, de heróis e vilões, e se contrapõem à sua análise. Ao colocar personagens como alheios e apolíticos, constroem-se elementos que sugerem a inocência, o meio do caminho, o lugar em cima do muro para muitos da sociedade inocente e que não saberia muito bem o que estava acontecendo no país. Vemos que além de heróis, existem também vítimas. Assim, de alguma forma, o filme está inserido e fornece elementos à construção de uma memória que serve para reduzir e destacar os erros das esquerdas armadas, ao mesmo tempo em que perdoa uma sociedade que não sabia de nada, que sequer queria que outros lutassem em seu nome, mas com métodos violentos e jogando fora sua juventude e os prazeres da vida.

Neste bojo, no que se refere especificamente à imagem construída sobre a trajetória do Bom Burguês, o que se destaca é a tentativa de não classificá-lo como um dentre estes jovens infelizes e arrependidos. Ao contrário, a principal característica da personagem é transitar por dois mundos e conseguir fazer parte de ambos concomitantemente, bem como achar felicidade nos dois. Assim, não é um sacrifício para ele ter uma lancha, comprar uma mansão, um carro, uma amante do círculo dos grandes empresários. Da mesma forma, parece ser sincero seu interesse em contribuir com as organizações e construir uma fachada legal que lhes dê mais retorno. Outro ponto que se destaca é ele ter um final relativamente feliz, no avião com sua esposa, cobrindo com uma manta sua filha e voando em direção à liberdade; ao passo que esta mesma cena é intercalada com a cena final dos homens que restaram da organização da luta armada, na terra, tendo aquele que, durante todo o filme foi o mais entusiasta desta estratégia, Paulo, assimilado e decretado a derrota. Lucas, que era marcado pela ambiguidade, portanto, se salva, tem um final redentor, mas, aqueles dedicados à luta armada amargam a derrota.

O filme constrói, portanto, uma memória desta personagem, na consciência coletiva, de alguém que conseguiu frequentar mundos muito distintos, alguém que tinha uma vontade legítima de lutar contra o governo instituído, o que fez apoiando diferentes formas de luta contrárias a ele, mas que soube se aproximar e tirar proveito dos contatos com empresários e envolvidos na repressão, inclusive, para facilitar sua proposta de oposição.

As críticas que surgiram do filme quando o mesmo foi lançado, na década de 1980, foram variadas. Um exemplo de crítica positiva veio da Revista Veja, talvez justamente por ter o filme cumprido o papel de oferecer insumos a uma memória que

dociliza, mas enfraquece a esquerda armada e vitimiza a sociedade civil como um todo.

Eis a análise feita por este órgão de comunicação em relação ao filme:

As pessoas e o país revistos em *O Bom Burguês*

*O Bom Burguês*, de Osvaldo Caldeira (Brasil, 1983), em cartaz no Rio de Janeiro e em São Paulo, tem vários pontos de contato com o recente *Pra Frente Brasil*, de Roberto Farias. Ambos os filmes lidam com o mesmo difícil momento da vida política brasileira. E ambos, embora obras de ficção, partem de dados e personagens reais e bem conhecidos pelos que acompanham os fatos da história recente do país. Se *Pra Frente Brasil* é mais bem realizado e tem maior impacto, sobra um mérito a *O Bom Burguês*: é um filme honesto, característica certamente sempre desejável, em se tratando de uma obra política.

O filme de Osvaldo Caldeira baseia-se na história do bancário Jorge Medeiros Vale, que, entre 1968 e 1969, desviou cerca de 2 milhões de dólares do Banco do Brasil, onde trabalhava, para grupos revolucionários de esquerda. As nuances de comportamento de Vale, nunca devidamente explicadas, oferecem um espaço de ambiguidade onde Osvaldo Caldeira, de 39 anos, autor de *Ajuricaba* e *Passe livre*, entre outras obras, busca outros conflitos, sobretudo os emanados da própria guerrilha, para construir uma narrativa rica em analogias e desprendimento. Como em suas obras anteriores, Caldeira usa seu filme como instrumento de reflexão. As atividades clandestinas do final dos anos 60, vistas com uma perspectiva de quinze anos, já não são autônomas, mas existem como resultados de inúmeros componentes, entre os quais o sentido da existência humana é o mais forte.

A determinação em fixar-se nessa abordagem permite a *O Bom Burguês* ganhar uma dimensão humana que complementa, enriquece e explica o fato político. A reconstituição histórica torna-se, na verdade, menos importante que a avaliação daquele momento, aqui apresentada de forma abrangente a ponto de se parecer com uma espécie de psicanálise da atividade clandestina. José Wilker recria com muita convicção o papel do bancário (no filme batizado de Lucas, o alcunhado de “Jonas”, numa paráfrase à história da baleia). Sua ambígua personalidade tem reflexos sobre sua irmã, Joana (Christiane Torloni), que, desconhecendo sua atividade, o tem como um conformista, e sobre sua mulher, Neuza (Betty Faria), que embora dividida ante a realidade que a cerca, o apoia. Favorecido por um elenco que ainda inclui Jofre Soares, Nelson Xavier e Jardel Filho, e por um roteiro (de Caldeira e Doc Comparato) que traça de maneira quase didática o perfil político dos personagens, *O Bom Burguês* é um despojado momento de reflexão sobre o ser político de 1968 e o ser humano de hoje no Brasil<sup>274</sup>.

Visão completamente distinta desta em relação à película seria construída pelo crítico de cinema Amylton de Almeida, que, na época escrevia para o jornal *Gazeta de Vitória*, do Espírito Santo. Em sua análise, o autor diz que “Oswaldo Caldeira não sabe dirigir e tudo lembra uma novela de televisão, em que os atores têm o texto na língua, e nada mais. É só posar, com aquele ar “natural”, que eles confundem com interpretação”<sup>275</sup>. Além de criticar negativamente a direção e a atuação, marca que o filme faria parte de um esquema que oscila entre pornografia, violência e comédia medíocre: “O diretor Osvaldo Caldeira, sob a desculpa de fazer um filme de aventuras,

<sup>274</sup> Revista Veja, 24/08/1983, p. 126.

<sup>275</sup> *Gazeta de Vitória*, 24/08/1983.

digerível por qualquer público, aproveita do esquema sexo mais violência mais história recente do país”. Destaca, ainda, que “o PC é visto não só como extremista, mas também como um grupo confuso de bandidos misteriosos, cheios de códigos”<sup>276</sup>.

Seja como for, aclamado ou criticado, o filme parece estar inserido no seu contexto e ter um papel importante na consolidação da memória coletiva da luta armada em tempos de democratização. Preferindo focar naquilo que a trajetória de Valle tinha de ambígua e fazendo caricaturas dos militantes da luta armada como despreparados e desorganizados, assim como não mencionando quase a presença dos militares, o filme anistia os dois lados e sugere que eles podem estar presentes até na mesma pessoa. A imagem e a trajetória recuperada de Jorge na película enfatizam, justamente, um aspecto obscuro, mas, destacando, sem dúvidas aquilo que teve de burguês, bem como sua aproximação com os homens do “miolo do poder”.

---

<sup>276</sup> Gazeta de Vitória, 28/09/1983.

## Capítulo 4 – De “Bom Burguês” a torturado: a memória traumática de Jorge Medeiros Valle.

---

Se a trajetória contada pelos homens do poder coloca Jorge Medeiros Valle como um terrorista e o filme de Caldeira prefere lançar luzes mais fortes sobre sua “face burguesa”, na reconstrução da memória de Jorge e de sua família, feita com um distanciamento no tempo de quase cinquenta anos, o que se destaca é o seu aspecto de perseguido político, torturado e vítima de um Estado opressor e autoritário.

Jorge Medeiros Valle vive, atualmente, no bairro do Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro, com sua esposa, Nedda, companheira desde a adolescência e que com ele viveu aqueles tempos agitados e dolorosos dos anos da ditadura. Ele se mantém com o valor da pensão da Anistia, que, em 2009, substituiu a aposentadoria excepcional de anistiado político que recebia pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), desde fevereiro de 1987, quando foi beneficiado pela Emenda Constitucional nº 26, de 1985<sup>277</sup>.

Conforme o relatório de deferimento da Comissão da Anistia, há a ratificação de sua condição de anistiado político, o pedido de desculpas do Estado brasileiro, nos termos do artigo 1º da Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002<sup>278</sup>, e a substituição de sua aposentadoria com o recebimento do mesmo valor, mas sob forma de verba com caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada<sup>279</sup>.

Sua esposa também recebe pensão como anistiada. Antes mesmo da Lei de 2002, diante da medida provisória de número 2.151, de 31 de maio de 2001<sup>280</sup>, ela encaminhou à Comissão da Anistia uma carta solicitando os benefícios previstos na regra. Nedda tinha sido aprovada em um concurso público para o cargo de professora primária da Secretaria Municipal de Educação do Estado do Rio de Janeiro, em agosto de 1953. No ano de 1957, após ter feito um curso de nutrição aplicada à merenda escolar, passou a exercer o cargo de Técnica de Educação Alimentar junto às escolas

---

<sup>277</sup> O artigo 4º da emenda traz em seu texto: “É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares”, além de prever promoção ou aposentadoria a que tivessem direito se em exercício”. Era o caso de Valle, demitido com base no Ato Institucional nº 5. Emenda Constitucional 26/85, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc26-85.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc26-85.htm)

<sup>278</sup> Esta lei versa sobre a reparação a anistiados políticos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110559.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110559.htm)

<sup>279</sup> Processo 2003.01.00907, disponível no Arquivo da Comissão da Anistia.

<sup>280</sup> Medida provisória que, anteriormente à publicação da lei de 2002, iria prever reparação a anistiados políticos.

municipais. No ano de 1971, sofreu um processo administrativo e foi demitida por abandono de serviço<sup>281</sup>.

Em dezembro de 1986, ela já tinha encaminhado uma carta ao então governador do Estado, Leonel Brizola, solicitando que a Lei da Anistia (6683/79) fosse aplicada a seu caso, explicando que se ausentou do serviço em função das atividades políticas de seu marido. Na correspondência, ela explica que o mesmo esteve envolvido com duas organizações de esquerda e, por questões de segurança, ele fez com que ela deixasse o Brasil com suas duas filhas, em abril de 1969. Nedda, esclarece, contudo, que solicitou dois períodos de licença prêmio antes de partir e que, três meses após sua viagem, em julho, Valle foi preso no Cenimar e ela voltou no final daquele ano sob forte impacto destes acontecimentos:

Sofri um grande abalo nervoso e vivi dois anos com sedativos fortíssimos. Tentei tirar uma licença médica porém somente me foram concedidos 15 dias. Comecei, então, a faltar ao trabalho porque vivia amedrontada. Jamais saía só e, na maioria das vezes, para tratar dos assuntos jurídicos relacionados ao meu marido<sup>282</sup>.

Diante destas faltas ao trabalho é que seria instaurado um inquérito administrativo, cuja conclusão é a sua demissão, tendo como justificativa o abandono do emprego. Na defesa deste processo, Nedda diz que:

Declarei os motivos que me levaram a faltar, inclusive o estado de saúde precário que me encontrava sob aspecto psicológico. Sentia-me desesperada com a batalha que tinha de travar com os Órgãos de Informação e Auditorias Militares, vivendo sob constante ameaça. Minha casa era vigiada, o telefone censurado, telefonemas anônimos e até ameaças de sequestro de minhas filhas. Meu marido perdeu 40 quilos em 2 meses de tortura e o julgamento durou oito meses na Primeira Auditoria da Marinha<sup>283</sup>.

Jorge, como se sabe, cumpriu a pena integral a que foi condenado após a apelação, tendo lhe sido negada a liberdade condicional e sendo novamente condenado, depois de cumprida a primeira pena. Esta nova condenação recebida no processo do PCBR, segundo a carta de Nedda, é um exemplo da perseguição que sofriram:

A perseguição que nos foi imposta nesse período ficou bem patenteada quando, um ano e meio após sua liberdade, meu marido foi novamente condenado a 3 anos de reclusão (maio de 1977) pelos mesmos fatos da condenação anterior, num processo absurdo, criado pela Marinha em 1969 e devidamente engavetado para futura utilização<sup>284</sup>.

---

<sup>281</sup> Processo 2001.01.00907 do Arquivo da Comissão da Anistia. P. 2.

<sup>282</sup> Processo 2001.01.00907 do Arquivo da Comissão da Anistia. P. 22.

<sup>283</sup> Idem. P. 23.

<sup>284</sup> Idem.

Nedda esclarece em seu pedido de Anistia ao governador que, esta pena, então, não foi cumprida, mas mobilizou o exílio da família para o México até o ano de 1980. Ao final, ela diz que está remetendo a carta, pois soube de uma antiga colega, Sarah de Las Casas, que teve afastamento por motivos políticos e conseguiu do Estado do Rio de Janeiro os benefícios da Lei da Anistia.

Este pedido encaminhado ao governador Leonel Brizola foi aprovado pela relatora do processo, Beatriz Boiteux, mas negado pelo Secretário de Justiça do Estado, tendo como justificativa para a negação o abandono de emprego, menosprezando que o mesmo estava relacionado às perseguições sofridas e não motivados espontaneamente.

É diante desta negativa que, no ano de 2001, Nedda encaminhará a outra carta, desta vez à Comissão da Anistia, do Ministério da Justiça do Governo Federal, em função da Medida Provisória aprovada naquele ano. Nos mesmos termos da carta enviada ao Governo do Estado, ela esclarece as condições em que abandonou seu emprego, reforça as informações anteriores e acrescenta alguns dados:

Meu marido (anexo 7), Jorge Medeiros Valle, estava nessa época ligado a várias organizações que militavam contra a ditadura e, obrigou-me a sair do Brasil, junto com minhas duas filhas menores em abril de 1969, por motivo de segurança. Em verdade 4 meses após a partida ele foi preso, julgado e cumpriu pena de 6 anos (anexo 2).

Só regresssei ao Brasil no final do ano de 1969, pois meu apartamento foi ocupado pelo Cenimar; quase todos os meus pertences desapareceram e o imóvel só me foi devolvido em novembro de 1969. Tudo isso caracterizou o meu abandono de emprego pois fui compelida pelas circunstâncias que meu marido vivia a me afastar de todo o meu núcleo de moradia, convivência e trabalho. Vivi após a minha volta ao Brasil tomando calmantes e antidepressivos. Recebia muitas ameaças telefônicas, minha casa era constantemente vigiada, com carros parados na porta, na esquina, muitas das vezes sem nenhum cuidado de serem percebidos. Realmente tive muito medo de sair sozinha.

(...)

Creio que esta Medida Provisória vem dar soluções aos casos como o meu, que trabalhei 16 anos de minha vida e terminei por perdê-los. Espero ver reparada a injustiça que sofri através da concessão de minha aposentadoria como professora, com a contagem de tempo de serviço referente ao período de meu afastamento<sup>285</sup>.

Anexados à carta, estão os documentos que comprovam seu relato: a folha do Diário Oficial em que consta sua nomeação como professora primária em 1953, uma certidão da Primeira Auditoria da Marinha, do ano de 1980, que demonstra que por uma condenação Valle cumprira pena e pela outra havia sido anistiado, seu passaporte, com a saída para França no ano de 1969, a folha do Diário Oficial em que consta sua demissão, documentos da Secretaria de Governo do México aprovando a entrada e saída

---

<sup>285</sup> Idem. P. 2-3.

dela e de sua filha mais nova no país, um papel de um órgão das Nações Unidas para refugiados informando que o mesmo outorgou uma bolsa de estudos para sua filha, a folha do Diário Oficial que concedeu anistia a Jorge Medeiros Valle, sua certidão de casamento e o contracheque de uma colega nomeada no mesmo dia que ela, para que se pudesse supor quanto ela estaria ganhando, caso não fosse demitida. Diante da demora na análise da documentação pela Comissão, Nedda encaminhou também comprovantes de que possui diabetes e hipertensão, e usa remédios para controlá-los, solicitando celeridade na análise do caso.

Três anos depois de ter sido dada a entrada no processo, o relator Deocleciano Queiroga registraria o deferimento do pedido, alegando que a perseguição política infligida ao esposo é bem demonstrada na Certidão da Primeira Auditoria anexada, que informa suas condenações e que, tendo demonstrado que sua demissão foi causada por razões de cunho exclusivamente político, já que teve que se exilar com suas filhas enquanto seu esposo sofria nas mãos dos órgãos repressores, e depois, para acompanhá-lo, faz jus à percepção de indenização e reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada no valor correspondente ao cargo que teria hoje, se não tivesse sido demitida<sup>286</sup>.

Vemos, portanto, que, nos relatos feitos tendo como objetivo a concessão da anistia, era necessário dar destaque à perseguição política sofrida pelo casal, evidenciando que o abandono do emprego pela esposa foi feito em função da motivação política dos crimes cometidos pelo marido. Nesta documentação, não fazia sentido fazer menção a qualquer aspecto que não fosse útil para deixar claro que tanto Jorge quanto Nedda mereciam o pedido de desculpas e as indenizações do Estado brasileiro, uma vez que tiveram sua vida interrompida e um cotidiano de medo em função da aproximação de Jorge com grupos que lutavam contra a ditadura.

O mesmo tom das cartas endereçadas à Comissão da Anistia é o que figura nas falas das entrevistas de Jorge e Nedda, quarenta e cinco anos depois da prisão de Valle. Passado este tempo, ainda é preciso, em primeiro lugar, denunciar a tortura, as barbaridades e as perseguições sofridas naqueles anos.

Jorge Medeiros Valle começa sua narrativa explicando como foi o caminho trilhado que o levaria à tortura. Assim, recorda-se que sempre teve uma atividade política simpática ao Partido Comunista, sem, contudo, nunca ter se filiado formalmente

---

<sup>286</sup> Idem, P. 49-54.

ao mesmo. A partir da sua entrada para o Banco do Brasil, em 1952, passou a ter atuação sindicalista, orgulhando-se de ter feito greves nas quais nenhum funcionário entrou na agência. Como estratégia para isso, ficava em um bar próximo, enquanto um colega ficava na porta do banco encaminhando os funcionários que chegassem para encontrar com Valle no bar, ao invés de entrar no trabalho.

Diante do êxito na atividade sindical, ele pensou, inclusive, em se candidatar à presidência do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Guanabara, como comprova uma carta de seu próprio punho encaminhada ao DOPS deste Estado solicitando uma certidão que atestasse a ausência de antecedentes criminais, para que pudesse proceder com a candidatura. Foi emitida a certidão em resposta, datada de 17/09/65, na qual consta a informação de que Valle não possuía antecedentes criminais naquele órgão<sup>287</sup>.

No seu relato atual, no entanto, o ano de 1964 mudaria completamente a ordem das coisas, causando profunda ruptura. Em suas palavras, “1964 cai como uma bomba na cabeça”<sup>288</sup>. E, ao se lembrar do golpe, “como acabava tudo no bar”, neste dia, que segundo ele, chovia, ele e seus amigos foram afogar as mágoas “tomando umas coisinhas” e vendo a chuva cair. A bomba se fazia ainda mais impactante, pois acreditava, antes do golpe, que o poder estivesse perto de ser ocupado pelos operários e, de repente, toda essa crença se esvaiu.

O ano de 1964 como um marco profundo, uma grande ruptura, pode ser, no entanto, uma construção de suas lembranças feita *a posteriori*<sup>289</sup>. É claro que o golpe foi bastante sentido pelas esquerdas, mas, naquele dia 31 de março não estava claro que não se pudesse combater, lutar e enfrentar os golpistas. Muito menos que ali seria inaugurada a ditadura que teve lugar posteriormente, com suas longas duas décadas e a dizimação das esquerdas. No seu próprio relato feito aos médicos que o avaliaram quando esteve preso na Ilha das Flores, Valle tinha antes situado o seu descontentamento com o governo em uma data posterior, diante da demissão de seu pai

---

<sup>287</sup> Prontuário 48.504 do Departamento de Investigações, sob guarda do Arquivo Público do Estado do RJ.

<sup>288</sup> Entrevista concedida à autora em 29/03/2014.

<sup>289</sup> Como evidencia Becker, 2005: 28, “qualquer que seja a forma do arquivo provocado, ele tem sempre o mesmo inconveniente: foi sempre constituído depois do acontecimento e, portanto, é responsável por tudo o que foi dito e escrito a posteriori; ele pode resgatar lembranças involuntariamente equivocadas, lembranças transformadas em função dos acontecimentos posteriores, lembranças sobrepostas, lembranças transformadas deliberadamente para “coincidir” com o que é pensado muitos anos mais tarde, lembranças transformadas simplesmente para justificar posições e atitudes posteriores”.

e do arrocho salarial trazido pelos governos militares<sup>290</sup>. Colocar 31 de março como uma ruptura se deve aos mecanismos da memória de uma consciência que, sabendo dos fatos que se desencadearam a partir dali, consegue encontrar para eles causas mais profundas. Não se quer com isso negar que ele não tenha ido ao bar beber naquele dia e lamentar aquele golpe, mas, apesar de toda a angústia que ele sofrera neste momento, o entendimento mais bem acabado de que aquilo de fato significava uma importante derrota para as esquerdas, muito possivelmente, foi se construindo a partir dali e não completamente em um único dia, como uma bomba na cabeça.

Tanto que, em setembro de 1965, ou seja, um ano e cinco meses após aquele dia fatídico, Jorge pensou em se candidatar a presidente do sindicato dos bancários. Isto revela que, num primeiro momento, ele ainda acreditou na luta sindical e o golpe não se revelou imediatamente uma completa tempestade. Se sentia a derrota completa em 64 e já sabia a nuvem negra que era trazida, talvez a candidatura ao sindicato, neste contexto, não fizesse muito sentido. Esta candidatura revela, de alguma forma, a crença em alguma transformação, ou seja, é por achar que podia ainda combater os golpistas pelos caminhos tradicionais e “lícitos” que ele levanta essa possibilidade como plausível.

Contudo, ao mesmo tempo em que pensa em se candidatar à presidência do sindicato, neste mesmo ano, ele diz começar a ouvir falar em luta armada e nos potenciais revolucionários do modelo cubano. A partir de contatos com Salatiel Teixeira e Mário Alves, homens que fundaram o PCBR, pois estavam insatisfeitos com a posição do Partido Comunista e imaginavam ser o momento adequado para se dedicar à luta armada, Valle começou se convencer de que naquela ocasião não havia mais a possibilidade de fazer política sindical, somente a guerrilha seria eficaz para enfrentar e combater as forças estabelecidas no governo. No seu relato, há o fortalecimento de uma memória na qual os envolvidos com a luta armada foram impelidos, arrastados para ela, como se não houvesse mais saída, outra escolha, como se eles tivessem sido obrigados a trilhar este caminho. E, para fazer a luta armada, era necessário ter armas. Assim, do contato com os integrantes do PCBR é que surge a necessidade de elaborar estratégias para conseguir dinheiro e armamento, ao que ele irá se empenhar.

A imagem que Jorge constrói de si mesmo e que justifica sua colaboração com militantes da luta armada é, portanto, a vaga noção de ser alguém de “esquerda”, que possuía amigos de esquerda e que desejava se opor ao governo estabelecido. Tal

---

<sup>290</sup> Página 3070-74, do processo 70/69.

referência está presente também na fala de sua esposa que diz que, no início, não sabia das atividades do marido e, diante da transformação de seu comportamento, imaginou que tivesse tendo até amantes, mas, depois, compreendeu que era uma luta política, já que sempre tiveram amigos e foram próximos de pessoas “de esquerda”<sup>291</sup>.

Importante aspecto a ser destacado é que, apesar de, como vimos, ter ficado estabelecido na memória uma imagem de que as pessoas que se dedicaram à luta armada eram jovens e ingênuos, talvez, Valle tenha acreditado que a luta armada poderia ser um caminho vigoroso de afronta ao poder instituído em função justamente da experiência e tradição de luta dos homens que resolveram tomar este caminho de combate. Mario Alves, Apolônio de Carvalho, Carlos Marighela estavam longe de serem jovens e ingênuos, tendo, todos eles na década de 1960 uma sólida trajetória de resistência e combate dentro das esquerdas. Assim, acompanhar a adesão e o apoio de nomes como estes à guerrilha pode ter sido determinante para que Jorge Medeiros Valle se decidisse então por apoiar grupos que trilhavam o mesmo caminho. Em outros momentos de seu relato, ele cita ainda que o Toledo (Joaquim Câmara Ferreira) também estava militando na luta armada e que o Joaquim Pires Cerveira (militar nacionalista que fundou um grupo no Sul e foi auxiliado por Valle) era uma pessoa muito boa e competente, declarações que corroboram as justificativas de que o bancário dedicou-se a fornecer dinheiro para estes grupos em função das pessoas que admirava estarem envolvidas nesta estratégia, o que a tornava legítima para ele<sup>292</sup>.

É assim que ele não se recorda exatamente quando começou a fazer os desvios ou contribuir para as organizações. No entanto, tais desvios de dinheiro do banco aparecem claramente como uma resposta à necessidade de obter recursos para estruturar a luta armada. Ainda que ele não se recorde exatamente a data, a motivação para cometer o crime financeiro, em sua memória é, certamente, política.

Diante deste seu envolvimento, causado por questões políticas, a memória de perseguido e em oposição à ditadura justifica também o envio de sua família para a Europa. Seu argumento é o de que começou a ficar amedrontado com o que poderia acontecer com a mulher e suas filhas, caso fosse descoberto. Na ocasião, diz Jorge que eram divulgadas notícias de torturas até com bebês, e ele teve medo de que sua esposa e suas filhas pudessem ser vítimas da brutal violência. A sensação de segurança no exterior era trazida não só pela distância, mas também pelos contatos existentes, pois lá

---

<sup>291</sup> Entrevista concedida à autora em 29/03/2014.

<sup>292</sup> Idem.

havia gente ligada ao partido comunista que iria auxiliá-las, dar um respaldo, incluindo pessoas que tinham relações com a “turma da Argélia”<sup>293</sup>. Vê-se, portanto, que na sua identidade de pessoa vinculada à esquerda, ele mantinha contato não só no Brasil, mas também com os que lutavam pela “esquerda” também no exterior.

Com sua esposa e suas filhas na Europa, Valle se dedicou a auxiliar estes homens que militavam, objetivando a luta armada, em distintas organizações. Contudo, mesmo na construção da imagem de perseguido político e de um homem de esquerda, Jorge deixa claro que não compôs formalmente nem liderou nenhum dos grupos.

No que se refere exclusivamente aos desvios realizados, diz que pensou, inicialmente, em dar o golpe para obter os recursos através da emissão de ordens de pagamento. Ao contrário do que foi veiculado por jornais e órgãos de informação, Valle diz que não era gerente nem subgerente, mas tinha o cargo de ajudante de serviço e estava ocupando a função de chefe de serviço, que era o último dos cargos comissionados na agência. Contudo, de acordo com seu relato, ninguém trabalhava direito no banco, principalmente seus superiores, “ninguém queria nada”, e, por isso, ele tinha bastante autonomia e conseguiu vislumbrar as brechas para realizar os desvios<sup>294</sup>.

É do seu posto, então, que ele pensou em emitir ordens de pagamento para pessoas que iriam elaborar identidades falsas para recebê-las. Contudo, teria desistido desta ação ao ver que as falsificações eram primárias e que o golpe seria descoberto quando a primeira pessoa tentasse ir ao banco com aquele documento para receber o dinheiro, já que o crime seria facilmente desvendado e o portador da identidade falsa seria encaminhado à prisão. Diante da impossibilidade de emitir as ordens de pagamento, começou a pensar em outra forma para articular um golpe e elaborou novo plano diante do “estalo” que “deu” quando estava fazendo a compensação de cheques<sup>295</sup>.

A narrativa em relação a como eram feitos estes desfalques via compensação de cheques não é fluida. Jorge vai e volta, faz pausas, e tem muita dificuldade para se lembrar de como fazia para desviar o dinheiro do banco. A resistência, voluntária ou não, para falar sobre o assunto tampouco é recente. Vimos no âmbito do processo do MR-8 que já naquela ocasião ele se recusava a dar detalhes de como praticava o crime. Mas, depois de fazer um esforço e parar alguns segundos para pensar, diz que os

---

<sup>293</sup> Conforme entrevista concedida à autora em 29/03/2014.

<sup>294</sup> Idem.

<sup>295</sup> Idem.

desfalques funcionavam da seguinte maneira: ele abria contas em diversos “banquinhos” e emitia cheques falsos oriundos da agência em que trabalhava para suas contas nesses outros bancos. Quando o cheque chegava na compensação, ele não debitava a agência, mas trocava o cheque falso, que destruía, por uma ordem de pagamento, que ele recebia. Ou seja, através da ordem de pagamento que substituía o cheque falso, fornecia um crédito a ele mesmo, recebido em outro banco, mas não havia nenhum débito, fazendo com que a operação gerasse uma dívida para o Banco do Brasil. De fato, anexados ao processo estão extratos de contas em inúmeros bancos que mostram o recebimento de altos valores nas mesmas.

Quando começou a fazer esses desfalques, de acordo com sua memória, Valle achou que iria ser rápido, mas o mecanismo foi tomando uma forma própria e uma exigência de sua presença na agência, além de obrigá-lo a andar armado. Perguntado se todo o esquema era feito apenas por ele, Jorge diz que tinha um companheiro também armado que dava cobertura e um rapaz junto na agência, que, inclusive esteve preso, mas prefere não falar muito sobre esse caso, pois estas pessoas já tinham sofrido bastante.

Assim como prefere não falar dos envolvidos na agência, não consegue se lembrar também do tempo exato que o processo do desvio durou, apenas que foi um movimento muito grande, ocorrido entre 1968 e 1969, que chegou a desviar dois milhões de dólares, e que existia uma inspetoria no banco para fiscalizar as operações, mas que elas “não davam em nada”<sup>296</sup>.

Em relação à possível descoberta dos desvios, Umberto Trigueiros, que era uma liderança no MR-8, mas que não conheceu Valle antes da prisão, diz que a versão que se consagrou naquela época é que ao final do ano de 1969 seria quase impossível que o balanço anual realizado no Banco do Brasil não desvendasse a fraude. Assim, Jorge estaria tomando providências para se retirar do país, tendo já comprado uma casa em Paris, ou “alguma coisa deste tipo”<sup>297</sup>. Já a memória de Jorge é oposta a esta versão. Segundo ele, não suportaria ficar na Europa, de longe, sem poder fazer nada em oposição ao governo. Ele faria alguma manobra para voltar ao Brasil e imagina que, voltando, seria morto. Então, ao mesmo tempo em que, no seu relato, o destaque

---

<sup>296</sup> Idem.

<sup>297</sup> Entrevista concedida à autora em 12/02/2015.

principal é o sofrimento sentido por ser perseguido e ter sido preso, por outro lado, para ele, a prisão, de alguma forma também o salvou, pois o manteve vivo<sup>298</sup>.

Seja como for, Jorge relata que foi para a prisão em função do contato com as pessoas do MR-8. Ivens Marchetti, seu conhecido, havia sido preso e a organização estava sendo perseguida e dizimada pelos militares. Valle planejava auxiliar a retirada do Brasil das pessoas que estavam refugiadas e, dos que estavam presos, confirma que estudou a possibilidade de retirá-los da Ilha das Flores, tendo, inclusive ido mergulhar e verificar as condições para tal. Mas, desistiu do plano, pois seria necessário matar muita gente para salvar poucos presos da organização que então estavam no presídio.

A partir da localização do momento de sua prisão, em função dos contatos travados com o MR-8, seu relato enfatiza as torturas sofridas, sem que entre em detalhes sobre quais foram os métodos utilizados. Embora necessário falar da existência da tortura, ainda parece muito traumático lembrar aquelas cenas. Prefere, como em outras vezes, apenas mencionar a quantidade dos quilos perdidos como um indicativo de quão bárbaros foram os militares. E, nesta denúncia, faz questão de citar os nomes dos algozes, como o de Chico Pinotti.

Umberto Trigueiros, ao falar de Valle, diz que quando este chegou à Ilha das Flores, ficou incomunicável. Apenas era possível vê-lo passar, quando saía da sala do interrogatório. E, diz o ex-militante que, com o tempo, era possível identificar pela maneira como a pessoa saía, através do andar e do olhar, a intensidade do trauma experimentado. Para Trigueiros, o jeito de Valle passar no corredor já revelava que tinha sofrido bárbaras torturas<sup>299</sup>.

São essas barbaridades que ainda hoje são difíceis de assimilar e o relato da tortura é ponto fundamental nas narrativas dos que foram presos políticos, porque extremamente traumática e estruturante. Henrique João Cordeiro Filho, que também ficou preso na Ilha das Flores nos mesmos tempos em que Jorge, faz questão, igualmente, de privilegiar a denúncia da tortura na sua fala. Segundo Henrique, a tortura é tão velha quanto o mundo, mas os franceses teriam conseguido aprimorar as técnicas violentas durante a guerra da Argélia, assim como americanos e ingleses também se empenhavam em torná-la científica. Assim, os militares brasileiros recebiam suporte dos estrangeiros na execução da tortura, pois havia especialistas que orientavam, sendo um exemplo citado por ele um agente da CIA (agência de inteligência estadunidense)

---

<sup>298</sup> Entrevista concedida à autora em 29/03/2014.

<sup>299</sup> Entrevista concedida à autora em 12/02/2015.

que assistia às sessões de tortura. Contudo, mesmo assim, para Henrique, a Marinha não precisava desta orientação, pois sabia fazer bem a tortura, de modo técnico, sistemático, sem raiva, encenando uma peça de teatro. Nesta encenação, um torturador fazia sempre o papel do sanguinário e outro interpretava o bom moço, que aliviava e tentava ajudar o preso, desde que este colaborasse e desse as informações solicitadas pelo interrogador<sup>300</sup>.

Dentro desta necessária denúncia da tortura feita pelos perseguidos, Valle reforça que experimentou 30 dias iniciais de violência e interrogatório. E, estando em meio à tortura, um dos oficiais teria olhado para ele e dito: “Nós sabemos de tudo, de onde vem o dinheiro. É do Brizola. O homem dele vai chegar amanhã, ele vai confirmar isso”<sup>301</sup>. Diante desta informação, Jorge disse que, no começo, concordou com a história. Mas, depois, pensando no sofrimento pelo qual o homem que chegaria pela manhã iria passar, resolveu confessar que fazia o desvio sozinho, sem que o interrogador tivesse acreditado inicialmente na versão que contava. Mas, diante de sua confirmação mesmo com o agravo das torturas, os oficiais resolveram parar com os métodos violentos e o deixaram aguardando em um canto. Depois, voltariam a torturá-lo por mais 30 dias para saber informações adicionais. É neste cenário de torturas e pressões por confissões que os agentes do Cenimar ficam sabendo dos desvios feitos por Valle e seu envio de dólares ao exterior. Resolvem, então, entrar em contato com Nedda, na França, ameaçando assassinar seu marido, caso ela não contribuísse com a devolução do montante desviado e instruindo Valle a escrever uma carta com orientações para que a mulher obedecesse aos oficiais que vão até à Europa encontrar com ela. Vimos que esta carta está, inclusive, anexada no inquérito do MR-8.

É assim que ela concorda em entregar os valores depositados na conta numerada na Suíça à comissão de oficiais do Cenimar, liderados por Chico Pinoti e João Alfredo Magalhães, conhecido como Mike ou Dr. Paulo.

No relato de Jorge e de Nedda, após a denúncia da tortura e das arbitrariedades, outro aspecto que ganha destaque, para que fique claro que eles eram vítimas de um Estado que os perseguia politicamente, é a invasão de sua casa e de suas vidas. Para enfatizar a violência dos funcionários da Marinha, a esposa enfatiza que sua casa foi

---

<sup>300</sup> Entrevista concedida à autora em 29/03/2014.

<sup>301</sup> Entrevista concedida à autora em 29/03/2014.

destruída e devassada, que os agentes da força armada não deixaram nada para trás, levaram as cuecas de seu marido e os brinquedos de suas filhas<sup>302</sup>.

A denúncia no que se refere à atuação criminosa dos oficiais das Forças Armadas como um todo não se limita a registrar aquilo que se configurava como um assalto aos lares; Jorge prioriza em suas declarações também a necessidade de registrar que os militares eram extremamente corruptos. Assim, elucida que o dinheiro entregue por Nedda aos homens do Cenimar na Europa era muito superior ao que chegou ao Brasil, indicando que Augusto Rademaker, almirante e ministro da Marinha na época, foi conivente com o sumiço de parte da quantia. Da mesma forma, diz que os militares apresentaram um valor muito menor do que o que estava guardado em sua casa.

Seu esforço neste sentido, aliás, não é recente. Desde que foi preso, Jorge formula tais denúncias, como a que vinculou o nome de Yolanda Costa e Silva a um esquema de facilitação de licitação. No exílio, em 1979, ele se reuniu com jornalistas a fim de fortalecer as acusações.

Alguns jornais soltariam uma pequena nota sobre as coisas ditas por ele durante a entrevista coletiva, outros fariam reportagens mais longas. O Jornal do Brasil, por exemplo, fez deste encontro uma reportagem de duas páginas, no primeiro caderno de um domingo<sup>303</sup>.

Nela, consta que Jorge iniciou o seu relato acusando a imprensa por ter sempre deturpado a sua personalidade, sem nunca ter tido contato com ele, apenas se valendo das informações passadas através da repressão que, obviamente, tinha a preocupação constante de imputar a ele um mau caráter. A seguir, esclareceu quais eram suas propostas de diversificação de renda para as organizações com as quais contribuiu e como se deu a sua prisão. E então, denunciou as torturas sofridas pelo Cenimar, onde, segundo ele, todo mundo era torturado. Mas, o seu interesse principal era, além de denunciar a tortura, denunciar também a corrupção existente nas Forças Armadas, que a sua convivência com os homens da Marinha fez com que ele pudesse comprovar que existia. É nesta ocasião que, então, ele registra a mesma acusação que recupera agora: os encarregados que foram até sua casa ficaram com parte do dinheiro e acusa também os oficiais da Marinha que foram até à Suíça, encontrar com sua mulher e pegar os dólares que estavam depositados por lá, de terem também se apropriado de parte do

---

<sup>302</sup> Idem.

<sup>303</sup> Jornal do Brasil, 04/03/79, p. 16 e 17; Jornal O Globo, 04/03/79, p. 10; Jornal O Estado de São Paulo, reportagens nos dias 06/03/79 (p. 21), 07/03/79 (p. 27) e 10/03/79 (p. 20); Revista Veja, 07/03/79, p. 20 e 21, dentre outros.

montante, não procedendo com a devolução devida ao Banco do Brasil, onde o desfalque havia sido dado. Para ele:

Os órgãos de repressão estão sob controle, mas estão estruturados e estão lá. Esses mesmos homens que se beneficiaram no meu caso e em todos os casos. Não existe a possibilidade de uma expectativa de abertura, de redemocratização, sem a desarticulação desses órgãos que são corruptos por natureza. A denúncia da tortura sistemática deve ser feita sempre. Toda denúncia contra violação dos direitos humanos deve ser feita. Mas essa vinculação repressão-corrupção é bem chocante<sup>304</sup>.

E registra mais uma vez a acusação em relação à Yolanda Costa e Silva. Para isso, conta que trocava o dinheiro que desviava em cruzeiros novos por dólares no câmbio negro, com Francisco Borges de Souza Dantas. Valle explica que, para este homem, ele era apenas um homem rico, que viajava, fazia muitos negócios e tinha dinheiro do qual era difícil explicar a procedência, aparentemente uma prática comum entre estes investidores. Diante do volume negociado, certa vez, em consonância com a história já contada na fase do inquérito policial militar, Dantas teria perguntado a Valle se ele não estava preocupado em como justificar o volume de transações que fazia no Imposto de Renda, sugerindo-lhe uma solução. Conseguiria para ele um recibo como se ele tivesse prestado serviços à empresa Standard Electric, um papel de 1,2 milhão de cruzeiros. O recibo em questão, no entanto, como visto no âmbito do processo, tratava de uma transação que não poderia vir à tona. Este mais de um milhão teria sido dado a Yolanda Costa e Silva, primeira dama.

De acordo com Valle, no entanto, a história foi útil à Marinha, onde havia homens que faziam oposição ao general presidente Costa e Silva e estariam interessados em utilizá-la numa disputa interna pelo poder em 1969. Teria sido o próprio Almirante Augusto Rademaker quem ouviu o relato feito por Jorge do caso envolvendo Yolanda. E a partir daí:

Abriram processo, no qual foi ouvido o diretor da Standard, todos eles foram ouvidos. Não sei se Yolanda foi ouvida. Aí começou a fase mais aguda da luta interna. Foi o período de agosto de 69, que redundou no afastamento do Costa e Silva. Na semana de 17 a 24 de agosto, é que a questão do Costa e Silva começou a ficar quente<sup>305</sup>.

Com os homens do mercado financeiro presos e diante da denúncia realizada, contudo, o encarregado do inquérito teria ido ao encontro de Valle, dizendo que ele precisava mudar seu depoimento e negar as acusações que tinha feito dentro de dois dias:

---

<sup>304</sup> Jornal do Brasil, 04/03/79, p. 17.

<sup>305</sup> Jornal do Brasil, 04/03/79, p. 17.

Se você não mudar, nós vamos entregá-lo ao Costa e Silva. Você vai para o Exército, eles vão te matar. Mas, nesses dois dias, as coisas mudaram (...) e o oficial, João Alfredo Poeck disse: “Não tem nada, isso já foi resolvido, o homem já foi eliminado”.

Por isso, quando eu ouço falar na crise do Costa, procuro juntar as peças e me pergunto: por que fui ameaçado e não fui entregue? Porque, na luta interna, as forças do Rademaker criaram impedimentos<sup>306</sup>.

Diante das declarações, os jornais buscaram os envolvidos para que tivessem sua defesa estampada na matéria que veiculariam. O Ministro da Marinha, Geraldo de Azevedo Henning, respondeu dizendo que Jorge era um “escroque, sem princípio e crenças” que não era digno de resposta, acrescentando:

É muito fácil fazer acusações vagas e genéricas, mas a Marinha não se sente ofendida. Ofender e falar mal faz parte da liberdade dos direitos humanos. Ele está falando de uma posição cômoda, bem instalado, bem longe do país e da realidade brasileira. (...) Todos sabem que nós da Marinha não torturamos e nem maltratamos ninguém<sup>307</sup>.

O almirante Augusto Rademaker, procurado pelos jornalistas, não atendeu aos telefonemas<sup>308</sup>. Por fim, Yolanda Costa e Silva negou as condenações feitas, dizendo jamais ter ouvido tal história. Ironicamente, lamentou que não tenha recebido os “tais milhões”, pois após a morte do seu marido, estava pobre, ficava “catando níquel”, razão pela qual pleiteou uma pensão para conseguir viver<sup>309</sup>.

Umberto Trigueiros confirma o relato de Jorge em relação à utilização política da acusação feita. Segundo o mesmo, quando descoberto no IPM este caso, magnatas ligados ao mercado financeiro ficaram encarcerados na Ilha das Flores, como é o caso de Francisco Borges de Souza Dantas e Renato Bonjança. Ficaram detidos, recebiam visitas (proibidas aos demais presos políticos) que iam de iate e até socializaram o que os visitantes traziam com outros presos. Trigueiros, por exemplo, diz que teve contato com os empresários e foi a primeira vez que comeu caviar. O episódio só foi contornado, segundo ele, porque os oficiais da Marinha, opositores de Costa e Silva, utilizaram os argumentos para chantagear o presidente<sup>310</sup>.

Seja como for, o caso caiu no esquecimento, e, apesar de alguns empresários passarem uma temporada no cárcere, nenhum foi condenado e Jorge Medeiros Valle voltaria do exílio com a convicção de que a ditadura tinha sido desestabilizada, mas ao mesmo tempo, não tinha, já que os militares continuavam estruturados. Não foram

---

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> Jornal O Globo, 10/03/79, p. 9.

<sup>308</sup> Jornal Folha de São Paulo, 05/03/79, p. 5.

<sup>309</sup> Revista Veja, 07/03/79, p. 21.

<sup>310</sup> Entrevista concedida à autora em 12/02/2015.

julgados ou condenados seus torturadores. Estavam com o mesmo prestígio, a mesma hierarquia. Até hoje, para ele, tais denúncias são, portanto, necessárias, quando se trata de lembrar os tempos da ditadura, pois os militares saíram do poder, mas não responderam pelos crimes cometidos e, neste sentido, não apenas de desrespeito aos direitos humanos, mas também toda a espécie de crimes de corrupção. Este argumento está de acordo com uma face de sua imagem construída durante a fase de defesa do processo e que, de alguma forma, está presente até os dias de hoje.

Valle argumenta que é um “homem de esquerda” que sofreu, junto com sua família, porque foi contra um governo que era ruim para o Brasil. Em 1969, destacava que as mazelas trazidas eram culturais, sociais e econômicas, evidenciando que a política salarial e de importações e exportações eram prejudiciais aos brasileiros e ao desenvolvimento do país. Atualmente, continua reforçando que lutou contra um governo ruim, e esses malefícios foram trazidos pelo fato de ser um governo autoritário, ilegítimo, torturador e corrupto. Desta forma, justifica sua atuação naqueles tempos e a necessidade de se continuar denunciando e cobrando explicações e julgamentos dos militares nos dias de hoje.

A lembrança destes militares, para Valle, contudo, não é homogênea. Se, de fato, muitos eram corruptos e torturadores e precisam responder por isso, por outro lado, ele recupera a lembrança de soldados que o auxiliaram na cadeia, oferecendo comida, rádio, jornal; atitudes que fizeram com que ele acreditasse que estes soldados representavam o povo, que era solidário às esquerdas. Ainda que exista essa lembrança, ele se recorda também de alguns soldados que tinham medo dos presos políticos porque acreditavam nas versões veiculadas na imprensa, nas quais eles eram perigosos terroristas. Talvez essa possa ser uma explicação para a ausência de seu triunfo. Mas, em sua memória, assim como fizeram todos os que estiveram envolvidos na luta e tentaram compreender por que não venceram, entre as explicações, figura não apenas o medo do “povo” em relação à luta armada, como também os equívocos das próprias esquerdas.

Para Valle, parte dessas esquerdas foi mesquinha, aqui no Brasil e até mesmo no exílio, e, talvez por isso tenham sido derrotadas. Para compreender sua acusação, é preciso mencionar novamente o episódio da captura do embaixador suíço, em 1970.

Quando houve esta ação, Valle estaria na lista dos presos políticos que deveriam ser soltos em troca da libertação do diplomata capturado, pelo menos é o que o documento encontrado no bolso de Toledo, como vimos, atesta. Contudo, não seria efetivamente neste momento que ele conseguiria sua liberdade. Na memória de Jorge,

seu nome foi vetado por José Duarte dos Santos (integrante da ALN na época), como retaliação por possíveis delações feitas nos momentos de tortura, o que gera até hoje angústia e ressentimento, pois o acusado se defende, alegando não ter falado nada do que sabia, do que era importante, reforçando que ninguém teria *caído* por sua causa, com exceção de sua empregada. O caso, ainda não digerido, faz com que ele reavalie as causas da derrota de quem optou pela via armada de luta e evoca a “mesquinhez” de uma esquerda que deveria ser mais unida como um dos importantes elementos que contribuíram para que não saíssem vitoriosos<sup>311</sup>.

De todo jeito, a justificativa divulgada na época para o nome de Jorge Medeiros Valle ter sido vetado não se relaciona com nenhum corte vindo dos homens envolvidos na luta armada, mas do próprio governo. Numa tentativa de fortalecer sua imagem, os vetos eram divulgados como integrantes de uma nova postura dos homens do poder, mostrando que não mais tolerariam a partir de então qualquer nome, que seria necessária a sua aprovação, a negociação:

Alípio Cristiano de Freitas, o falso padre Alípio, e Jorge Medeiros do Vale, apelidado “o bom burguês”, do MR-8, foram vetados porque estão condenados ao cumprimento de penas elevadas. (...)

Mas o que marca realmente a posição do governo brasileiro nas negociações com os sequestradores do embaixador Bucher é a decisão de selecionar os prisioneiros que podem ser ou não liberados e afastados do país. É como se o governo estivesse comunicando aos atuais sequestradores que eles não serão beneficiados por sequestros futuros e, a todos os participantes de movimentos subversivos, que, se eles forem acusados de homicídio ou condenados a altas penas, também não terão nada a ganhar com sequestros.<sup>312</sup>

É bem verdade que esta é uma declaração de um governo com a imagem desgastada, que concordaria em libertar 70 presos políticos, a maior quantidade de liberações feitas dentre todos os sequestros e que, portanto, precisava fazer alguma declaração de efeito, na tentativa de parecer com a situação sob controle. Seja como for, o que é importante destacar é que na memória de Valle, ele não foi vetado pelo governo, mas pelos próprios militantes da esquerda. Desta forma, elabora a dúvida de que um grupo que se julgava, se incriminava e se acusava pudesse conhecer a vitória de suas proposições.

No que se refere ao exílio, Jorge o experimentou no México, junto de parte de sua família e de seus companheiros. Para se manter, contou com uma fração da pensão que era recebida por sua mulher em função de sua cassação. O restante do dinheiro ficava por aqui para colaborar com o sustento da filha que não os acompanhou. Durante

---

<sup>311</sup> Conforme entrevista concedida em 29/03/14.

<sup>312</sup> Revista Veja, 30/12/70, p. 17

um tempo, no início, eles contariam ainda com a ajuda do governo mexicano. Posteriormente, foram ajudados pela Organização das Nações Unidas e por uns pastores protestantes<sup>313</sup>. A sua filha menor, que foi com os pais para o México, conseguiu bolsa de estudos e estudava no período integral em um colégio renomado. Tinha os dentes tratados gratuitamente pelo mesmo dentista que atendia ao presidente. Encontraram, sem dúvidas, pessoas solidárias, que estiveram dispostas a ajudar<sup>314</sup>.

Mas, uma lembrança fundamental em relação a estes tempos é a de que esta solidariedade não vinha necessariamente dos homens da esquerda. Para Valle, havia claramente duas gerações no exílio. E o apoio que a segunda geração esperava da primeira não foi correspondido. A primeira geração, para Valle, que traz nomes como o de Betinho, Teotônio, Julião, se exilou em 1964. A outra é composta pelos que saíram do país depois. Marcando a diferença, reclama da falta de solidariedade dos primeiros para com os segundos.

Esta existência de duas gerações no exílio percebida por Valle já foi elaborada academicamente por Denise Rollemberg, que se dedicou a colher depoimentos dos que se exilaram na ditadura e pode constatar que o exílio foi uma experiência heterogênea, variando em relação à personalidade de cada um, do lugar em que se passou a morar, da presença ou ausência de companheiros. Foi muito diferente a experiência do exilado que, intelectual, conseguiu dar aula em universidades, daquele que foi viver fora sem recursos, sem ajuda da família, com dificuldades para se adaptar ao idioma distinto da língua materna. Foi diferente a experiência daquele que foi banido do país e carregaria este estigma daquele que decidiu sair antes que tivesse sido confrontado com a máquina repressiva. A idade também foi um fator decisivo de diferenciação nas experiências. Assim, para uns, exilar-se significou liberdade. Para outros, profunda tristeza e dor. Para outros, que foram viver no socialismo existente, muitas vezes, decepção<sup>315</sup>.

Mesmo com toda esta pluralidade, a historiadora propõe uma periodização de gerações de exilados. A primeira, de 1964, teria saído logo após o golpe, sendo composta, majoritariamente por políticos experientes, sindicalistas e intelectuais, dentre outros. E uma segunda geração, de 1968, mais jovem e ligada à luta armada<sup>316</sup>.

No depoimento de Jorge, esta periodização pode ser sentida, havendo um ressentimento em relação aos que seriam da primeira geração. Segundo Valle e

---

<sup>313</sup> Entrevista concedida em 29/03/14.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> Rollemberg, 2007.

<sup>316</sup> Rollemberg, 1999.

Cordeiro, muitos desta primeira geração tinham recursos, contatos, prestígio e conseguiam auxílio facilmente, mas não distribuía, não iam ao socorro dos que chegavam. Possivelmente, isto podia ocorrer porque:

Entre as gerações de 64 e 68 não existiram fronteiras intransponíveis e houve casos de trânsito entre as duas gerações. Entretanto, no exílio, foi raro o encontro das duas. Culturas políticas diversas, às vezes opostas, pouco disponíveis para o diálogo<sup>317</sup>.

Assim, na sua memória, o que se evidencia com a distância do tempo é a cisão e a falta de apoio entre pessoas que estavam todas do lado oposto ao governo instituído, mas que não se viam como iguais. Da mesma forma em que registra uma decepção com a primeira geração no exílio, Jorge Valle e Henrique Cordeiro expressam também uma decepção com aqueles que defendiam o socialismo, mas não tinham uma conduta que, segundo o entendimento deles, seria coerente com a de um socialista. Neste assunto, é que fazem questão de destacar, por exemplo, que o presidente português socialista Mario Soares negou o pedido que eles fizeram para serem asilados neste país.

Jorge e Henrique, como vimos, tentaram abrigo na Nunciatura Apostólica no ano de 1975 e, de lá, ficaram meses tentando asilo em algum Estado que concordasse em recebê-los.

As memórias dos tempos passados neste lugar têm até passagens muito positivas e leves, como a de que a comida de lá era gostosa, com uma pizza ótima, que Nedda, inclusive, lamenta ter perdido a receita. Um episódio que os marcou foi um protesto feito em uma semana que não foi servida a pizza, apenas macarrão. Fizeram, então, um cartaz: “abaixo o macarrão, queremos pizza e passagem de avião”, e desfilaram pelo pátio. Também positivas são as memórias em relação ao Núncio Apostólico, que fazia a intermediação do contato dos refugiados com o governo.

Apesar de Dom Jaime, católico ligado ao Núncio Dom Carmine Rocco, ter avisado para tomar cuidado com o telefone grampeado e com o responsável pela nunciatura, pois ele era de uma Itália que quem não era comunista, era fascista, e ele não era comunista, Valle achava o Núncio uma pessoa amigável, que aconselhava: “não anda por aí pelos jardins que é perigoso, pra tomar um tiro não é difícil”<sup>318</sup>. Do sentimento amistoso pelo Núncio, Dom Carmine Rocco, a lembrança de Jorge é que era recíproco, já que o mesmo até chorou quando ele foi embora.

---

<sup>317</sup> Rollemberg, 2007, p. 6

<sup>318</sup> Entrevista concedida à autora em 29/03/14.

Mas, se existem memórias positivas em relação à Nunciatura, as lembranças da dificuldade e da tensão para conseguir um Estado que os abrigasse é traumática e, especificamente em relação ao presidente português, consideram que a recusa em recebê-los é absurda. Henrique denuncia Mário Soares como “um crápula, um bandido”<sup>319</sup>, pois proibiu a entrada deles por não querer atrito com o governo ditatorial brasileiro.

Assim, junto da decepção com as retaliações de pessoas de esquerda que vetaram seu nome alegando que não resistiu à tortura e da falta de solidariedade da esquerda no exílio, há lugar na memória para uma decepção até com chefes de governos de esquerda. Esta expressão do desencanto e a autocrítica em relação às esquerdas servem a uma racionalização de sua derrota que também está presente em seu relato quando se refere ao momento de sua volta ao Brasil.

Após conseguir a aprovação da anistia, no período de redemocratização, reorganização e criação de partidos políticos, os jornais noticiaram que Valle estava de volta e iria participar da fundação do Partido dos Trabalhadores, partido que surgia das bases e, pela via legal, comprometia-se com as demandas das classes mais populares.

A proposta do partido surgiu através da influência das greves operárias na região do ABC paulista nos anos finais de 1970, bem como da ideia de um novo sindicalismo. Rapidamente, ganhou notoriedade entre os líderes sindicais que iriam se dedicar à sua construção: presidentes dos sindicatos de metalúrgicos de São Bernardo, do sindicato dos coureiros, dos petroleiros de Campinas, dos bancários de Porto Alegre, entre muitos outros que tentavam construir uma instância de representação política, um partido que pretendia falar em nome e pelos trabalhadores. Contudo, conforme coloca Daniel Aarão Reis, tomaram também parte na iniciativa, grupos trotskistas e grupos remanescentes de organizações que haviam lutado contra a ditadura militar:

Tendo sido derrotados em suas propostas de enfrentamento radical da ditadura (guerrilha urbana, foco guerrilheiro, insurreições de massa), e, em larga medida, redefinido concepções e métodos de trabalho, encontravam-se em processo de reestruturação desde o começo dos anos 70. Para toda esta gente, a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária, evidenciada, e anunciada, desde o Manifesto Comunista de K. Marx, de 1848: a emancipação do proletariado haveria de acontecer por obra e graça dos próprios proletários. Um partido independente do jogo e das instituições legais, livre da tutela do Estado e das lideranças burguesas, que sempre haviam dominado o jogo político nacional, distinto também das principais

---

<sup>319</sup> Entrevista concedida à autora em 29/03/2014.

tradições que haviam animado as lutas sociais e políticas dos trabalhadores brasileiros: o trabalhismo e o comunismo<sup>320</sup>.

O caminho político de Jorge, portanto, parecia ser acompanhar seus antigos companheiros envolvidos com a luta armada e os jornais da época anunciaram recorrentemente a aproximação de Valle deste novo partido.

O jornal “Tribuna de Imprensa” atribuiu a Jorge Medeiros uma fala em que ele declara abertamente: “Dentro dessa reforma partidária, vou me filiar ao PT”<sup>321</sup>. O jornal “A última hora”, faz ampla cobertura de sua volta e indica a mesma disposição à filiação:

Jorge Medeiros Vale, o Bom Burguês, desembarcou ontem, às 12 horas, no Aeroporto Internacional do Galeão, acompanhado da mulher, Nedda, e da filha de 14 anos, Andréa. Gordo, bronzeado, Jorge Medeiros e a família foram recebidos por um grupo de amigos e parentes (inclusive a filha mais velha, Cláudia) (...).

Vale, hoje com 47 anos, era alto funcionário do Banco do Brasil, agência Leblon, quando foi preso acusado de desviar cerca de Cr\$ 8 milhões do banco para organizações consideradas subversivas – MR-8 e PCBR – e para ele próprio. Respondeu a três processos: sonegação fiscal, que foi absolvido, organização do MR-8, no qual cumpriu pena de seis anos e de organização do PCBR, condenado a três anos. No último processo, o Bom Burguês preferiu fugir a cumprir a pena. Ficou refugiado durante oito meses na Nunciatura e depois seguiu para o México, onde obteve asilo.

O dinheiro desviado do Banco do Brasil envolveu a ex-primeira dama do País, Yolanda Costa e Silva, e o ex-ministro da Marinha, Augusto Raddemaker. Logo no início do inquérito e nos primeiros anos de prisão, em 1969, a devolução de parte desse dinheiro, depositado em bancos da Suíça, foi negociada pela Marinha.

Jorge Medeiros Vale declarou-se disposto a voltar à militância política. E, apesar de achar que o melhor para o país seria a união das oposições numa frente, afirmou que suas raízes sindicalistas tendem a conduzi-lo ao Partido dos Trabalhadores. O deputado estadual José Eudes, do PT, estava na sua chegada. Sem planos, Jorge garantiu apenas que hoje estará na praia e que pediu a sua reintegração no Banco do Brasil – já que foi anistiado – para obter a aposentadoria<sup>322</sup>.

A “Folha de São Paulo” destacaria que “Jorge Medeiros Valle se declarou disposto a continuar sua militância política, sem qualquer arrependimento, e com a mesma vontade que tinha em 1966 quando se iniciou no processo político-sindical”<sup>323</sup>.

Contudo, em 07 de fevereiro de 1980, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou uma matéria intitulada “PT não quer Bom Burguês”. Nela, o deputado do Mato Grosso Antônio Carlos, um dos coordenadores do PT no Congresso, afirma que Jorge não deveria conhecer a proposta do partido para querer se filiar ao mesmo, e completa:

---

<sup>320</sup> Aarão Reis, 2007, p. 2.

<sup>321</sup> Tribuna de Imprensa, 6/2/1980.

<sup>322</sup> Jornal “Última Hora”, 6/2/1980, p. 4.

<sup>323</sup> Folha de São Paulo, 6/2/1980 p. 5.

“O PT será aberto a todos aqueles vinculados à luta dos trabalhadores, o que sabemos não é o caso do Bom Burguês que, além de não ter tido nenhuma participação ativa na vida política do país, acabou no exílio por motivos estranhos à resistência democrática surgida após 64”<sup>324</sup>.

Havia, portanto, por parte do deputado, a expressão do temor de ver o nome do Bom Burguês associado ao Partido dos Trabalhadores, como se fosse um demérito, uma propaganda negativa. Certamente, a construção deste argumento se pautava na imagem construída na imprensa, que até aqueles dias continuava a insistir que ele desviara dinheiro também para fins próprios e do desconhecimento do restante de sua trajetória, tal como sua atuação sindicalista nas décadas de 1950 e 1960, em luta pelos trabalhadores. Da mesma forma, é preciso destacar a importância que o coordenador do novo partido dava ao aspecto da luta e da resistência pela democracia, elaborada naqueles tempos.

Para Jorge, contudo, não foi o Partido dos Trabalhadores que não o quis, mas, ao contrário, foi ele quem acabou não se envolvendo diretamente, não desejando fazer parte da criação deste partido. Do que se lembra, um político de São Gonçalo havia pedido seu apoio, algum patrocínio para se candidatar a vereador e, de início, ele se inclinou a auxiliar. Mas, aos poucos, resolveu não se envolver mais na política. Havia tido uma desilusão com o marxismo e a ideia do operário. Decepcionou-se em ver que a juventude que se envolvia na política logo estava interessada em saber qual o tempo deveria esperar até comprar um carro do ano<sup>325</sup>.

Assim, distanciou-se da vida política e dedicou-se a exercer seu novo emprego em uma corretora do mercado financeiro, de acordo com o relato de Silvio Da-rin, que esteve preso com Valle na Ilha das Flores e que com ele esbarrou, anos depois, no Centro da cidade do Rio de Janeiro e ficou sabendo que ele estava trabalhando numa agência de investimentos<sup>326</sup>.

O que se percebe na recuperação da memória de Valle é que, com o passar dos anos e o destaque que a experiência traumática da prisão ganhou em sua trajetória, o que precisa ser recuperado e evidenciado é a denúncia da perseguição, dos maus-tratos, da corrupção das forças armadas, toda a experiência oriunda das consequências trazidas por conduta de alguém que esteve do outro lado, na luta travada contra o governo ditatorial. Seja para conseguir a reparação do Estado ou para lidar com o passado

---

<sup>324</sup> Jornal “O Estado de São Paulo”, 7/2/1980, p. 2.

<sup>325</sup> Conforme entrevista concedida em 29/03/2014

<sup>326</sup> Conforme entrevista concedida em 24/08/2011

traumático, a ênfase no seu relato é daquilo que a sua vida política teve de confluência com a dos demais presos políticos.

Assim, vemos que se esvaiu, ou pelo menos foi minimizada, a defesa da postura de um bom burguês, de alguém que gostava de levar uma boa vida. Ao contrário, a aparência de um homem bem sucedido aparece como uma fachada necessária para que pudesse viajar e trocar os dólares sem desconfiança de seus interlocutores nas transações financeiras. Se, durante a fase do processo, era preciso destacar o alto valor pago de imposto de renda para demonstrar que ele não estava interessado na implantação do comunismo no Brasil, passado o tempo, e eliminado o perigo de fazer tal declaração, o que vigora com mais força é a sua face de um homem de esquerda, com muitos amigos militantes, que acreditou na luta armada para derrubar a ditadura.

Talvez, a própria transformação na opinião pública tenha sido importante para essa diferença de nuances. Na década de 1960, defender a postura de homem de esquerda envolvido na luta armada implicava em ser considerado terrorista e amargar anos adicionais na cadeia. Por isso, era importante, naquele momento, se afastar desta imagem e se aproximar da de um bom burguês. Contudo, hoje em dia, em que se pode afirmar que o envolvimento com a luta armada traz aos envolvidos um reconhecimento, a face burguesa cede lugar para que a sua simpatia pelo socialismo se amplie.

Neste aspecto, é inclusive, negado o apelido que o próprio advogado de Valle defendeu durante o processo. Henrique João Cordeiro Filho, por exemplo, não sabendo que Augusto Sussekind fez questão de enfatizar que seu cliente era um bom burguês, afirmou que este apelido foi imputado a Valle pela repressão e que ele não gostava e não se sentia a vontade com o codinome.

Na defesa de sua imagem de militante político, justamente realizada diante de toda a experiência compartilhada na prisão e no exílio, Valle não iria inclusive mais admitir que imagem distinta desta fosse veiculada.

No ano de 1999, o síndico do prédio em que ele morava teria entrado com uma ação na justiça que o acusava de ter desviado um valor aproximado de 315 mil reais do condomínio Terrasse Leblon. Contra este síndico e o condomínio, Valle entrou com uma ação exigindo a reparação de danos morais<sup>327</sup>. Mas, além disso, diante da veiculação desta notícia, o jornalista Ricardo Boechat soltou uma pequena nota em uma coluna diária que mantinha, na ocasião, no jornal O Globo. O texto da nota dizia:

---

<sup>327</sup> Processo 0040936-02.1999.8.19.0001 (1999.001.038046-3) no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

História antiga

Jorge Medeiros Vale, que desviou dinheiro do BB para sua conta pessoal e para alguns grupos guerrilheiros, na ditadura militar, está de volta aos tribunais.

É réu numa ação no Rio, acusado de desfalcar o caixa do prédio onde mora, no Leblon.

E autor de outra, contra o síndico, que o ofendeu chamando-o de “Bom Burguês”, apelido pelo qual se tornou célebre<sup>328</sup>.

Aquilo que outrora já havia sido um argumento de defesa, agora era considerado uma ofensa. Adiante, Valle entrou com um processo contra o jornalista, em função da afirmação de que o desvio foi feito também para sua conta pessoal, sugerindo que ele teria usado em proveito próprio o dinheiro desviado.

Os advogados do jornal, em sua defesa, argumentaram que a empresa não poderia ser condenada por veicular informação verdadeira, que não estava em segredo de Justiça. Mas, acabou condenada em primeira instância, e, no julgamento do recurso, os desembargadores que analisaram o caso interpretaram que a reportagem poderia ter se limitado a noticiar que Valle desviou dinheiro do Banco do Brasil para auxiliar uma organização que participava da luta armada contra a ditadura militar. Assim, foi condenada a pagar indenização de 800 salários mínimos por danos morais<sup>329</sup>. Além disso, o jornal foi determinado pela justiça a desmentir o teor da nota publicada, o que foi feito no dia 29/04/2003:

Jorge Medeiros Valle de fato participou ativamente da luta contra o regime antidemocrático, mas jamais desviou valores do Banco do Brasil para si, senão, apenas e exclusivamente, para financiar a guerrilha urbana que se punha contrária à ditadura então vigente. Por outro lado, o sr. Jorge Medeiros Valle jamais foi réu em qualquer ação relativa a desfalque, seja do Banco do Brasil ou do caixa no prédio em que mora no bairro do Leblon, sendo tais informações ostensivamente falsas (e divorciadas da verdade), como restou asseverado pelo poder judiciário<sup>330</sup>.

Estava enfim garantida pela justiça e salva a sua memória de pessoa vinculada às esquerdas, em que se atribuíam motivações políticas a seus crimes, o que fez com que ele pudesse ser perdoado pelo Estado brasileiro, que lhe pediu desculpas pelos traumas e perseguições sofridas.

---

<sup>328</sup> Jornal O Globo, 25/05/1999, p. 14.

<sup>329</sup> Conforme notícia veiculada em [http://www.conjur.com.br/2006-jun-13/dizer\\_militante\\_agiu\\_causa\\_propria\\_gera\\_dano\\_moral](http://www.conjur.com.br/2006-jun-13/dizer_militante_agiu_causa_propria_gera_dano_moral)

<sup>330</sup> Jornal O Globo, 29/04/2013, p. 13.

## Considerações Finais – Uma vida, muitas trajetórias.

---

Abordar uma vida é tarefa muito difícil para o historiador. Principalmente porque, tendo já conhecido o que veio posteriormente, é difícil reconstruir as incertezas, o campo de possibilidades, o futuro passado que o sujeito vivenciou em seu presente. Além disso, nossa lógica de entendimento busca sempre estabelecer uma atuação coerente, orientada para um mesmo caminho, enquanto que, raramente as pessoas se revelam coerentes ao longo de sua vida. Se, como nos fala Ginzburg<sup>331</sup>, há uma constância na vida de alguém que é o seu nome, este pouco revela sobre sua biografia.

Assim como também argumenta Giovanni Levi<sup>332</sup>, não é possível relatar uma vida linearmente, em que tudo faça um perfeito sentido. Pois as vidas não são assim; ao contrário, a vida das pessoas é um mistério, do qual podemos nos acercar, mas jamais resolver. As atitudes que tomamos nem sempre são racionais, muitas das vezes a decisão escolhida por fim não era a solução preferida ou primeiramente pensada. Não é possível escrever vidas como se tudo fosse sempre resultado de escolhas bem pensadas e com um encadeamento lógico entre os distintos momentos. Os homens não são coerentes e lineares. Pois, temos, pelo menos, uma vida dupla: uma, consciente e outra, inconsciente. E, jamais somos apenas este “dueto”. Como também já indicou Giovanni Levi: o camponês que se relaciona com sua família é distinto do mesmo camponês na relação com o Estado, que é distinto na relação com a Igreja. A história deve estar atenta à esta multiplicidade e intensidade de relações sociais e na maneira como elas são tecidas<sup>333</sup>.

De acordo com a trajetória de Valle, percebemos que tampouco ele é único, mas variado. O Jorge pai, certamente, é diferente do Jorge funcionário dedicado, do Jorge funcionário que desviou dinheiro, do Jorge marido, do Jorge prisioneiro, do Jorge do exílio, do Jorge que viaja pela Europa, do Jorge dos jornais, do Jorge do filme. Dar conta desta diversidade é o que traz a complexidade dos processos históricos. Tratar destes casos singulares nos faz ir contra as narrativas globais e únicas que não percebem a margem de atuação dos sujeitos históricos.

Neste trabalho, partiu-se de uma memória bem acabada da luta armada: a de que se envolveu neste projeto uma “estudentada”, jovens heroicos e ingênuos,

---

<sup>331</sup> Ginzburg, 1989.

<sup>332</sup> Levi, 2005.

<sup>333</sup> Idem.

despreparados, mas poéticos, que combateram a ditadura e promoveram a democracia. Esta imagem, que, por um lado, serve para positivar a luta, por outro lado, é historicamente frágil, pois não dá conta de um projeto que homens e mulheres de carne e osso levaram à frente e sofreram para estabelecê-lo, acreditando que seria possível implementá-lo.

A tentativa de ajustar as lentes do microscópio, reduzir a escala e dar conta de uma trajetória singular, teve como principal objetivo tornar mais complexa esta visão. Jorge Medeiros Valle era um homem de meia idade ao final da década de 1960. Era casado, tinha duas filhas e um emprego num banco de prestígio. Desviou milhões de dólares, manteve contatos na Europa, ajudou organizações de esquerda armada, comprou armas. Esta não é uma trajetória “típica” do que se consagrou na memória coletiva da luta armada. Apesar de até ter codinomes e andar armado, não viveu clandestinamente, não se escondeu em aparelhos, não teve sequer medo de se aproximar de pessoas que estavam bem próximas do “miolo do poder”. Quem era esse homem? O que teve, na sua conduta de mistério, de indecisão e vacilo?

A história jamais nos revelará a resposta destas questões conclusiva e inteiramente. O que se pode apreender são partes, faces deste multifacetado e dinâmico ser humano, como são todos os outros.

Assim, para tentar nos aproximar de Jorge, sem, contudo, jamais conseguirmos revelar realmente quem ele é, como jamais conseguimos revelar as profundezas dos seres humanos, construímos as imagens, algumas das faces que foram possíveis ao historiador acessar, disponíveis por distintas e enviesadas fontes.

Verificamos, portanto, que uma imagem específica foi a construída por jornais e órgãos de informação e, neste ponto, sua trajetória era mais típica do que diversa: um “terrorista” interessado em implementar uma ditadura socialista no Brasil que ameaçava a Segurança Nacional.

Imagem bem distinta foi a que se construiu no filme de Oswaldo Caldeira, em 1983. Neste, Jorge não tem nada de terrorista típico. Ao contrário, ele é um homem situado em uma zona cinzenta, se dedica a auxiliar partidos de esquerda que pegam em armas e os que são contrários à luta armada. Aproxima-se de empresários, que financiam a tortura e o massacre dos integrantes destes mesmos partidos. Acha o governo ilegítimo e faz desvios contábeis para combatê-lo, mas ao mesmo tempo frequenta coquetéis dos homens ricos, compra uma lancha e uma mansão.

Na memória do próprio Jorge Medeiros Valle, passados quase cinquenta anos, os efeitos da relação dicotômica entre lembrança e esquecimento e os próprios constrangimentos do presente fazem com que tenhamos acesso ao fortalecimento de mais uma imagem. Desta vez, obviamente, não é a imagem de terrorista nem de burguês que se sobressai, mas a vítima torturada, o perseguido político, que precisa denunciar as torturas e os males sofridos por ter se colocado do lado oposto aos homens do poder naqueles sombrios anos ditatoriais. Para tentar conviver com o passado traumático, as acusações recebidas de direitas e esquerdas precisam ser denunciadas.

Vemos, então, que, deste caso complexo, o que se pode verificar é que, dependendo do contexto e do agente que iria recuperar a trajetória de Valle, diferentes nuances e ênfases foram estabelecidas. É esta polifonia que traz elementos que, em alguns momentos fortaleceram a memória coletiva vitoriosa em relação à luta armada, ao mesmo tempo em que outros a enfraqueceram. Trata-se, portanto de uma trajetória que foi distintamente (e muitas vezes injustamente) apropriada, de alguém que foi afetado pelo seu tempo histórico, que construiu um projeto de vida dentro de um campo de possibilidades, que foi um sujeito de ação diante do mundo e limitado pela estrutura que o continha.

## Fontes

---

Acervo do Jornal Correio da Manhã

Acervo do Jornal O Globo

Acervo do Jornal O Estado de São Paulo

Acervo do Jornal A Folha de São Paulo

Acervo da Revista Veja

Acervo da Comissão da Anistia

Ficha do filme “Bom Burguês” - Acervo Funarte

Filme: Bom Burguês. Direção de Oswaldo Caldeira, 1983. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=UE641Y5uxA8>

Fundo DSI/MJ – Arquivo Nacional

Fundo CGIPM – Arquivo Nacional

Fundo CISA – Arquivo Nacional

Fundo SNI– Arquivo Nacional

Prontuários do DOPS – APERJ

Prontuários do DEOPS - SP

Entrevistas realizadas:

Aluizio Palmar

Álvaro Caldas

Daniel Aarão Reis Filho

Henrique João Cordeiro Filho

Jorge Medeiros Valle

Nedda Paiva e Valle

Silvio Da-rin

Umberto Trigueiros

## Bibliografia

---

- ABREU, Alzira Alves de. *Os anos de chumbo: memória da guerrilha*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- ANGELO, Vitor Amorim de. *Ditadura militar, esquerda armada e memória social no Brasil*. São Paulo: Ufscar, 2011. Tese de doutorado, 225 f.
- ARAUJO, Maria Paula do Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, pp. 333-353, dez. 2002.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites, tensões*. *Revista Dimensões*, v. 24, 2010.
- AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise *et all* (orgs.). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BERGER, Christa e CHAVES, Julia Campos. A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. *Revista Comunicação & Educação*, ano XIV, n. 3, pp. 29-36, set/dez. 2009.
- BERSTEIN, Serge. *A Cultura Política*. In RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- BETTO, Frei. *Cartas da prisão*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- BORGES, Nilson. *A Doutrina da Segurança Nacional e os Governos Militares*. In FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Volume 4.
- BECKER, Jean-Jacques. *O handicap do a posteriori*. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Marcia. *Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- BURKE, PETER. *A Escola dos Annales.1929-1989*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- BURKE, PETER. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

- CALDAS, Álvaro. *Tirando o Capuz*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARVALHO, Apolônio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder. De 1964 ao AI-5*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- COSTA, Alcir Henrique da. *Barão de Mesquita, 425. A fábrica do medo*. Rio de Janeiro: Editora Brasil Debates, 1981.
- COSTA, Camila Alves da. *Presença Militar Estadunidense na América Latina*.
- CUNHA, Maria de Fátima. *Eles ousaram lutar: a esquerda e a guerrilha nos anos 60-70*. Londrina: UEL, 1998.
- DANIEL, Herbert. *Passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- DA-RIN, Silvio. Hércules 56. *O seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. *1964. O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Oralidade e Memória em projetos testemunhais*. In: LOPES, A. H.; VELLOSO, M. P.; PESAVENTO, S. J. (Orgs.). *História e linguagens: texto, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- FICO, Carlos. *Além do golpe: Visões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- GABEIRA, Fernando. *O que é isso, companheiro?* Rio de Janeiro: Codecri, 1979.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GATTI, André. *Embrafilme e o cinema brasileiro*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2007.
- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1990. 4ª. Edição.
- GUARANY, Reynaldo. *A fuga*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.
- HUYSSSEN, Andreas. *Resistencia a la Memória: los usos y abusos del olvido publico*. Trabalho apresentado na Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Porto Alegre, 31 de Agosto de 2004.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. *A incorporação do testemunho oral na escrita historiográfica: empecilhos e debates*. Revista História Oral, v. 13, n. 1, 2010.
- JELIN, Elizabeth e LORENZ, Federico. *Educacion y memoria: entre el pasado, el deber y la posibilidad*. In: JELIZ, Elizabeth e LORENZ, Federico (comps). *Educacion y memoria. La escuela elabora el pasado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.
- JOFFILY, Mariana. *O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- KORNIS, Mônica. *As “revelações” do melodrama, a Rede Globo e a construção de uma memória do regime militar*. Revista Significação. 2011, nº 36.
- \_\_\_\_\_. *O regime militar brasileiro em narrativas melodramáticas televisivas: entre a ficção seriada e o docudrama*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. ANPUH-SP, 2011.
- KUSHNIR, Beatriz. *Perfis cruzados: trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: entre jornalistas e censores*. REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Pato Sá (orgs). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- LABORIE, Pierre. 1940-1944. *Os franceses do pensar-duplo*. In Rollemberg, Denise e Quadrat, Samatha Viz. *A construção social dos regimes autoritários*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.
- LAQUE, João Roberto. *Pedro e os lobos*. São Paulo: Ava Editorial, 2010.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LEVI, Giovanni. “Prefácio”. In ALMEIDA, Carla; OLIVEIRA, Mônica. *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- LEVI, Primo. *Afogados e Sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

- LORIGA, Sabina. Entrevista a Benito Schmidt. In: *MÉTIS: história e cultura*. V. 2, n. 3, p. 11-22, jan/jun 2003.
- MAGALHAES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. bras. Hist.* [online]. 1997, vol.17, n.34, disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011&lng=en&nrm=iso)>.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra de memória – A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia Historia*, Belo Horizonte, n. 28, pp. 178-201, dez. 2002.
- MENDES, Cleber e ABREU, Carmen. *Política pública cultural: a EMBRAFILME durante o governo militar de Ernesto Geisel*. Intercom: Bauru, 2013.
- MOTTA, Marcia Maria Menendes. *História, memória e tempo presente*. In CARDOSO, Ciro e VAINFAS, Ronaldo. *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *Atos Institucionais. Sanções Políticas*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2000.
- PATARRA, Judith. *Iara – reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1991.
- POLARI, Alex. *Em busca do tesouro*. Rio de Janeiro: Codecri, 1982.
- POLLACK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, pp. 200-215, 1992.
- \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, pp. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.
- QUADRAT, Samantha Viz. *Muito Além das Fronteiras*. In REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, vol 23, n 45, 2010. P. 171-186.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

\_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

\_\_\_\_\_. *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

REIS FILHO, Daniel Aarão; GASPARI, Elio *et al.*. *Versões e ficções: O seqüestro da História*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997. 2ª. Edição.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*.

REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIDENTI, Marcelo. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 2ª. Edição.

RODEGHERO, Carla Simone. A Anistia de 1979 e seus significados, ontem e hoje. In: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise. *Esquecimento das memórias*. In Martins Filho, João Roberto (org). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

\_\_\_\_\_. *Esquerdas revolucionárias e luta armada*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Volume 4: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

SANTOS, Clarissa Grahl dos. *As esquerdas pelas direitas: memória sobre luta armada e atuação política de direita em livros escritos por militares que atuaram em órgãos de repressão durante a ditadura civil-militar*. Anais do XV Encontro Estadual de História. ANPUH-SC, 2014.

- SCELZA, Maria Fernanda Magalhães. *Partido da Ilha das Flores: Memória e Identidade de Ex-prisioneiros políticos*. XII Encontro Regional de História, Usos do Passado. ANPUH-RJ, 2006.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. *Testemunho da Shoah e literatura*, Trabalho apresentado na X Jornada Interdisciplinar sobre o Ensino da História do Holocausto, no Anfiteatro da FAU-USP. Data 17.10.2009
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano*. Volume 4: O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- SILVA, Luiz Henrique de Castro. *O revolucionário da convicção: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho*. Dissertação de mestrado em História. UFRJ, IFCS. Rio de Janeiro, 2008.
- SINHORI, João. *Os pensadores da guerrilha urbana: memória, trauma e os testemunhos da catástrofe*. Trabalho apresentado no V Congresso Internacional de História. 2011.
- SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo: Global, 1980.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- STEPAN, Alfred. *Repensando a los militares em política: cono sur, um analisis comparado*. Buenos Aires: Planeta, 1988.
- SOUZA, Adriana. *Biografia e escrita da história: reflexões preliminares sobre relações sociais e de poder*. Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas, v. 29, n.1, 2007.
- TAPAJÓS, Renato. *Em Câmara Lenta*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VARGAS, Índio. *Guerra é guerra, dizia o torturador*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- VELHO, Gilberto. *Ciências sociais e biografia individual*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, n. 38, julho-dezembro de 2006.
- XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.